



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

NÚBIA CRISTINA ASSUNÇÃO MIRANDA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO PARÁ: atores,
tramas e desafios**

Belém

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

NÚBIA CRISTINA ASSUNÇÃO MIRANDA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO PARÁ: atores,
tramas e desafios**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Serviço Social do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, sob orientação da Prof^a. Dra. Maria José de Souza Barbosa.

Belém
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do Instituto de Ciências sociais Aplicadas/UFPA)

Miranda, Núbia Cristina Assunção

Economia Solidária no Estado do Pará: atores, tramas e desafios/ Núbia Cristina Assunção
Miranda; orientadora Maria José de Souza Barbosa. – 2009.

155 f.; 30 cm

Inclui bibliografias e anexos

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em
Serviço Social. Belém, 2009.

1. Economia Solidária. 2. Atores. 3. Tramas. 4. Desafios. I. Barbosa, Maria José de.
Orientador. II. Título.

NÚBIA CRISTINA ASSUNÇÃO MIRANDA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO PARÁ: atores,
tramas e desafios**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Serviço Social do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Orientadora: Prof^a. Dra. Maria José de Souza Barbosa.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a. Maria José de Souza Barbosa
Orientadora – PPGSS/UFPA

Prof^o. Dr^a. Vera Lúcia Batista Gomes
Examinadora Interna – PPGSS/UFPA

Prof^o Dr. Farid Eid
Examinador Externo – PPGE/UFSCar

Resultado: _____

A Deus.

Aos meus pais Maria e Salviano.

Aos meus irmãos e irmãs.

Ao meu amado filho Lucas.

Ao meu companheiro e amigo Paulo.

E a minha filha Julianne – ainda por vir.

AGRADECIMENTOS

Os maiores agradecimentos são a Deus, pela força e infinitude; aos meus pais Salviano e Maria Zurita Miranda, por acreditarem, sempre, na minha capacidade de vencer os obstáculos que a vida me prepara e aos meus familiares, irmãs e irmãos que me apoiaram durante esse período. Um agradecimento particular ao meu amado filho Lucas Caio Miranda Monteiro, razão do meu viver. Ao meu companheiro e amigo, Paulo Sérgio Nery Gama, presente nos momentos mais difíceis dessa caminhada; sua mãe Maria das Graças, e familiares, minha eterna gratidão.

Às pessoas que encontrei nessa caminhada, de vida acadêmica, em especial a amiga e companheira de estudo Chris: muito obrigada pelo aporte oferecido.

Agradeço a todos os membros do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – PITCPES: secretárias, coordenadores, bolsistas, técnicos, em especial Lissany e Michele. Um agradecimento muito especial à Prof^a Dr^a Maria José de Souza Barbosa pela valiosa orientação e estímulo na concretização dessa pesquisa.

Meu agradecimento particular aos atores da economia solidária do Estado do Pará, atores ativos dessa pesquisa, visto que sem os mesmos não teria adquirido as preciosas informações e conhecimentos do estudo: os empreendimentos solidários e seus trabalhadores, dentre eles a Associação Cerâmica Chicano, Associação de Mulheres de Igarapé Miri/ASMIM, Associação de Artesãos e Artesãs Solidários de Canaã dos Carajás/AAASCC, Associação de Artesanato “Amalu”, Associação de Mulheres “Olímpia da Luz”/AMOL, Associação “Criando Arte”/PARAGOART, Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri/CODEMI, Cooperativa de Agricultores Familiares de Terra Alta/COAFTA, Cooperativa de Serviços Gerais/COOPSEG, Cooperativa de Empreendedores Solidários Produtores de Moda do Pará/ASCOOP, Cooperativa de Extrativismo e Desenvolvimento Agrícola de Barcarena/CEDAB, Rede Bragantina de Economia Solidária e Consórcio do Baixo Tocantins; e aos protagonistas da economia solidária no Pará, dentre os quais Denis Leão, Haroldo Mendonça Valente, Joana Mota, Luís Dantas, Eni Naura Teixeira, Miguel Carvalho.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES pela concessão de bolsa de pesquisa. E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização dessa pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa retrata a Economia Solidária no Estado do Pará a partir de seus atores e suas tramas, a fim de identificar seus desafios. Esse estudo tem como perspectiva analisar a organização da economia solidária no Pará, entendendo-a como um movimento de mobilização sócio-produtiva de atores considerando a cooperação, conflito e negociações entre os mesmos. Contudo, para compreender a economia solidária no Estado foi necessário verificar a economia solidária na reestruturação produtiva, assim como, analisá-la a partir de sua concepção teórica na relação com a economia informal e economia popular em âmbito geral. Essas análises mostram a dificuldade de distinguir a economia informal da economia popular, bem como, da economia solidária em virtude de suas características se entrelaçarem em alguns momentos. Mesmo assim é possível identificar que, as maiores diferenças entre as três categorias devem-se aos princípios da economia solidária dentre os quais: autogestão, democracia, cooperação, cuidado com o meio ambiente. Desse modo, economia informal consiste no conjunto de atividades ou prestação de serviços realizados sem carteira de trabalho assinada, geralmente em condições precárias de trabalho, inclusive ilegalmente. A economia popular concerne em atividades de produção ou serviços produzidos em âmbito individual, familiar ou coletivo, e vendidos no mesmo circuito de produção e consumo, onde o bairro e a comunidade são o espaço “central” de venda. Já a economia solidária diz respeito a uma nova forma de produção como estratégia de geração de trabalho e renda na perspectiva da valorização do homem, na medida em que não se restringe à economia, mas articula-se com a política e a sociedade, a fim de enfrentar o desemprego estrutural, a crescente flexibilização e precarização das relações de trabalho, bem como a crise do sistema capitalista. Assim, a economia solidária surgiu como um movimento de resistência às desigualdades do sistema de produção capitalista e vem se tornando um novo ator social, à medida que mobiliza o conjunto de seus atores sociais. Nesse contexto, foi analisado os passos iniciais da organização da economia solidária no Pará, enquanto movimento, analisando, a partir de suas lutas e conquistas, o processo de constituição do mesmo, bem como, sua trajetória repleta de tramas, tensões, cooperação, conflitos e desafios próprios de um movimento em constante construção. No entanto, foi a partir do contato com os atores protagonistas da economia solidária no Pará que se observou o quanto o movimento de economia solidária tem avançado, apesar das dificuldades encontradas ao longo de sua caminhada. Portanto, para o movimento de economia solidária do Pará avançar, significativamente, precisa superar os desafios apontados por seus atores sociais.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Atores. Tramas. Desafios.

ABSTRACT

This research shows the Solidarity Economy in the State of Pará from his actors and their plots in order to identify their challenges. This prospective study is to analyze the organization of solidarity economics in Pará, understood as a movement to mobilize social and productive actors considering cooperation, conflict and negotiations between them. However, to understand the social economy in the state was necessary to verify the solidarity economy in the restructuring process, as well as analyzing it from its theoretical conception in relation to the informal economy and popular economy in general in scope. These tests show the difficulty of distinguishing the informal economy of the popular economy, as well as the economy of solidarity because of their characteristics intertwine at times. Yet it is possible to identify that the major differences between the three categories are due to the principles of economic solidarity among them: self-management, democracy, cooperation, care for the environment. Thus, the informal economy is the set of activities or services performed without a formal contract, often in poor working conditions, including illegally. The popular economy concerns in production activities or services produced in the individual, family or collective, and sold the same circuit of production and consumption, where the district and the space community are "central" to sell. The economy of solidarity relates to a new form of production as a strategy for generating employment and income in view of the appreciation of man, as it is not restricted to economics, but is linked to politics and society in order to tackle structural unemployment, increasing flexibility and precariousness of labor relations and the crisis of the capitalist system. Thus, the economy emerged as a resistance movement to the inequalities of capitalist production system and is becoming a new social actor, as it mobilizes all of its actors. In this context, we analyzed the initial steps of organizing the social economy in Para, as a movement, analyzing, from their struggles and achievements, the formation of the same, as well as its history full of intrigues, tensions, cooperation, conflict and challenges typical of a movement in constant construction. However, it was from contact with the key actors of solidarity economics in order to be observed as the movement of solidarity economy has advanced, despite the difficulties encountered along his journey. So for the Solidarity Economy movement of Para advance significantly, must overcome the challenges set out by their social actors.

Keywords: Solidarity Economy. Actors. Plots. Challenges.

"Múltiplas vozes e sonhos, muitos caminhos e desafios".
(IV Plenária Nacional de Economia Solidária, mar. 2008).

SUMÁRIO

Considerações Iniciais.....	12
CAPÍTULO I – A Economia Solidária no contexto da Reestruturação Produtiva	19
1.1 A reestruturação produtiva e os impactos no Brasil	19
1.2 Economia solidária e reestruturação produtiva	27
CAPÍTULO II – A economia solidária na relação com a economia informal e a economia popular	31
2.1 Economia Informal	34
2.2 Economia Popular	43
2.3 Economia Solidária	52
CAPÍTULO III – A economia solidária como movimento de mobilização sócio-produtiva.....	64
3.1 Os movimentos sociais no Brasil e a mobilização produtiva de direitos	66
3.2 A construção dos novos movimentos sociais	73
3.3 Economia solidária e mobilização sócio-produtiva de seus atores sociais	76
3.3.1 As perspectivas da construção da economia solidária enquanto movimento	76
3.3.2 As redes de economia solidária: territórios	82
3.4 Economia Solidária no Estado Pará: tramas e desafios	86
3.4.1 Os primeiros passos da economia solidária no Pará: a fala dos protagonistas	87
3.5 Desafios para a economia solidária no Estado do Pará	102
Considerações Finais: conquistas da economia solidária no Estado do Pará	105
Referências Bibliográficas	108

Apêndice	118
Apêndice I: Entrevista com empreendimentos	119
Apêndice II: Entrevista com os protagonistas da economia solidária do Pará	120
Anexos	121
Anexo I Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária/FBES	122
Anexo II Plataforma do FBES	129
Anexo III Carta de Princípios do Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária/FPEPS.....	140
Anexo IV Plataforma do FPEPS	142
Anexo V Indicativo Projeto de Lei Política de fomento à economia popular e solidária no estado do Pará	146

Considerações Iniciais

A escolha de uma temática sobre a qual não se encontra vasta literatura de análise, como a economia solidária¹ no Estado do Pará², já é em si uma tarefa árdua, particularmente, quando se busca tratar de seus atores e suas tramas, a fim de identificar os desafios de uma forma diferenciada de produção e de organização do trabalho. No entanto, é isto que tem instigado e mobilizado pesquisadores a investir em processos de criatividade metodológica capazes de acessar fios condutores da teia que move a realidade concreta na constituição da economia solidária no Estado do Pará.

A pesquisa sobre a Economia Solidária no Estado do Pará: atores, tramas e desafios abre possibilidades para novos estudos, sejam a partir das lacunas, que por hora possam existir, sejam para complementar ou preenchê-las. Vale destacar que essa pesquisa não tem a pretensão de esgotar discussões a respeito da economia solidária no Pará, até porque, sempre há perspectivas e visões de mundo diferenciadas sobre um mesmo objeto; elas são decorrentes de tendências e teorias que propõem abordagens e análises sob prismas que focam as estruturas, a natureza ou mesmo a práxis social imersa nas formas de vida em sociedade. Trata-se, portanto, de um passo inicial para fomentar novas pesquisas em busca de apreciações críticas e/ou contribuições à luz de correntes teórico-metodológicas distintas da análise adotada nesta dissertação.

Assim, para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário, primeiramente, entender as concepções que foram consideradas mais expressivas sobre economia solidária, a partir de autores como Singer (1998; 2000; 2002; 2003; 2004, 2006, 2008), Gaiger (2000; 2003; 2004), Eid & Gallo (2003), Eid et al (2006), Bertucci (2005), Barbosa (2007), – na literatura nacional –, Laville (2004), Ivern (2007) e Coraggio (2000; 2004) – na literatura internacional –, dentre outras contribuições sobre a economia solidária. Parte importante da pesquisa foi dedicada à

¹O termo economia segundo Coraggio (2004, p. 346) é o sistema “*que genera, define y distribuye recursos materiales y capacidades humanas e institucionales, de modo que se satisfagan las necesidades de todos según las definiciones, valoraciones y prioridades*”. Arroyo & Schuch (2006, p. 61) conceitua solidariedade como “ação humana que corresponde à noção elevada de que o melhor para alguém só se obtém de maneira sustentável se for também o melhor para o outro”. Sendo assim, a solidariedade busca superar a dicotomia entre o individual e o coletivo, pois propõe “a afirmação da compreensão da interdependência humana, tanto entre os indivíduos como entre as coletividades (Idem, 61-62).

²O Estado do Pará, segundo maior estado da Região Norte e do Brasil em superfície, possui uma área de 1.247.689,515 Km², distribuída em 143 municípios. A estimativa da população do Pará, para o ano de 2007, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2007), corresponde a 7.065.573 habitantes. Desse total de habitantes 59,5% moram nos centros urbanos e aproximadamente 40,6%, residem em áreas consideradas rurais.

leitura e fichamento dos textos selecionados, bem como, à busca de novos textos que pudessem favorecer o aprofundamento da temática e a revisão crítica das concepções encontradas validando-as ou rejeitando-as. A realidade do Movimento de Economia Solidária no Estado do Pará, sua forma de constituição, suas tramas e desafios foram se revelando na medida em que a análise da fala de seus atores sociais era sistematizada; a partir da comparação entre informações obtidas em documentos como relatórios do Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária do Pará/FPEPS, Plenárias de Economia Solidária e o discurso teórico.

As tramas e os atores sociais, que compõem o Movimento de Economia Solidária no Estado do Pará, foram se tornando mais evidentes na medida em que havia relação de confiança e de credibilidade desses atores, o que facilitou entender as conexões deste movimento com as novas dinâmicas da economia do trabalho no capitalismo contemporâneo. Com isso foi possível entender o cotidiano e determinados sentimentos de seus atores, ou seja, a subjetividade, que às vezes é difícil de ser “revelada”. Portanto, a relação pesquisador/pesquisado é de extrema importância para a reciprocidade entre os mesmos, de modo que todos se sintam à vontade no momento da pesquisa, na medida em que “a confiança e outras condições [são] favoráveis a uma melhor captação de informação” (THIOLLENT, 1984, p. 83).

O pesquisador precisa mais do que pré-noções, reflexos ou mesmo opinião para gerar teorias e produzir evidências, desafiando crenças da sociedade como um todo, assim como suas próprias crenças e pré-noções. Destarte, o pesquisador precisa observar e “experimentar” o espaço para compreendê-lo e, a partir de sua experiência *in locu*, compartilhar expectativas com os próprios sujeitos da pesquisa, a fim de “reconstruir o sentido que os atores sociais dão ao objeto de pesquisa” (BAPTISTA, 1999, p. 37).

É importante destacar que por se tratar de uma pesquisa qualitativa³, foram utilizadas técnicas de entrevista, observação e pesquisa participante⁴, análise de conteúdo, tendo em

³A sociedade contemporânea ou global tem suas características que estão diretamente conjugadas, de um lado, com a recriação de estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora; em que seu cotidiano torna-se um elemento importante para reflexão do real concreto, que dá forma a solidariedade, que pode “ser refletida através de instrumentos de pesquisa” (MAY, 2004, p. 173). Isto porque se trata de uma pesquisa social e, de outro lado, pelas estratégias do capital. Para tanto, é interessante ressaltar que a pesquisa social, nesse caso específico, dá-se ênfase à compreensão da estratégia dos trabalhadores e, por isso, essa pesquisa se distingue da pesquisa em ciências naturais. Pode-se entender que a distinção está no sentido subjetivo da primeira, visto que o pesquisador pode questionar, indagar seus objetos de estudos, por se tratar de pessoas em seu cotidiano, assim como suas relações, ou mesmo por ser parte integrante – e constante – do estudo (MAY, 2004), a partir da interação direta

vista que esses instrumentais privilegiam a descoberta de “fenômenos latentes que reúnam um acervo qualitativo de informações” (Idem, p. 36). Com os atores sociais do Movimento de Economia Solidária no Estado do Pará, optou-se por entrevistas abertas – semi-estruturadas⁵ – considerando suas trajetórias de lutas. Vale observar que dentre esses atores sociais entrevistados estão os trabalhadores da economia solidária (assessorias, gestores, e os próprios trabalhadores dos empreendimentos solidários), desde seu surgimento no Estado. Desse modo, a entrevista tornou-se um instrumento de suporte para se compreender como esse processo vem ocorrendo a partir de suas lutas e resistências, considerando seus protagonistas⁶. Utilizou-se a perspectiva de Lewgoy & Silveira (2007, p. 2) por entender a entrevista “como um dos instrumentos que, dialeticamente articulado aos demais, vai compor a palheta do instrumental que viabiliza a operacionalização (...)” dos dados necessários para a “tomada de consciência (...) das relações e interações que se estabelecem entre a realidade e os sujeitos, sendo eles individuais ou coletivos” (Idem, p. 3). As entrevistas com perguntas abertas “dão aos respondentes uma liberdade maior [para responder e esclarecer situações, bem como expor suas opiniões], porque eles o fazem de uma maneira que é adequada à sua interpretação” (MAY, 2004, p. 125). Nesse sentido, o entrevistador registra o máximo de informações, as quais são analisadas após a entrevista.

Assim, a proposta da pesquisa seria entrevistar além de empreendimentos solidários inseridos no processo de incubação⁷ acompanhados pelo Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários PITCPES/UFPA⁸,

do pesquisador com os sujeitos sociais da investigação; elemento fundamental para o desenvolvimento desse tipo de pesquisa.

⁴ Utilizou-se a pesquisa participante à luz de teóricos como Brandão (1984) e Gajardo (1986).

⁵ A observação constituiu-se enquanto subsídio para as entrevistas realizadas de forma semi-estruturada, operando como um instrumento importante para esclarecer os fatos observados, compreender melhor a dinâmica das relações, registrar o discurso dos sujeitos, seus entendimentos e pontos de vistas sobre o tema em foco. Através deste recurso pode-se identificar o que se chamou de Saber de Experiência, capturando nas falas dos entrevistados as compreensões construídas a partir de sua vivência, de seu cotidiano enquanto atores sociais da economia solidária no Pará.

⁶ Vale ressaltar que os protagonistas mencionados na pesquisa são os militantes da construção do movimento de economia solidária, particularmente aqueles que estiveram juntos como trabalhadores populares ou como formadores ou gestores no início do século XXI. Em virtude de alguns desses atores protagonistas não autorizarem a divulgação de seus nomes na pesquisa, acatou-se como regra geral, o “anonimato”.

⁷ O processo de incubação compreende um procedimento de “formação e acompanhamento sistemático em busca da autogestão dos empreendimentos”, ou seja, é o “acompanhamento freqüente aos empreendimentos constituídos legalmente ou não” (BARBOSA et al, 2006, p. 1). Esse processo é desenvolvido pelo PITCPES com empreendimentos solidários das regiões do Tocantins, Rio Guamá e Metropolitana.

⁸ O PITCPES é um programa de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Pará/UFPA, o qual proporciona um espaço de aprendizado e troca de conhecimentos entre sua equipe interdisciplinar e, principalmente, entre os grupos inseridos no processo de incubação. Dessa forma, exerce um papel importante na formação profissional de alunos de graduação e pós-graduação, bem como a formação/capacitação em economia

empreendimentos de outras regiões do estado do Pará, onde o PITCPES não tem atuação, pois seria necessário ter uma amostra de todo o estado a partir das regiões de integração⁹. No entanto, não foi possível entrevistar um número que correspondesse à proposta inicial da pesquisa. Sendo assim, foram entrevistados 10 empreendimentos¹⁰ de regiões distintas, dentre as quais Caetés, Carajás, Metropolitana, Rio Capim, Rio Guamá e Tocantins, sendo, portanto, uma amostra do estado, uma vez que corresponde a 50% do número total de regiões que integram o estado. Vale ressaltar que em relação aos seis protagonistas, ou seja, militantes do “início” do movimento de economia solidária do Pará, foram realizadas entrevistas, visto que os mesmos desenvolvem atividades em outros municípios do Pará, ou mesmo fora do Estado inviabilizando maior contato. Contudo, nos eventos sobre economia solidária, em que além destes estiveram presentes outros protagonistas do movimento, conseguiu-se um conjunto de informações importantes em diálogos “informais” com os mesmos, não sendo registrado, portanto, como entrevista, apenas como pesquisa e observação participante.

Assim, observação participante também se tornou importante, haja vista que sua utilização contribuiu para o exame do processo de investigação como um todo, associada à pesquisa participante, em virtude do Movimento de Economia Solidária ser considerada hoje, um campo de trabalho significativo para pesquisadores e educadores sociais. Esses procedimentos foram utilizados, portanto, em busca do entendimento do hiato entre a aparência fenomênica e a realidade fática. Nesse sentido, a pesquisa participante “aparece

solidária a empreendimentos solidários, visto que o PITCPES se trata de um campo de estudos sobre o mundo do trabalho em suas várias dimensões.

⁹ De acordo com a Secretaria de Estado de Integração Regional/SEIR (PARÁ, 2007) o estado do Pará, atualmente, é composto por 12 regiões de integração, a saber: **Metropolitana**, composto por 5 municípios: Belém – capital do Estado –, Ananindeua, Santa Bárbara do Pará, Benevides e Marituba; **Rio Guamá**, constituída por 18 municípios, dentre os quais Castanhal, São Domingos do Capim e Santa Isabel do Pará; **Rio Caetés**, com 15 municípios, dentre eles estão Bragança, Capanema e Salinópolis; **Araguaia**, composto por 15 municípios com destaque para Redenção e Xinguara; **Carajás**, que possui 12 municípios, dentre os quais Marabá, Canaã dos Carajás, Parauapebas e Eldorado do Carajás; **Tocantins** constituído por 11 municípios, com destaque para Barcarena, Abaetetuba e Igarapé-Miri; **Baixo Amazonas**, com 12 municípios com destaque para Santarém; **Lago de Tucuruí**, que abrange 7 municípios, destaque para Tucuruí; **Rio Capim**, contendo 16 municípios, dentre os quais se destaca Paragominas; **Xingu**, que dispõe de 11 municípios, destaque para Altamira; **Marajó**, composto por 15 municípios, dentre os quais Soure e Salvaterra; e, **Tapajós**, que possui 6 municípios, dentre os quais Itaituba.

¹⁰ Para alcançar um número significativo de empreendimentos solidários do Estado, nessa pesquisa, seria fundamental a participação dos mesmos em eventos na capital como no FSM, mas o fato de haver participação insignificante de empreendimentos de economia solidária, particularmente no FSM, impossibilitou maiores resultados. Isto culminou em obstáculos no sentido de identificar e contactar empreendimentos solidários nas regiões de integração, em virtude do banco de dados como da SENAES e da DECOSOL não apresentar informações coerentes sobre os empreendimentos de economia solidária. Compreende-se, no entanto, que há dificuldade em obter tais informações, visto que os empreendimentos, situados no interior do Estado, não possuem infra-estruturas adequadas, pois os mesmos não possuem nem mesmo contato telefônico disponível, o que inviabiliza coletar informações sobre os mesmos.

como enfoque e movimento ao mesmo tempo” (GAJARDO, 1986, p. 11)¹¹, haja vista que possibilita a participação dos sujeitos sociais, a fim de desvendar e, simultaneamente, transformar seu próprio cotidiano, sua realidade. Isto não significa que se quer, com esse tipo de pesquisa, a obediência de sujeitos populares com participação em sentido subalternizado, mas uma pesquisa coletiva em que os sujeitos estão organicamente implicados nos momentos processuais da mesma.

Como afirma Boterf (1984, p. 58), a pesquisa participante parte da realidade, ou seja, do cotidiano dos sujeitos sociais da mesma, pois a “história cotidiana de um povo é a da luta cotidiana contra a opressão” podendo ser adaptada a condições peculiares, limitações e dificuldades. Os grupos ou sujeitos investigados “não são mobilizados em torno de objetivos específicos e sim são deixados às suas atividades comuns” (THIOLENT, 1984, p. 83).

Nesta dissertação, a pesquisa participante teve como espaço as reuniões com os atores sociais para discussão da lei de economia solidária do Estado do Pará; reuniões do FPEPS, reuniões do Fórum de Empreendedores Populares e Solidários do Pará – FEPSPA, reuniões do Grupo de Trabalho/GT de Economia Solidária para o Fórum Social Mundial/FSM. Além disso, em eventos e debates acerca da temática como: Plenária de Economia Solidária da Região do Salgado, Plenária Metropolitana de Economia Solidária, V Plenária Paraense de Economia Solidária e IV Plenária Nacional de Economia Solidária, essa última ocorrida em Luziânia/GO, momento em que se participava como representante da UNITRABALHO¹²-PITCPES/UFPA.

Pode-se destacar a fragilidade dos sujeitos sociais dos empreendimentos solidários que recebem assessoria técnica do PITCPES, assim como dos empreendimentos que participaram do FSM/2009. Nos debates, nesses espaços, como nos próprios eventos de economia solidária observou-se que havia certa imprecisão na compreensão da economia solidária, levando-se a questionamentos como: o que é economia solidária para o Movimento de Economia solidária no Estado do Pará? Como surgiu a economia solidária no Pará? Qual a concepção de empreendimentos solidários do Movimento de Economia Solidária do Pará? Como se organiza o Movimento de Economia Solidária no Pará, considerando suas tramas e seus

¹¹ Para esta autora a pesquisa participante se desenvolve sob duas vertentes distintas: a vertente educacional, a qual é contrária ao positivismo pedagógico; e, a vertente sociológica, que “reage aos paradigmas dominantes de interpretação da realidade social” (GAJARDO, 1986, p. 12).

¹² Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – REDE UNITRABALHO. Maiores informações sobre a REDE UNITRABALHO acessar: <http://www.unitrabalho.org.br/>.

desafios? Questões que levaram à necessidade de compreender como se organiza esse movimento no Pará, a fim de verificar sua prática social e como a economia solidária vem se configurando como novo sujeito social, no interior do modo de produção capitalista. Dessa forma, foi necessário entender como se apresentava a organização sócio-produtiva desses atores sociais: sua dinâmica de formação enquanto movimento de mobilização sócio-produtiva e política; sua cooperação, conflitos e negociações, bem como os desafios na trajetória da constituição do Movimento de Economia Solidária no Estado do Pará, permitindo a afirmação de valores diferenciados daqueles impostos pelo capitalismo.

Neste sentido, o estudo passou, necessariamente, por uma avaliação constante dos procedimentos metodológicos que possibilitaram a apreensão das tramas, desafios da economia solidária a partir de seus atores tornando-se indispensável, ao longo do tempo, a revisão de determinados instrumentos, a fim de capturar a dinâmica do Movimento de Economia Solidária no Estado do Pará.

Para tanto a pesquisa foi distribuída em três capítulos, além das **Considerações Iniciais** e **Considerações Finais**. Assim, inicialmente apresentam-se considerações sobre o estudo, seu objetivo e breve explanação sobre os procedimentos metodológicos adotados, enfatizando as questões norteadoras da pesquisa.

No primeiro capítulo da pesquisa, discute-se **a economia solidária no contexto da reestruturação produtiva**, para demonstrar como a economia solidária se apresenta no modo de produção capitalista, particularmente na conjuntura de flexibilização produtiva. Além disso, apresenta-se os impactos da reestruturação produtiva no Brasil, tendo em vista o crescimento do desemprego estrutural, a precarização e flexibilização das relações do trabalho, bem como a terceirização e os avanços tecnológicos resultantes da crise do sistema capitalista de produção. Essa crise traz transformações no mundo do trabalho que conduz a reinvenção de relações de produção e trabalho por meio de estratégias, o que na economia solidária ocorre a partir de relações pautadas na solidariedade e na cooperação, mesmo no contexto da reestruturação capitalista de produção.

No segundo capítulo tratou-se da análise teórica para a compreensão das diferenças conceituais entre **economia informal**, **economia popular** e **economia solidária**, a fim de esclarecer a imprecisão existente tanto no interior do debate acadêmico quanto no cotidiano dos trabalhadores da economia solidária. Para tanto, reuniu-se leituras de autores que

discutem as referidas categorias, a fim de demonstrar como as mesmas estão sendo apresentadas, assim como os supostos “equívocos” e contradições encontradas sob uma mesma categoria. No sentido de elucidar cada uma das categorias estudadas apresenta-se um quadro que demonstra suas características mais gerais como forma de esclarecer a distinção entre ambas.

No terceiro capítulo, expõe-se a **economia solidária como movimento de mobilização sócio-produtiva**, considerando seus atores, além das tramas e desafios no processo de constituição da economia solidária no Estado do Pará. Inicialmente fez-se uma discussão sobre a redemocratização como mobilização de direitos a fim de introduzir o debate sobre movimento social no Brasil. Em seguida, para entender o processo de construção dos novos movimentos sociais apresentaram-se elementos que os diferem dos movimentos sociais clássicos na busca de compreender a economia solidária como novo movimento social a partir de sua perspectiva construção, passando pelo debate de suas redes por meio de territórios como espaço de relações sócio-política e econômicas. Assim, demonstra-se como a rede de economia solidária é constituída e articula diversos atores sociais. Posteriormente, apresenta-se de forma analítica a fala dos atores sociais e protagonistas da economia solidária no Pará, evidenciadas nas entrevistas e na própria observação participante, objetivando-se expor o surgimento, a organização, as lutas da economia solidária, apontando ainda seus desafios considerando, nesse contexto, suas tramas e seus atores para sua construção enquanto novo movimento social. Em seguida, para finalizar, as **Considerações Finais** apresentam algumas reflexões, assim como, conquistas do movimento de economia solidária do Pará, considerando também suas dificuldades.

CAPÍTULO I

A Economia Solidária no contexto da Reestruturação Produtiva

1.1 – A reestruturação produtiva e os impactos no Brasil

Na análise sobre as transformações no mundo do trabalho nos países de capitalismo avançado, particularmente, nas décadas de 70 e 80 do século XX, Antunes (1998) aponta essas mudanças como resultado de uma crise do próprio capital e que, conseqüentemente, gera crise no trabalho. Essas alterações estão na dimensão da produção, da política e da representação sindical, nos níveis de sua materialidade e de sua objetividade.

As transformações ocorridas no mundo econômico atingem diretamente a vida política, social e até mesmo cultural da sociedade brasileira. Isto reflete, em especial, na vida da classe-que-vive-do-trabalho¹³ (ANTUNES, 1998; 2007), visto que o neoliberalismo tem buscado “modelar” o trabalhador para atender as demandas existentes, com base no capitalismo contemporâneo. Essas grandes modificações na vida social e nos processos de trabalho são estudadas como reestruturação produtiva, processo econômico, político e cultural em curso, cujo dinamismo e complexidade vêm acontecendo em nível planetário e em ritmo acelerado, exigindo a inserção de todos nessa dinâmica. Nessa ótica, Alves (1999, p. 106) afirma que

sob a mundialização do capital, ocorre um deslocamento da base “material” e institucional do novo regime de acumulação que torna-se predominantemente financeiro, rentista e parasitário, centrado não mais no setor industrial, mas sim nos mercados financeiros que “dão o tom” ao regime de acumulação através do ritmo e da orientação que imprimem ao investimento, mas também à partilha das riquezas e do trabalho.

Para Rigotto (1998), a reestruturação produtiva pode ser caracterizada por dois elementos: a inovação tecnológica que hoje se processa via microeletrônica, exemplos: computadores, máquinas, robôs e pela inovação organizacional com base na terceirização, trabalho em equipe, pólo industrial.

¹³ Trata-se do conjunto de trabalhadores assalariados com carteira de Trabalho e Previdência Social – assinada ou não, que disponibilizam sua força de trabalho ao grande capital. São homens e mulheres de diversas ocupações e que não possuem meios de produção, tendo apenas que vender sua força de trabalho, submetendo-a, muitas vezes, a trabalhos precários como alternativa de sobrevivência.

A crise capitalista trouxe uma série de transformações societárias, as quais produziram uma reestruturação da política e da economia, por intermédio de novas estratégias de organização e gerenciamento do trabalho, assim como de suas relações. Essas transformações se apresentaram como uma conformação sócio-política na passagem de um novo regime de acumulação, logo, um novo sistema de regulamentação política e social (MIRANDA et al, 2008).

As crises do sistema capitalista se configuram no sentido de adquirir novos investimentos e desenvolvimento de novo processo de produção que, necessariamente, tendem, em primeira instância, aniquilar os trabalhadores, à medida que os mesmos são considerados ineficientes face às demandas do mercado, ou seja, a crise impulsiona novos investimentos a fim de inovar e expandir a produção. Além do mais, por definição do mercado, os trabalhadores não são valorizados na mesma proporção. Dessa maneira, as crises estimulam a construção de novas alternativas de reestruturação da relação entre capital e trabalho, a qual ocorre, de um lado, pela resistência dos trabalhadores, e de outro lado pela intervenção do capitalista.

Os avanços tecnológicos e as novas formas de organização do trabalho, as fusões e incorporações em escala mundial, a reestruturação patrimonial decorrente do processo de privatização, dentre outros, afetou os ambientes das organizações e alterou a estrutura produtiva da economia brasileira, destruindo e criando elos e cadeias produtivas, exigindo novas posturas dos governos, empresários, trabalhadores e organizações. Nesse contexto, surgem “novas tendências de organização do trabalho nas empresas grandes que envolveram um forte crescimento de terceirização de atividades antes realizadas por empregados dentro das grandes empresas” (BALTAR, 2003, p. 112).

A terceirização consiste em concentrar esforços naquilo que é a vantagem competitiva da empresa e transferir o conjunto de atividades, seja apoio ou mesmo de produção, para outras empresas, com o intuito de reduzir custos e simplificar o processo produtivo. Nesse contexto, se combinam formas de organização do trabalho apoiadas em novas tecnologias de comunicação e linguagem como condição para acessar os empregos relacionados ao terciário avançado¹⁴, com o trabalho simples, submetido cada vez mais a formas de precarização. Essas modalidades de trabalho se inscrevem no novo regime de acumulação flexível, como solução temporária para aumentar as taxas de lucratividade do capital.

¹⁴Novas tecnologias de comunicação e da linguagem, como a *internet*, a moda, o *marketing e design* etc.

Nesses termos, o aprofundamento da crise no mundo do trabalho produz as transformações das relações entre capital e trabalho que repercutem nas diferentes manifestações da vida social, além disso, abrem caminho para o aparecimento e o avanço de outras formas de organização do trabalho. Esse sistema de exploração tem como referência a introdução de novas tecnologias microeletrônicas, máquinas avançadas estruturadas sob a nova lógica do capital financeiro, ou seja, novos padrões organizacionais são introduzidos objetivando o desenvolvimento da produtividade do trabalho, em detrimento da exploração dos trabalhadores. Nesse sentido, o mundo do trabalho tem se metamorfoseado a partir de dois grandes eixos: de um lado, a precarização e o acirramento da pobreza e; de outro lado, a criatividade virtuosa produzida por NTCIs – Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (BARBOSA, 2007; CASTELLS, 1999), que “constituem uma poderosa ferramenta de organização em rede” (SILVA, 2007, p. 119).

Neste âmbito, a aniquilação dos direitos trabalhistas é mais um fator de redução dos custos da produção reestruturada. Para Alves (1999), novos excluídos surgem nessa reestruturação, pois sob a mundialização do capital – com a transição para a pós-grande indústria – eles passam a fazer parte de uma “população trabalhadora excluída”. No período das grandes indústrias essa população fazia parte de uma massa de “trabalhadores assalariados excedentes”. Assim, esse “‘excedente’ inverte-se em excluídos” (ALVES, 1999, p. 151) transformando-os em desempregados e sub-proletários do sistema capitalista de produção.

No Brasil, a reestruturação produtiva teve impulso no início dos anos 90, quando as principais empresas lançaram-se ao mercado externo como forma de atenuar o impacto da recessão. Além dos setores exportadores, o setor bancário também passou a utilizar internamente a dinâmica das inovações tecnológicas. Os trabalhadores de ambos os setores passaram a enfrentar, no cotidiano, os desafios e os dilemas das inovações tecnológicas, bem como, seus impactos sobre o nível de emprego.

Segundo Baltar (2003), a década de 90 do século XX foi marcada pela crise da dívida externa. Isso acarretou interrupção do crédito internacional ao mercado doméstico, elevando as importações e diminuindo o poder aquisitivo da população em função da inflação em alta. Dessa maneira, com o intenso endividamento de famílias, empresas e mesmo setor público, nos países desenvolvidos, na década anterior e “sob uma nova orientação política favorável à desregulamentação das finanças” (Idem, p. 108), evitando a inflação, este endividamento daria “margem a um intenso desenvolvimento do mercado financeiro” (Idem), visto que o

estágio atual do capitalismo está diretamente ligado à financeirização do capital, denominado acumulação flexível, a qual é marcada por um combate direto “imposto” pela austeridade do fordismo (HARVEY, 1992)¹⁵.

Em se tratando da crise capitalista Alves (1999, p. 36) afirma que “a idéia de crise do capital (...) possui um sentido processual, [ou seja,] média ou longa duração, marcada, inclusive por períodos de retomada do crescimento capitalista e de expansão, mais ainda do capital”. Na tentativa de reprimir as conseqüências da crise capitalista sobre os países centrais, o sistema capitalista vem transferindo os ônus para os países periféricos, a partir de suas idéias neoliberais, que cada vez mais vêm ganhando espaço no mundo globalizado. Assim, em um primeiro plano essas medidas de “contenção da crise se deram pela intensificação das condições de *exploração da força de trabalho*, do que decorreu o agravamento das condições de vida da população trabalhadora” (MIRANDA et al, 2008, p. 2).

As alterações no quadro financeiro internacional “viabilizou a implementação de uma nova orientação de política de desenvolvimento para as economias dos países subdesenvolvidos, especialmente da América Latina, (...) conhecida como Consenso de Washington” (BALTAR, 2003, p. 109). Essa nova orientação política determinava a liberalização do comércio externo, com livre entrada e saída de capital, além da privatização de empresas públicas, redução do aparelho estatal e concessão de “serviços de utilidade pública para a iniciativa privada operar com lucro” (Ibidem). Como conseqüência imediata aos países latino-americanos houve “forte entrada de capital internacional” (Ibidem), pois estes deveriam se atrelar ao “ritmo e as características da evolução da economia americana” (Ibidem). Conforme Miranda et al (2008, p. 2) o Brasil aderiu à flexibilização da produção, inserindo-se na mundialização do capital tendo como conseqüências: “estagnação econômica, abertura de mercado para concorrências externas, privatizações, fechamento de inúmeras empresas do setor industrial e, por conseguinte, aumento do número de desempregados no país, além da precarização do trabalho.

O impacto imediato da liberalização da economia dificultou o processo de desenvolvimento da capacidade de exportação, uma vez que “estimulou a concentração do

¹⁵ Este autor atribui três características ao chamado fordismo: Produção em massa para um consumo em massa; novo sistema de reprodução da força de trabalho; e nova estética e nova psicologia para a organização do trabalho. Já em relação ao toyotismo, Harvey (1992) apresenta várias características ao que ele chama acumulação flexível, notadamente: a flexibilidade dos mercados de trabalho, dos processos de trabalho e dos produtos, bem como, dos padrões de consumo.

investimento em atividades voltadas exclusivamente para o mercado doméstico” (BALTAR, 2003, p. 110), na tentativa de valorizar a moeda nacional. Essas “medidas” tinham a perspectiva de promover a desestruturação das cadeias produtivas, bem como, aguçar a racionalização das empresas capitalistas visando afetar diretamente a geração de emprego e renda.

Com isso a atividade econômica no Brasil, na década de 1990, oscilou fortemente apresentando lento crescimento econômico e, por conseguinte, ao final dessa década a renda *per capita* manteve a mesma característica do final da década de 80, contribuindo para a estagnação. Contudo, segundo Baltar (2003), essa estagnação não atingiu a economia do Brasil em sua totalidade, em virtude da abertura comercial externa. Isto porque as alterações intensas provocadas na estrutura da economia, apesar de limitadas a “reestruturação da indústria de transformação e avanços significativos em setores específicos de prestação de serviços, notavelmente em comunicações” (p. 113) e com poucos investimentos, deram fôlego para não se estagnar completamente.

Apesar desta suposta injeção na economia brasileira, por conta de capital internacional, houve queda significativa de postos de trabalho, tanto na indústria de transformação, quanto em estabelecimentos de extração mineral dentre outros setores. Um estreitamento do mercado de trabalho foi observado ainda nas áreas urbanas e nas áreas rurais, em virtude das mudanças ocorridas na agricultura brasileira, uma vez que se intensificou a agro-industrialização e mecanização de colheitas. Portanto se intensificou consideravelmente o desemprego aberto, apresentando uma taxa de 10,4% no final da década de 90, logo, empurrando mais trabalhadores ao setor informal da economia. Isto porque o número de desempregados cresceu de três milhões para oito milhões, ao longo da última década do século XX (BALTAR, 2003).

Nesse contexto, no Brasil, o desemprego acompanhado pela crescente flexibilização, abertura econômica, precarização e informalização do emprego, tornou-se o mais grave drama nacional. Essa conjuntura forçou os trabalhadores a suportarem condições de trabalho menos favoráveis e a verem retiradas conquistas trabalhistas que se pensava estarem solidamente implantadas. Em relação à flexibilização das leis trabalhistas, conseqüência também da crise e da reestruturação das relações capitalistas, uma infinidade de situações foram geradas. Dentre essas situações pode-se citar: diminuição do número de trabalhadores com carteira assinada, contratação terceirizada, contratos formais de trabalho – com renúncia de direitos trabalhistas,

diminuição de carga horária com redução de salários, entre outras, instituindo ofensiva aos direitos sociais e políticos conquistados de maneira árdua pela classe trabalhadora durante o século passado (RIGOTTO, 1998).

Com essa realidade, o trabalho por conta própria aumentou em 42,6%, ou seja, para 12,1 milhões, na década de 1990. Esse crescimento na taxa de trabalhadores por conta própria concentrou-se, preponderantemente, em dois setores de atividades propícias à baixa atividade econômica: o comércio de mercadorias e a construção civil, apresentando-se como alternativa de ocupação (BALTAR, 2003). A partir do início da década de 90, as inovações tecnológicas e organizacionais passaram a difundir-se para o conjunto da economia. O comércio e até os serviços públicos buscavam aplicar programas de qualidade, produtividade e redução de custos. Dessa maneira, conforme Rigotto (1998) a marca mais característica da reestruturação produtiva no país foi dada pela predominância das inovações organizacionais e gerenciais, entre as quais se difunde a terceirização.

Neste contexto, os impactos das inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais começaram a afetar um número maior de trabalhadores. As empresas passaram a organizar a produção e o trabalho, de tal forma, que uma planta industrial seria capaz de produzir uma gama, cada vez maior, de produtos numa mesma linha de produção e ter a capacidade de enfrentar as oscilações do mercado, o maior desafio passou a ser a flexibilidade produtiva. Dessa maneira, para entender tal precarização Barbosa (2007) aponta os seguintes aspectos para caracterizar o trabalho precário:

- ✓ Trabalho realizado em tempo parcial seja diariamente, semanalmente ou mensalmente com extensas jornadas de trabalho e seu pagamento efetivado pela produção ou pelo serviço prestado;
- ✓ Trabalho realizado em condições insalubres, sem garantias legais de estabilidade e sem direitos trabalhistas de qualquer natureza. Portanto, não há segurança de cobertura social para o trabalhador no momento em que sua força de trabalho estiver indisponível para o mercado assim como não tem como garantir seu futuro.

A propósito, o trabalho precário se torna presente à medida que o desemprego cresce, sendo a “peça-chave do processo de exploração” (BARBOSA, 2007, p. 40), por funcionar como “dosador”, ou seja, regulador da oferta de força de trabalho no mercado capitalista. A

precarização do trabalho, desse modo, torna-se uma alternativa rentável para o capitalista, que diminui os custos de produtividade, incluindo nesse processo o trabalhador. No Brasil, por exemplo, de 10 empregos com carteira assinada 7 recebem menos que dois salários mínimos por mês (BARBOSA, 2007)¹⁶. Isto porque a oferta de mão-de-obra é elevada e, portanto, o capitalista “paga” baixos salários, incompatível com a função ou cargo do trabalhador. Este por sua vez se submete a baixos salários em prol de sua manutenção no mercado de trabalho. Contudo, essa situação não é garantia de estabilidade profissional para o trabalhador. Vale enfatizar que essas transformações no mundo do trabalho implicam no chamado desemprego estrutural como resultante do novo regime de acumulação flexível (HARVEY, 1992) ou especialização flexível (PIORE & SABEL, 1984). Tal acumulação pode ser caracterizada por maior flexibilidade dos contratos trabalhistas, os domínios dos meios de produção e, ainda, fixação de salários por parte dos empresários em “acordos” com os próprios trabalhadores e/ou sindicatos.

A crise do mercado de trabalho é constatada pelo subemprego, particularmente, trabalhos com baixos salários, ou ainda, sem remuneração alguma. Essa maneira de se manter no mercado de trabalho é identificada como “estratégia de sobrevivência precária” (POCHMANN, 2002). Assim, se percebe que a precarização do trabalho e o desemprego são faces da mesma moeda, pois o desemprego traz como consequência a degradação das relações e condições de trabalho, reestruturando o mercado e aumentando a heterogeneidade social: trabalho terceirizado, parcial, temporário, por contrato – sem garantias trabalhistas, sem remuneração monetária, trabalho não pago, entre outros (BARBOSA, 2007).

Em relação às empresas a flexibilização vem possibilitando, em grande escala, a substituição do trabalho humano, pela utilização das tecnologias da informação e da eletrônica. A robótica, por exemplo, ganha maior espaço no interior das empresas. Além disso, significativas modificações nas relações de trabalho vêm se efetivando, seja em âmbito interno da empresa, seja na forma de contratação por tempo determinado de mão de obra. Conseqüentemente, há a diminuição de trabalhadores com contratos permanentes no quadro funcional das empresas capitalistas.

A flexibilização nos contratos de trabalho vem tornando comuns as situações de trabalhadores assalariados – com carteira registrada – em que os mesmos são compelidos a compensar horas “não trabalhadas” no tempo regular em períodos de pico de demanda das

¹⁶ Período compreendido entre janeiro e junho de 2004.

empresas capitalistas. Trata-se de uma “camuflagem” utilizada por tais empresas, fazendo que os trabalhadores considerem como uma “redução” de carga horária. Na realidade, não existe horas não trabalhadas ou redução de carga horária, visto que, por exemplo, esses empregados comumente precisam levar tarefas a serem desenvolvidos em seus domicílios, e estas não são contabilizadas para efeito de horas trabalhadas (MIRANDA, 2007).

Nesse sentido, há uma grande rotatividade de mão-de-obra visto que as empresas buscam profissionais cada vez mais adaptáveis e flexíveis às normas do mercado capitalista de produção, pois necessita de profissionais polivalentes e multifuncionais – próprios da era toyotista¹⁷ – tendo os trabalhadores que desenvolver várias atividades, reduzindo os custos da empresa. Com isso, percebe-se que a polivalência se constitui, portanto, uma exigência das empresas capitalistas para garantir mais lucratividade e exploração do trabalhador.

Além do mais, o mercado capitalista busca profissionais que tenham a disponibilidade, se necessário de se mover “geograficamente” sem atribuir custos para empresa, uma vez que há uma “troca”: o empregado utiliza seu automóvel e o empresário lhe “concede a oportunidade” do próprio trabalhador “estipular o seu tempo de trabalho”. Ou seja, o empresário utiliza esse tipo de estratégia para, cada vez mais, lucrar com a flexibilização produtiva.

Diante disso, é importante enfatizar como característica da acumulação flexível a própria flexibilidade nas formas de consumo, em que há um processo maior de diferenciação entre os produtos, pois ocorre um aceleração na inovação das formas de produção, reduzindo o ciclo de vida dos produtos, ou seja, a depreciação do produto acontece também de forma acelerada, tornando-se produtos quase “descartáveis”.

A redução da intervenção do Estado, no que concerne ao âmbito econômico e social também é outra característica presente na acumulação flexível, a qual contribui para a manutenção dos domínios da defesa nacional e da ordem pública. Essas características estão presentes tanto nos países periféricos quanto nos países cêntricos (NETTO, 1996). Isto porque os trabalhadores são excluídos não somente pela baixa qualificação profissional ou baixa

¹⁷ De acordo com Antunes & Alves (2004) no modelo de organização e produção toyotista há recusa a trabalhadores herdeiros da “cultura fordista, ou seja, fortemente especializados; há, portanto, predominantemente a organização do trabalho polivalente e multifuncional, em que os trabalhadores são denominados compelidos a se tornarem “multiprofissionais.

escolaridade, mas fundamentalmente pelo avanço das tecnologias de produção, que substituem o homem pelas máquinas automatizadas, sob a própria intervenção do Estado.

Hoje, a reestruturação capitalista, impulsionada pela acumulação flexível, destrói pessoas, cidades, corporações, famílias, visando à reconfiguração das estruturas de poder da burguesia à medida que as possibilidades humanas obrigam ao “autodesenvolvimento (...), mas as pessoas só podem desenvolver-se de maneira restrita e distorcida” (BERMAN, 2007, p. 119), porque aquilo que não tem atração para o mercado capitalista é comprimido de modo drástico.

Essa realidade traz grandes repercussões na sociedade capitalista, particularmente, na classe-que-vive-do-trabalho. Nesse contexto, essa classe precisa pensar e mobilizar estratégias para garantir sua sobrevivência, bem como, para transformar a própria sociedade, criando alternativas para dirimir seus problemas. Isto porque no mercado capitalista não existe a possibilidade de igualdade entre seus agentes econômicos e, por isso, a subordinação tende a ser uma norma para baixar a concorrência.

1.2 Economia solidária e reestruturação produtiva

A economia solidária apresenta uma maneira de produzir diferenciada dentro do próprio modo de produção vigente, pois ela convive nesse sistema capitalista de produção e é entendida como alternativa real ao desemprego que assola atualmente o mundo do trabalho¹⁸. Trata-se em grande parte, da necessidade que os trabalhadores têm em descobrir, no sistema capitalista, possibilidades de geração de trabalho e renda, a fim de suprir, sobretudo, suas necessidades básicas. Assim, as camadas sociais de trabalhadores (re)criam alternativas de inserção sócio-produtivas individuais e coletivas (empreendimentos informais, cooperativas, associações e grupos de produção e serviços), com objetivo de geração de trabalho e renda.

Para os teóricos da concepção liberal, as experiências de economia solidária apresentam-se, mais uma vez, como “correção” das crises cíclicas¹⁹ do sistema capitalista, pois quando a crise econômica se instala aparecem ou ressurgem experiências dessa natureza tendo como função “reduzir pressões populares por trabalho, emprego e renda” (EID &

¹⁸ Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 2003 o número de desempregados no mundo ultrapassou 6%, correspondente a 185,9 milhões de trabalhadores desempregados (BARBOSA, 2007).

¹⁹ Segundo Mandel (1990) de 1825 a década de 1970 do século XX, foram 20 crises cíclicas, dentre as quais a crise em escala mundial, ocorrida de 1974 a 1975, que atingiu vários países, ao mesmo tempo, denominada como “crise sistêmica”.

GALLO, 2003, p. 3). Isto porque, de acordo com tal concepção, o empreendimento solidário ao crescer economicamente, sendo contrário às proposições capitalistas, torna-se inviável ao sistema capitalista, fecha as portas por não se submeter ao mercado capitalista. Na visão de Chiariello (2008, p. 5) os empreendimentos solidários, ao representarem uma alternativa diferenciada de participação na economia capitalista, “atuam na correção de instabilidades temporais do mercado de trabalho com ações coletivas, capitaneadas pela sociedade civil”.

Assim sendo, o ciclo econômico da economia do capital tão logo torna a se reerguer, ou seja, o “sistema econômico de exploração” entra em uma nova fase de crescimento²⁰, os capitalistas investiriam novamente na geração de novos empregos “e isso levaria trabalhadores associados em empreendimentos solidários a optarem em retornar ou iniciar-se na condição de trabalhador assalariado” (EID & GALLO, 2003, p.3).

Contudo, o fato da economia solidária se constituir como uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda, em que os seus sujeitos sociais estão envolvidos não apenas pela questão econômica, mas por princípios da economia solidária como: autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção, cuidado com o meio ambiente, segundo a SENAES/MTE (BRASIL, 2006) torna-se capaz de nortear os empreendimentos solidários na criação de condições dignas de trabalho e a manutenção de empreendimentos sólidos, mesmo nas “fases de crescimento” do ciclo econômico no sistema de exploração capitalista.

Sob esses princípios a economia solidária é estratégica em sua organização sócio-produtiva ao potencializar a produção local, para o mercado interno e externo a partir de elaboração de ações propositivas no sentido de pressionar a “implementação de políticas públicas específicas” (EID & GALLO, 2003, p. 3), por parte das esferas governamentais. Observa-se que os atores sociais da economia solidária são “propositivos e ativos no sentido de buscar a conquista da autonomia e construção da cidadania coletiva” (Idem), pois a sua “trajetória histórica será a de buscar superar as suas dificuldades iniciais e estar orientada para a reprodução ampliada das condições de vida em sociedade” (EID et al, 2006, p. 8-9).

²⁰ Para Schumpeter (1988, p. 32) o “sistema de valores que for estabelecido e as combinações que forem dadas serão sempre ponto de partida para cada novo período econômico e têm, por assim dizer, um pressuposto a seu favor”.

Nesse contexto, conforme Gaiger (2000) a economia solidária vem se apresentando em diversos países como avanço na transferência de renda aos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, assim como a aquisição de renda àqueles que se encontram em trabalhos precários.

Enquanto alguns autores afirmam que os empreendimentos solidários no Brasil iniciaram sua organização democrática, nos meios urbano e rural, desde meados da década de 1980 (CHIARIELLO, 2008, p. 4) outros, como Gaiger (2000), asseguram que a economia solidária se evidenciou a partir dos anos 90. Isto porque no regime autoritário não se falava em crise da sociedade, tampouco, em economia solidária, apenas em projetos comunitários, mas sem abordar questões concernentes a geração de trabalho e renda, visto que esse se trata de um termo utilizado recentemente (Idem), pois ainda se vivia a perspectiva do “milagre econômico”, que tinha como promessa a universalização do assalariamento²¹ com a abertura de mercado²². Na década de 1990, com mudanças de pensamento a respeito da organização da produção, se configura os primeiros passos para a produção organizada em redes, formada por empreendimentos solidários.

Para Gaiger (2004) a economia solidária no Brasil, por um lado, se expandiu em virtude da pressão da crise estrutural do mercado de trabalho, quando os desempregados buscam alternativas econômicas de sobrevivência. Por outro lado, essa realidade conjuntural estimula “a ação mobilizadora de movimentos sociais, parcelas do sindicalismo e de inúmeras entidades civis” (Idem, p.799), na busca da direção a soluções coletivas. Para isso, os movimentos sociais precisam, por exemplo, “ter condições de organizar seus próprios encontros, como mecanismo de afirmação pública de seus problemas e reivindicações” (SILVA, 2007, p. 119).

Vale ressaltar que de acordo com Silva (apud MIRANDA et al, 2008) o aumento de uma variedade de organizações populares, como iniciativas familiares, associativas e/ou comunitárias, reflete trajetórias, formatos e modalidades diferentes, com diversos graus de interdependência entre os que dela participam. Além do mais, essas experiências, em

²¹A sociedade capitalista possui suas particularidades e entra em cena uma nova forma de trabalho: o assalariado. Aqui, o capitalista, dono do capital, compra o trabalho do trabalhador. Este não tendo alternativa vende, por dinheiro, sua força de trabalho. Portanto, na sociedade capitalista a mão-de-obra se reduz a uma mercadoria, em que o patrão a compra por dinheiro. Na realidade o capitalista troca por dinheiro a força de trabalho do trabalhador, seja por um dia, uma semana, um mês ou mesmo por um período de contrato trabalhista (MARX, 2004).

²² Conforme já tratado anteriormente.

particular, daqueles “segmentos populares dotados de substrato comunitário ou de identidade” (GAIGER, 2004, p. 799), são formados a partir do trabalho, podendo contribuir para a solução de problemas coletivos.

CAPÍTULO II

A economia solidária na relação com a economia informal e a economia popular

Para a (in)definição a respeito de economia informal, economia popular e economia solidária, inicialmente, foi necessário realizar estudos específicos mostrados em seções visando conceituá-las no intuito de contribuir para clareza, tendo em vista entender suas características e como elas possibilitam a compreensão da própria economia solidária.

Conforme França Filho (2002) no campo teórico há dificuldades a respeito da clareza em distinguir economia informal, economia popular e economia solidária, visto que cada categoria tem seu significado específico. Assim, é necessário verificar seus limites a fim de clarificar as diferenças e particularidades destas categorias, em face das características mais pertinentes, embora reconhecendo que há elementos de complementaridade entre estas.

Para evidenciar a imprecisão conceitual em relação às categorias supracitadas observa-se que o conceito de economia popular vem sendo compreendido “através de expressões como ‘economia informal’, ‘estratégias de sobrevivência’ ‘economia subterrânea’ e outras similares” (RAZETO, 2005, p. 34). No entanto, para Tavares (2004) e Sena (2002), economia subterrânea, por exemplo, é “sinônimo” de economia informal diferentemente, portanto, de economia popular, visto que nem todas as atividades de geração de renda, realizadas em âmbito informal, podem ser consideradas popular em virtude da dinâmica à qual tais atividades estão inseridas. Nesse contexto, está o narcotráfico e a exploração sexual, por exemplo, que fazem parte da economia informal, visto que além de dinamizarem a economia (nacional e internacional) não pagam impostos e também não estão apenas nas classes consideradas subalternas ultrapassando, portanto, a esfera popular.

Assim, considera-se que os conceitos de economia formal e economia informal não são suficientes para explicar e/ou qualificar nem a economia popular nem a economia solidária, em virtude da complexidade das relações sociais de trabalho, de produção, bem como econômicas próprias dessas formas de produção e trabalho. É importante, portanto, analisar “*el sentido y la racionalidad interna de los emprendimientos económicos generados por los propios trabajadores*” (TIRIBA, 2008, p. 176).

Para clarear o conceito de economia solidária é necessário ainda distinguir outra confusão que se encontra entre economia popular e economia solidária. A “economia popular (...) significa, sobretudo, uma opção, um modo de vida” (GADOTTI, 2005, p. 13), que significa nada mais que uma forma distinta de produzir, não necessariamente baseada em regras formais, “o que implica um projeto de sociedade e novos valores” (Idem). Assim, embora a economia popular tenha algumas características da economia solidária é necessário demarcar os limites e especificidades de cada uma, pois a economia popular “expressa o modo de ser do povo” (Idem p. 14). Percebe-se que há certo conflito de idéias em relação à definição conceitual de economia popular e economia solidária, em virtude de algumas características se apresentarem tanto em uma quanto em outra. Isto porque ambas notavelmente emergiram das classes populares. Entretanto, é importante destacar que a economia solidária vai além da economia popular.

A esse respeito é possível que a economia popular possa vir a se transformar em economia solidária²³ desde que sua prática seja orientada pelos princípios da economia solidária, pois ela tem um projeto de sociedade baseado em novos valores, inclusive do homem²⁴ como centralidade, a partir do trabalho coletivo. Trata-se, portanto, de uma forma diferenciada de produção em que há espaços de respeito e valorização do ser humano por meio de seu saber popular. Já a economia popular tem a perspectiva de gerar trabalho e renda, mas não busca mudança, pois fica “limitada” a esse aspecto.

Vale ressaltar que a própria SENAES/MTE, ao que parece, tem uma concepção ampla em termos de empreendimentos de economia solidária, ou seja, em sua proposta há certa confusão entre economia popular e economia solidária. Para a SENAES/MTE, embora “teoricamente” a economia solidária esteja pautada na coletividade, em termos práticos – empíricos – qualquer empreendimento que não seja organizado por meio de uma relação estreitamente capitalista, seja de natureza individual, familiar ou coletiva são considerados

²³ Em Belém, alguns empreendimentos próprios da economia popular se modificaram e se transformaram em empreendimentos de economia solidária, conforme informações dos próprios atores sociais presentes em reuniões do FPEPS. Outros empreendimentos já trabalhavam praticando princípios da economia solidária, no entanto não a conheciam “teoricamente”, como é o caso da Associação Cerâmica Chicano, localizada em Santa Bárbara do Pará, na Colônia Chicano. Para maiores informações sobre esse empreendimento consultar Barbosa et al (2008) “Processo de trabalho em Olarias e desenvolvimento local na Região Metropolitana de Belém” – mesa temática apresentada no Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social, ocorrido em São Luís.

²⁴ Vale ressaltar que a modernidade é responsável pela criação da espécie “não humana”, visto que o amor, o sofrimento moral, a afeição, a bondade do coração são abolidos em detrimento de sentimentos individuais de “seres sem espírito, sem coração, sem identidade sexual ou pessoal” (BERMAN, 2007, p. 39): o homem moderno, mas não enquanto sujeito capaz de ação sobre o mundo, apenas “homens ociosos” (BERMAN, 2007, p. 40). Isto decorre da compreensão que os homens são programados para produzir – e reproduzir – exatamente os desejos que o sistema de produção vigente determina.

empreendimentos de economia solidária. Isto pôde ser observado no próprio mapeamento da economia solidária desta secretaria²⁵. A respeito disso, é necessário ter certos cuidados, pois um empreendimento de natureza individual é considerado por essa secretaria como de economia solidária, embora se compreende esse tipo de empreendimento vinculado à economia popular.

O debate acadêmico acerca das noções e terminologias sobre economia informal, economia popular e economia solidária é embrionário. Para complicar um pouco mais esse cenário há ainda a noção de terceiro setor, a qual tem sido bastante difundida “dada sua vulgarização tanto na mídia quanto nos mais diversos fóruns institucionais, não só no plano nacional como também internacionalmente” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 9).

No entanto, não se pretende fazer uma discussão teórica a respeito da terceirização ou terceiro setor, visto que não se trata de uma categoria de análise para tal pesquisa. Trata-se nesse momento apenas de notas para introduzir o assunto a ser abordado. Assim, o terceiro setor não diz respeito ao setor privado comercial e nem ao setor público estatal, pois “é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela idéia de filantropia” (Idem, p. 10), sendo conhecido também como *voluntary sector*, sob uma visão estritamente funcionalista. Nesse solo, trata-se daquelas instituições denominadas de “organizações sem fins lucrativos”, que no Brasil vem se proliferando nas últimas décadas.

No processo de revisão da literatura, observou-se que a economia solidária, segundo Gaiger (2003) tem suas raízes no socialismo utópico do século XIX, momento em que o movimento operário associativo juntamente com cooperativas autogestionárias se organizaram em virtude da proletarização do trabalho. Tal experiência se inscreve sob uma base teórica de intelectuais. No entanto, desde o século XIX já se registrava tentativas de estabelecer “formas comunitárias e democráticas de organizar a produção e o consumo, em resposta a aspirações de igualdade econômica e à necessidade de garantir meios de subsistência” (GAIGER, 2003, p. 183) para os trabalhadores.

Nesse cenário, para Singer (2000) a economia solidária é um projeto em que os trabalhadores põem em prática elementos do cotidiano, empiricamente observados. Paralelamente a isto, os debates anteriormente abordados por teóricos socialistas podem ser

²⁵ Conforme dados de 2005, exibidos no Atlas da economia solidária no Brasil, disponível no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

considerados bases para ensaiar a economia solidária no mundo. Vale ressaltar que tais debates vêm sendo revisados em face das novas determinações político-culturais da sociedade capitalista.

Hoje a economia solidária é pensada para dar conta das novas contradições do capitalismo contemporâneo, que tende cada vez mais excluir o trabalhador do mercado de trabalho. Portanto, foi no século XX que se concretizou processos de autogestão, baseados em princípios, valores como respeito a si, a natureza e ao outro. É a economia solidária que ganha espaço em virtude da reestruturação produtiva e o aumento considerável das taxas de desemprego – no Brasil e no mundo.

2.1 Economia Informal

O termo economia informal ou setor informal é utilizado com mais frequência a partir do final dos anos 70 do século XX (LAUTIER, 1994). É utilizado tanto por órgãos oficiais quanto por estudiosos da sociologia, antropologia e geógrafos, além dos próprios atores sociais da referida economia, ou seja, os trabalhadores do comércio de rua, os engraxates etc. Álvaro & Pinheiro (2006) também corroboram a assertiva que o setor informal enquanto campo de estudo e preocupação dos órgãos oficiais passou a existir, por volta da década de 1970 do século XX.

Segundo Álvaro & Pinheiro (2006), o ponto central que demarca a “origem” do setor informal está relacionado à criação do Programa Mundial de Emprego pela Organização Internacional do Trabalho. Vale ressaltar que esse órgão define setor informal como o conjunto de empresas familiares ou em sociedades com outros indivíduos, estabelecidos a partir da forma de organização das unidades produtivas. Portanto, esse órgão concebe o setor informal a partir de uma visão apenas da produção.

Esse tipo de definição se torna muito vazio do ponto de vista sociológico. Isto porque é necessário analisar o contexto em sua totalidade, considerando suas particularidades, assim como, a realidade sócio-histórica e, em especial, a própria dinâmica de inserção de seus atores no mercado de trabalho. Sob essa ótica Lautier (1994) afirma que a categoria setor informal, é desvendada do imaginário coletivo, visto que passa a designar o modo de existência, a maneira de existir – de sobreviver – de uma grande parcela da população dos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, para distinguir a economia solidária como uma forma particular de organização do trabalho autônomo é imprescindível desenvolver as noções relativas à chamada economia informal e à economia popular. Assim, se buscou inicialmente a compreensão da economia informal, pois foi no relatório do Kênia de 1972 que a noção de setor informal apareceu pela primeira vez. Segundo Lautier (1994) foi Keith Hard, por volta de 1971, que primeiro utilizou o adjetivo “informal” para definir oportunidades de renda, ou seja, essa categoria foi utilizada para qualificar a questão relacionada à renda, portanto, não se trata de utilizá-la a qualquer setor.

Para Lautier (1994) o termo economia informal é impreciso e confuso, e permeado de ambigüidades, não somente pela preocupação do rigor acadêmico, mas pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial, visto que há uma extensão da precarização urbana, que trouxe o desemprego como uma das principais conseqüências, conjugado com a falta de infraestrutura de moradia, saúde, educação e segurança. A saída para a sobrevivência, então, é a venda ou produção de alguma mercadoria ou serviço, além de atividades geralmente desenvolvidas “fora da lei”, narcotráfico, sem fiscalização, como os vendedores ambulantes²⁶, engraxates e “fábricas” de quintais, além de outras diversas formas de ilegalidade. Diz respeito, portanto, também a forma “popular” de situações de contravenção ou delinqüência – a venda de produtos ilícitos e importados, como por exemplo, “camelôs”²⁷ que vendem produtos “piratas”²⁸.

Desse modo, é necessário compreender a dinâmica de constituição e efetivação da economia informal. A esse respeito Lautier (1994) aponta duas visões distintas de economia informal. Enquanto Hart (apud LAUTIER, 1994) a trata como renda informal, uma atividade que serve para complementar a renda familiar, praticada por uma determinada camada social, considerando atividade necessária diante da estagnação dos salários e da inflação; o *Bureau Internationale du Travail*/BIT trata a categoria como um reagrupamento de unidades produtivas determinadas por meio de características essencialmente técnicas que se complementam ao baixo nível de regulamentação. Esse organismo internacional considera a

²⁶ Aqui se configuram os vendedores de “CDs piratas”, assim como os camelôs, sacoleiros que vendem produtos importados, na maioria das vezes, com baixa qualidade.

²⁷ Em algumas regiões do país camelô é sinônimo de vendedor autônomo ou ambulante que vende produtos adquiridos em países como Paraguai, que não há o pagamento de impostos sobre tais produtos. E desse modo, revendem no comércio popular das cidades.

²⁸ Produtos “piratas” podem ser aqueles cujos sua aparência e características se assemelham a um produto original, como por exemplo, cd’s e dvd’s que são copiados na íntegra para serem comercializados a baixo custo em relação ao original, ou seja, cria-se um hiato entre o original e o “pirata” em virtude tanto da baixa qualidade do produto quanto pelo valor comercializado.

informalidade, especificamente, como um setor da economia, que ainda vem se destacando ao longo dos anos.

Assim, na primeira análise, isto é, a de Hart, a economia informal é determinada por atividades complementares que não podem ser mensuradas, isto porque se trata de tarefas realizadas no âmbito familiar que dificilmente podem ser medidas, haja vista se constituir por meio de trabalhos desenvolvidos para assegurar uma melhoria na renda familiar, a exemplo: o trabalhador tem um salário, mas faz algum tipo de venda ou produção para melhorar a renda do grupo familiar.

Para Lautier (Idem) essa análise é centrada no aspecto econômico, sendo raramente investigado o aspecto social, assim como a forma de solidariedade familiar, que dificilmente são apuradas do ponto de vista da economia.

Sob essa visão, a observação da informalidade, da renda e da pobreza considera a renda familiar proveniente do setor formal e do setor informal. Isto quer dizer que a economia informal tem como característica a combinação desses dois elementos. Trata-se, portanto, de “*double activité d’un même individu*” (LAUTIER, 1994, p. 10). É a combinação de renda declarada e não declarada, por exemplo: um trabalhador que possui um emprego de carteira assinada durante o dia e à noite trabalha como taxista, sem registro em carteira.

Segundo Lautier (1994) a linha de análise do BIT, é centrada em unidades produtivas, adaptada para as instâncias governamentais ou instituições internacionais, cujo objeto, primeiramente, é de mensurar estatisticamente a economia informal e em seguida de planificar a evolução de uma parte do setor identificado em direção a pequenas empresas. Logo, é inevitável que estudos sobre microempresas de produção de bens e serviços sejam privilegiados. Nessa direção, o pequeno comércio de rua, os prestadores de serviços pessoais, as atividades complementares “mais ou menos de bons salários” são apenas citados nas pesquisas sobre o assunto.

Nesse contexto, para Barbosa (2007) o setor informal ganha novo sentido e legitimidade, apesar de possuir baixa remuneração e baixa produtividade, após a crise de acumulação do capital. De acordo com esta autora o setor informal da economia tem duas características gerais, a saber: a) unidades produtivas com descumprimento de normas contratuais trabalhistas bem como da própria legislação; b) ocupações sem proteção social – sem estabilidade e garantias legais.

Lautier (idem) afirma que o termo economia informal, embora instituído internacionalmente, pelas instituições mundiais como BIT ou o Banco Mundial passaram a designar as “atividades informais”, que até os anos 60 eram consideradas pelo termo marginalidade ou “*masse marginale*’ [ou] ‘*pôle marginal de la société*” (LAUTIER, 1994, p. 7), como a economia informal. Percebe-se essa realidade a partir de uma nova concepção política e econômica dos sujeitos que a praticavam. Isto justifica porque durante várias décadas a economia do desenvolvimento não fazia qualquer referência à economia informal. Os debates centrais na década de 70 eram a industrialização e a inserção dos países em desenvolvimento na economia global e, mais tarde, a dívida externa.

Assim, o setor informal torna-se um assunto legítimo para as pesquisas e para a política, a partir desse período, pois apresenta por meio da noção de informalidade uma característica singular em que tem crédito por parte de instituições internacionais – o BIT e Banco Mundial – e de militância política em campos diversificados, assim como de movimentos populares.

Vale ressaltar que enquanto para o BIT são sete as características que definem a economia informal, para Sethuraman (apud LAUTIER, 1994) são quinze essas características que vão desde a flexibilização do horário de trabalho até o baixo nível de qualificação. No Quadro 1 mostra-se as principais características da categoria economia informal, apontadas de um lado, pelo BIT e, de outro, por Lautier, considerando as últimas três décadas do século passado, ou seja, do século XX.

Quadro 1 – CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA ECONOMIA INFORMAL

BIT (década de 1970)	Lautier (1994)
Facilidade de acesso à atividade produtiva	Comércio de rua
Utilização de recursos locais	Prestação de serviços pessoais
Propriedade de empresa familiar	Atividades complementares de renda familiar
Escala de atividade reduzida	Combinação de renda declarada e não declarada
Uso de tecnologias que privilegiam os recursos da mão-de-obra	Atividades desenvolvidas “fora da lei”
Qualificação adquirida fora do sistema oficial de formação profissional	Forma “popular” de situações de contravenção ou delinquência
Negócio concorrencial sem regulamentação	Narcotráfico

Fonte: elaborado pela autora, 2008.

Para Lautier (1994) é improvável que uma atividade comporte todas as características simultaneamente. Assim, a coexistência de experiência adquirida fora do sistema oficial de formação e um baixo nível de qualificação não têm nada de automático, ao contrário, pois na maior parte das pequenas lojas da África a aprendizagem é extremamente longa. Portanto, a experiência é adquirida ao longo de dez anos ou mais. É certamente abusivo falar de baixo

nível de instrução ou qualificação, nesse contexto, mesmo sendo verdade que o trabalho produtivo seja mesclado à formação e a aprendizagem seja artificialmente prolongada.

Nesse sentido, são as características empíricas que definem a economia informal e não as estatísticas, as quais não provêm de características socioeconômicas. O que diz respeito, por exemplo, ao reparador de automóveis, ao comércio de produtos provenientes do contrabando etc. Assim, diante das situações empíricas percebe-se que as características técnicas são restritas para definir o setor informal, pois tomam por base dados estatísticos, que grosso modo, não abrangem a riqueza das atividades desenvolvidas enquanto estratégias de subsistência no cotidiano da classe trabalhadora.

Lautier (1994) assinala que Willard identifica pelo menos vinte sinônimos para categoria “setor informal”. Essas variantes são utilizadas a partir da década de 70 do século XX. Aqui alguns deles: economia informal, economia não oficial, economia não declarada, economia camuflada, economia submersa, economia marginal, economia invisível, economia ilegal, economia clandestina, economia secundária, economia oculta, economia irregular. E, ao longo dessa década um consenso foi instituído sobre uma idéia central que diz respeito ao projeto de integração da população urbana no assalariado moderno; projeto este que “anima” as sucessivas décadas do desenvolvimento em decreto para as Nações Unidas. Para tratar atividades informais, antes dos anos 70 do século passado, nos países em desenvolvimento, Lautier (1994) afirma que são aplicados três registros.

- O primeiro registro é noção de marginalidade – os sociólogos e economistas utilizaram a categoria “*masse marginale*”. Sob essa visão os migrantes jamais poderiam ser entendidos como “exército industrial de reserva”, visto que a indústria necessitava de trabalhadores qualificados para ocupar os cargos, o que não era possível identificar nessa população.

Trata-se da questão da desqualificação dos trabalhadores provenientes do êxodo rural, pois, essa massa trabalhadora não poderia ser mobilizada para o trabalho assalariado em virtude de sua pouca – ou nenhuma – qualificação profissional, uma vez que se trata de trabalhadores oriundos do meio rural e, portanto, só possuíam experiência em atividades agrícolas ou extrativistas. Nesse contexto, não conseguiam conquistar/acessar empregos industriais e se lançavam na informalidade, denominada como “o lugar da marginalidade”. Na informalidade, portanto, as relações estão à margem daquelas entendidas como formal –

assalariadas, pois aqui se configuram novas formas de exclusão em relação ao mercado de trabalho.

- O segundo registro diz respeito ao subemprego, ligado seja ao setor tradicional ou ao setor moderno. O subemprego, para Lewis (apud Lautier, 1994), era uma problemática do desenvolvimento industrial marcado pela era dualidade: de um lado, um setor “tradicional”, em que havia o subemprego de uma mão-de-obra excedente – considerado como “setor de transição” – e de outro lado o setor “moderno”. O setor tradicional era relacionado ao meio rural e pouco a pouco liberava a mão-de-obra excedente conforme as necessidades da indústria urbana. Na década de 60 do século XX esse setor era formado por indigentes em busca de emprego na “cidade grande”. Não havia, nesse sentido, uma coordenação entre fluxos migratórios e absorção de migrantes nas indústrias. Portanto, o setor tradicional é constituído por uma massa urbana que tem baixa qualificação, pois muitos vieram da agricultura, do campo e por isso passavam a se inserir em atividades no mundo do subemprego, exercendo atividades produtivas inferiores àqueles que migraram ao emprego formal (LAUTIER, 1994). Pode-se entender que o setor tradicional reproduz o subemprego, em virtude de não possuir capacidade de absorver a mão-de-obra oriunda do campo.

No contexto atual, o setor moderno da economia informal está situado particularmente na realidade de trabalhadores que uma vez, pelo menos, já fizeram parte da economia formal, pois já estiveram em empregos estáveis. Além disso, aqueles que são produtos da geração anterior, da década de 60, que migraram para a cidade e nunca tiveram inserção no mercado da economia formal, também estão situados nesse setor moderno da economia informal. Dessa maneira, o que diferencia o setor tradicional da economia informal para o setor moderno é o foco de atuação, visto que nas décadas anteriores havia uma migração para as indústrias, hoje, no entanto, há um contingente de trabalhadores que se submetem as diversas situações precárias, não necessariamente nas indústrias, mas na rua, nas “empresas de quintais”, dentre outros.

- O terceiro registro da economia informal é a pobreza e a procura da sobrevivência. Nos países em desenvolvimento a figura do pobre, do indigente, herda características do Antigo Regime; a pobreza é tratada ora como “força” ora como indulgência. Este registro está relacionado à forma de pensar a pobreza e a procura de alternativas – estratégias – de sobrevivência, nos países em desenvolvimento,

referentes às décadas de 60 e 70 no século passado, assinalada, segundo Lautier (1994), nos trabalhos de sociólogos da Escola de Chicago, na década de 20 e 30 do referido século. Para este autor, o comércio de rua, o tráfico de drogas, o emprego não declarado nas grandes empresas – aquele sem carteira assinada –, o(a) empregado(a) doméstico(a) fazem parte da economia informal.

Assim, encontra-se grande ambigüidade nos estudos sobre pobreza relacionados à economia informal, visto que não há consistência de dados qualitativos a respeito dessas duas categorias, pois há uma crescente preocupação por parte dos estudiosos em relação a dados quantitativos que não são considerados suficientes para qualificar nem uma categoria nem outra.

Enquanto Lautier (1994) aponta três registros sobre economia informal, Sena (2002) aponta três abordagens nos estudos de Cheug e Goereffi (1994). A primeira, também tratada por Lautier (Idem) diz respeito à marginalidade social, tendo como foco a pobreza urbana; a segunda é dada pela regulação estatal que tem como foco analítico a legalidade das atividades econômicas; e, a terceira está relacionada a pequenas empresas – microempresas – e seu foco de análise é a fixação do “social” às atividades econômicas.

Ainda sob a interpretação de Sena (2002) esse enfoque é totalmente tradicional e por isso trata o setor informal como um “pólo marginal”, em que a produção é realizada em pequena escala, assim como a tecnologia de produção utilizada é de baixa qualidade. Além disso, na compreensão do enfoque tradicional, a economia informal ou o setor informal – como também é chamada –, é formado por um “conjunto de empresas e/ou pessoas ocupadas em atividades não organizadas (tanto do ponto de vista capitalista – em que o proprietário do capital e do trabalho é o mesmo – como no sentido não organizado juridicamente)” (Idem, 54). Dessa maneira, o setor informal tende a ser considerado como uma saída para fugir da sobrecarga de impostos contido na regulação estatal (Idem). Essa posição é compartilhada por Cacciamali & Silva (2003) por entender que na economia informal não há contribuição à seguridade social pública.

Nessa perspectiva, a economia informal se evidencia, portanto, a partir da década de 1970, em virtude da grande aceleração da área urbana, ou seja, a urbanização elevada decorrente da migração, à medida que as indústrias e o setor público não criaram empregos

regulares, nem mesmo suficientes para o número de migrantes que passam a habitar nas metrópoles dos países em desenvolvimento.

Lautier (1994) afirma que ao lado da economia capitalista oficial – formal – existe uma economia “paralela”, de “*petits trafics*”, ou seja, de pequena circulação – produtos não relacionados ao circuito oficial da economia formal e trabalhos complementares à renda familiar. Essa economia “paralela” é consequência da rigidez da economia planificada, da gestão burocrática e do caráter artificial de escassez. Ou seja: incentiva o “poder paralelo”, contribuindo para o fenômeno da corrupção.

A degradação das próprias condições de vida dos sujeitos sociais (TAVARES, 2004) pode ser uma das características da economia informal, uma vez que a precariedade vem junto com a informalização e está diretamente associada à flexibilização do trabalho (DUPAS, 1999). Para Macêdo (2006) a economia informal permite atividades produtivas de subsistência conformando uma vinculação direta à reprodução capitalista. Tavares (2004) afirma que nos países em desenvolvimento o número de pessoas que constitui a economia informal chega a aproximadamente 500 milhões. No Brasil, segundo Barbosa (2007), o número de trabalhadores mergulhados na economia informal atingiu índices elevados nas últimas décadas, visto que de cada emprego formal criado, outros dez são criados na economia informal, ou seja, sem garantias trabalhistas.

Dessa maneira, a economia informal busca alternativas às condições de vida, habitação e moradia, ou seja, a sobrevivência dos mesmos, a partir das mais dispersas formas de produção, serviços e comercialização, o que exige criatividade e é largamente retomada de maneira positiva, no fim da década de 80 do século anterior, pelo Banco Mundial enquanto base do modelo de desenvolvimento alternativo (LAUTIER, 1994).

Portanto, a visão do setor informal é aplicada a partir de características principais, não se tratando de qualquer setor, mas de uma economia que possui grande heterogeneidade em relação aos seus atores. Isto porque a economia informal é composta por profissionais autônomos, além de trabalhadores ambulantes, trabalhadores domésticos, vendedores de produtos catalogados e trabalhadores assalariados sem registro de carteira assinada, em que na maioria das vezes se evidenciam situações precárias de trabalho, em trabalhos degradantes. Pode-se também situar na economia informal atividades ilegais, como tráfico de armas, de drogas, de órgãos humanos, de animais etc.

Para alguns estudiosos como Cimoli et al (apud Álvaro & Pinheiro, 2006) existem duas perspectivas principais do chamado setor informal da economia. A corrente ortodoxa destaca como “uma solução voluntária adotada pelos atores econômicos, como forma de fugir dos encargos e regulações típicas do setor formal” (ÁLVARO & PINHEIRO, 2006, p. 3). Os adeptos desta perspectiva entendem que a implantação/implementação de políticas de geração de trabalho e renda, por parte da esfera pública, pode reduzir as estatísticas do setor em evidência.

A corrente estruturalista defende a economia informal enquanto “estratégia residual dos agentes econômicos que são excluídos do mercado formal de trabalho” (ÁLVARO & PINHEIRO, 2006, p.4) e defende seu combate somente por meio de políticas de incentivo à criação de indústrias ou por parte do setor formal, desconsiderando o grau de qualificação dos trabalhadores desempregados, dentre outros aspectos, como a flexibilização e a desregulamentação que, após os anos 80 do século XX, se tornaram a base do discurso para o sucesso dos países em desenvolvimento.

Para Roberts (apud SENA, 2002) três componentes podem ser analisados em relação à articulação do setor informal com a acumulação do capital. O primeiro diz respeito a flexibilização e adaptação do trabalho, produto ou serviço para preenchimento de novos nichos de mercados, que segue a mesma lógica do mercado, embora sem tradição para competir proporcionalmente com o setor formal. O segundo está direcionado à regulação estatal e ao caráter burocrático das corporações – internacionais – que tendem a controlar a economia dos países em desenvolvimento, por meio de acordos político-econômicos. O terceiro remete a questão da entrada mais “fácil” no mercado de trabalho, por ser também encarada como estratégias de sobrevivência – impulsionadas, na maioria das vezes, pelo desemprego.

No Brasil, segundo Barbosa (2007) o termo economia informal ou setor informal é utilizado para designar a situação dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. A economia informal tem se constituído como um espaço de reprodução das condições de vida de maneira objetiva e subjetiva no meio urbano em especial nas grandes metrópoles, em que ocorre o fenômeno de “inchaço populacional”, em virtude de contínuo deslocamento de massas populares à economia informal. Dessa forma, Castro (apud SENA, 2002) afirma que ao setor informal são atribuídos certos papéis como “bolsão de miséria”, amortecedor do

desemprego, dentre outros diretamente relacionados à flexibilização produtiva e à reestruturação produtiva, que tem por consequência relevante o trabalho precarizado.

Vale advertir que os autores citados, os organismos internacionais, apesar de seus estudos, ainda não atingiram maturidade no sentido de caracterizar a economia informal em sua totalidade, visto que as formas de contravenções, ilegalidades, dentre outras situações consideradas “ilegais” não são, de certa forma, “contabilizadas” no circuito da economia informal. Portanto, é necessário desmascarar a realidade de maneira a evidenciar por meio de estudos sua dinâmica atual. Isto pode ser consequência da imprecisão conceitual sobre economia informal, assim como de sua caracterização real.

2.2 Economia Popular

De acordo com Nascimento (2007), na América Latina a economia popular surgiu com evidência nos anos de 1970, no intuito de enfrentar problemas inerentes à evolução do capitalismo traduzido na reestruturação produtiva e na flexibilização das relações de trabalho. A economia popular vem se definindo como forma de resistência aos agravos da sociedade capitalista. Em uma primeira aproximação, economia popular para Coraggio (2004, p. 132) é o “*conjunto de recursos, prácticas y relaciones económicas propias de los agentes económicos populares de una sociedad*”. Ainda de acordo com este estudioso, a economia popular realmente existente é subordinada ideológica e materialmente ao sistema capitalista e conforma a essência de um contexto de exploração capitalista (CORAGGIO, 2004).

Para Tiriba (2007) a economia popular se torna mais visível por ultrapassar as calçadas dos centros urbanos, ou seja, as ruas/avenidas – onde estão os “comedores de fogo”, por exemplo. Posiciona-se a respeito desse tipo de estruturação – calçadas dos centros urbanos – em grande maioria se constitui como economia informal, pois há grande variedade de produtos para revenda²⁹. Isto não quer dizer que nesse contexto não esteja presente também a economia popular, pelo contrário, a economia informal e a economia popular caminham lado a lado por se entrelaçarem, em certos casos, no mesmo circuito territorial.

²⁹Nem sempre o trabalhador que está na barraca da avenida é o próprio dono. Dessa forma, o trabalhador vende tais produtos para outrem.

É importante ressaltar que Tiriba (2007) aponta os trabalhadores “comedores de fogo” como sujeitos da economia popular³⁰, entretanto no mesmo debate afirma que essa economia envolve o conjunto de práticas sociais e atividades econômicas desenvolvidas por setores populares, para garantir a reprodução da vida, por não pressupor a exploração do trabalho, como as cooperativas, por exemplo. Na realidade, a economia popular, muitas vezes, apresenta essa exploração, pois não há aquela preocupação com a solidariedade e ajuda mútua.

Arruda (2006, p. 3) afirma que a economia popular está ligada não a outra situação dos trabalhadores, pois o termo economia popular diz respeito à economia espontânea daquelas pessoas que “não encontram lugar no mercado de trabalho e tornam iniciativas econômicas voltadas para garantir a sobrevivência física própria e de suas famílias” ou ainda aquele trabalhador que complementa a renda familiar com venda de seus produtos, os quais são produzidos em sua residência. Aqui, evidenciam-se características que pertencem tanto a economia informal quanto a popular.

Os trabalhadores com postos de trabalho garantido por carteira assinada também criam “outras estratégias de trabalho e de sobrevivência que garantam a reprodução ampliada da vida” (TIRIBA, 2007, p. 87), visto que o salário que recebem não é suficiente para suprir suas necessidades essenciais. Assim, estes trabalhadores além de seu trabalho formal precisam buscar outras fontes de renda para complementar o orçamento familiar. É na economia popular que se enquadram parte desses trabalhadores, pois produzem ou prestam serviços populares a terceiros, em sua maioria para pessoas do mesmo bairro. Percebe-se que a economia informal e a economia popular se entrelaçam e isto se deve ao fato de não ser possível, ainda, identificar o “limite” entre ambas.

Na economia popular, conforme Tiriba (2008) o trabalhador que produz um excedente de trabalho o qual lhe pertence, em vez de produzir ao capitalista, produz para si mesmo, pois nessa forma de economia as forças produtivas do trabalho não cumprem o papel de forças produtivas do capital, mas do próprio trabalho, mesmo que as forças de trabalho produtivas estejam inseridas no modo de produção capitalista.

³⁰Vale analisar o seguinte: caso esses “comedores de fogo” sejam crianças e/ou adolescentes, trata-se de exploração infanto-juvenil. Mas isto se trata de outro debate.

Para esta autora a economia popular pode representar o embrião de uma nova cultura do trabalho, visto que nela subsistem antigas relações sociais de produção. No entanto, é necessário entender os limites da economia popular para refletir sobre tal possibilidade. Assim, entende-se que a economia solidária pode melhor representar esse embrião por buscar a valorização do homem a partir de seu trabalho e por relações sociais e econômicas de trabalho sendo pautadas em princípios da economia solidária, os quais não funcionam isoladamente, mas de forma complementar um dos outros.

Segundo Arroyo & Schuch (2006) há dois significados para a idéia de popular que estão entrelaçados. O primeiro diz respeito à “parcela majoritária da sociedade (...) grandes setores da população (...), os despossuídos e excluídos numa sociedade em que o império é de um modo de vida que gira em torno do capital” (Idem, p. 58). O segundo significado, menos sociológico e acentuadamente ideológico, “remete a idéia de uma posição política de compromisso, de identidade com os segmentos populares (Idem, p. 59).

Nesse sentido, Eid et al (2006, p. 8) afirma que a economia popular vem se limitando a “um circuito onde pessoas pobres produzem e vendem ou prestam serviços para outras pessoas pobres”. Por isso seus sujeitos sociais, em geral, demonstram “pouca ou nenhuma capacidade de articulação externa, em termos de construção de redes com empreendimentos solidários ou na obtenção de apoio, parcerias e reconhecimento junto às instituições públicas” (Idem), visto que esses sujeitos sociais estão envolvidos especificamente na geração de trabalho e renda sem considerar em sua prática valores diferenciados, como autogestão, cooperação, democracia, solidariedade, respeito à natureza, valorização e promoção da dignidade do trabalho humano, conforme propõe a SENAES/MTE (BRASIL, 2006). Portanto, as experiências populares, no âmbito da economia popular, “estariam restritas a uma dimensão comunitária com reduzido impacto nas questões sociais e econômicas mais gerais” (EID et al, 2006, p. 8).

É interessante ressaltar a compreensão de Gajardo (1986, p.14) quando afirma que o “popular não é unicamente sinônimo de pobreza, de marginalidade, mas também uma alusão a grupos e movimentos sociais que compartilham uma situação de domínio social e econômico”. Para Coraggio (2004) o “popular” diz respeito a unidades simples de produção-reprodução orientadas primordialmente pela representação de seus membros e que precisam necessariamente do exercício contínuo da capacidade de trabalho dos mesmos para a

reprodução. Além disso, na economia popular “*forma fundamental de organizar el trabajo productivo (de remuneraciones) sigue siendo la forma empresarial*” (Idem, p. 184).

Com a crise no mundo do trabalho, precisamente, a crise do assalariamento³¹, a economia popular torna-se mais evidente enquanto trabalho produtivo para o trabalhador e para o capital – isto quando dele se apropria, visto que “contém os germes de uma cultura do trabalho de novo tipo” (TIRIBA, 2007, p. 87), elemento composto por um novo modo que a sociedade humana tem para produzir.

Tiriba (2007) diferencia as atividades de economia popular das atividades empreendedoras, haja vista que as atividades empreendedoras estão relacionadas às organizações de micro-empresas, empresas familiares e cooperativas – estratégias de gestão coletiva dos meios de produção – úteis à reestruturação produtiva do capital³². Isto resulta na “nova informalidade”³³. Assim, considerando o próprio argumento de Tiriba (2007) não se pode afirmar que economia popular é sinônimo de economia solidária, visto que na economia popular o sujeito social utiliza a sua própria força de trabalho para garantir seu sustento, ou seja, é sua produção que determina o seu sustento, ou melhor: a venda de sua produção que garante seu sustento.

De acordo com Razeto (2005), a economia popular passa a ter relevância em consequência de dois processos estruturais acentuados no desenvolvimento do capitalismo moderno: o mercado e o Estado. O primeiro diz respeito à crise da capacidade de absorção da força de trabalho, bem como a permissão do acesso à satisfação das necessidades e os anseios dos setores populares no moderno setor de produção e mercado, ganhando espaço em virtude da reestruturação produtiva e do avanço tecnológico da robótica e microeletrônica. O segundo está relacionado às sucessivas crises administrativas e fiscais do Estado, trazendo como consequências a redução de possibilidades para canalizar recursos e serviços por meio de políticas sociais focalizadas. Nessa ótica, “o setor marginal continua empobrecendo e crescendo quantitativamente” (RAZETO, 2005, p. 35).

Assim, a economia popular, segundo Razeto (2005, p. 35-36) é heterogênea, fruto das distintas atividades, “iniciativas e experiências que os setores populares marginalizados (...)

³¹Barbosa (2007, p. 43-44) afirma que o trabalho precário pode ser visto como “trabalho espoliado, característico dos tempos coloniais, [e] prolonga-se no tempo de trabalho assalariado”. Trata-se, portanto de uma associação entre o arcaico e moderno para favorecer o poderio do capital monopolizado.

³² Que fazem parte ou da economia informal ou da economia solidária.

³³ Para aprofundamento da temática, consultar Tavares (2004).

[têm] que enfrentar, com o objetivo de assegurar sua subsistência e perseguir a satisfação de suas necessidades econômicas”. A economia popular é aquela que “de forma mais direta atende às necessidades e desejos da população (...) instituída sobre a produção concreta, mais próxima ao consumo direto (ARROYO & SCHUCH, 2006, p. 62).

Nessa perspectiva, a economia popular não é centrada especificamente em laços de solidariedade, mas na preocupação com a reprodução do grupo familiar ou mesmo individual, por ser dinamizada particularmente pela produção e consumo de produtos voltados para uma determinada camada social. Isto porque a economia popular é identificada pela pequena produção, como uma padaria – o pão comprado na esquina – as frutas e legumes compradas nas barracas das feiras livres, as roupas feitas pelas costureiras e vendidas para a vizinhança do bairro, o café e a tapiquinha vendidos na porta de casa aos domingos, os lanches vendidos em uma improvisada “lanchonete”³⁴.

Na economia popular o dono do local onde se produz ou se vende os produtos é quem determina o que será produzido ou vendido naquele período sem, necessariamente haver uma participação de seus empregados ou membros da família nesta decisão, como na gestão do empreendimento. Assim, a economia popular pode estar presente nas atividades informais, que contribuem para melhorar a renda familiar, mas também podem estar inseridas na economia formal, como é o caso da padaria³⁵, já citada anteriormente; em empreendimentos familiares em que a relação de trabalho se configura pela hierarquia familiar de modo capitalista ou não capitalista, haja vista que quem está à frente do negócio, ou seja, a mãe e/ou pai são os donos – patrões – e filhos, sobrinhos, enteados, isto é, trabalhadores “subordinados”.

Aparentemente, na ocasião citada pode haver ou não uma “obrigatoriedade” em cumprimento de horário de trabalho, uma vez que se trata mais de uma produção destinada à reprodução do grupo familiar ou de seus subordinados (assalariados ou não), que não busca alterar o contexto sócio-econômico, produtivo e político de seu bairro, diferentemente, portanto, da proposta da economia solidária.

³⁴ O pátio ou a garagem da residência, durante um determinado período do dia, transforma-se em espaço de alimentação – venda de lanches para a vizinhança.

³⁵ Aqui, no caso da padaria, o que a caracteriza como economia popular é o circuito espacial em que ela está inserida – o bairro. Nesse contexto o espaço “geógrafo-comunitário” pode determinar a condição de economia popular.

Nesse sentido, a economia popular diz respeito a alternativas em que não são orientados por princípios da economia solidária. Portanto, não se pode confundir economia popular e economia solidária. Isto não significa que a economia popular não possa vir a se transformar em economia solidária, mas para isso é necessário que seja vivenciado os princípios da economia solidária de forma coletiva, envolvendo um grupo de trabalhadores que tenham por propósito a melhoria das condições de vida, por meio da valorização do trabalho coletivo em processos associativista, bem como, de autogestão. Coraggio (2004) compartilha da idéia que a economia popular contém a possibilidade de se tornar economia do trabalho³⁶, por oposição à economia do capital.

A economia popular “é um contraponto à lógica determinada pelo movimento virtual das bolsas de valores. É o poder (...) de estar vinculada à produção real, ao que se come, ao que se veste, ao que se faz concretamente, na sociedade (ARROYO & SCHUCH, 2006, p.62). Entretanto, a economia popular está centrada na produção e venda direta dos produtos em pequena escala, haja vista sua baixa capacidade de acessar outras escalas de mercado, por exemplo, cita-se a barraca que vende tacacá em frente de uma residência. Neste exemplo, pode-se chamá-la até mesmo de economia familiar, mas em geral trata-se de uma atividade econômica com um circuito definido no interior de um mesmo grupo social, mesmo quando desenvolvida pelo conjunto de parentes que vende seus produtos, seja em casa, para os vizinhos, ou para a comunidade.

Na economia popular, portanto, embora não exista uma relação capitalista *tout court*, o trabalho é tratado de modo individualista, ou seja, faz parte daquela estrutura que não se preocupa com o coletivo, enquanto sujeito social. Além disso, a economia popular se destaca por apresentar diversas práticas econômicas que não tem o caráter comunitário, ou seja, a preocupação daquele que está desenvolvendo a atividade produtiva, está direcionada a si mesmo ou, de certa forma, se estende a sua família e aos empregados – com carteira assinada ou não. Portanto, não trabalha em prol da comunidade, na perspectiva de mudança da dinâmica sócio-produtiva local.

Na realidade, entende-se que as características da economia popular passam, particularmente, pelo fato de ser desenvolvida por uma pessoa ou por um grupo de pessoas, de uma mesma família ou não, que produz em casa e é vendido neste local ou mesmo “nas

³⁶Para Coraggio (2004) a economia do trabalho requer a passagem da competição individualista pela sobrevivência para a ação associativista em sua totalidade complexa, objetivando melhorar e resolver as necessidades de todos, de forma democrática e legitimada. Trata-se, portanto, da economia solidária.

ruas” do bairro. A economia popular concretiza-se pela venda de comidas e lanches em frente ao domicílio ou mesmo no bairro, na comunidade, o artesanato, o conserto de roupas, a costureira de pequeno porte entre outros. Assim, uma das principais características da economia popular é não ultrapassar o “limite” da localidade, podendo se constituir por atividades da economia formal ou informal, como, por exemplo, um salão de beleza com personalidade jurídica e outro sem esse registro. Os produtos são próprios das classes populares, mas quando ultrapassa aquele “limite” pode deixar de ser apenas economia popular e se tornar economia capitalista, pois o dono de uma loja em um bairro comercial de classe média-alta, por exemplo, vai “agregar” valor ao produto e vender por um preço mais elevado, por estar situado em um circuito “não-popular”. No entanto, o valor a ser pago àquele que produziu, ou seja, ao trabalhador da economia popular, deve ser o mesmo que o trabalhador vende, por exemplo, nas calçadas do centro comercial, ou em seu bairro: o valor de um produto popular.

Sob outro foco, analisam-se os trabalhadores “comedores de fogo”: mesmo que esse tipo de trabalho seja desenvolvido em semáforos do bairro de classe média-alta, dos centros comerciais ou da periferia, o valor a ser cobrado não seria diferente em virtude do espaço onde estaria sendo realizado, pois é o próprio produtor/trabalhador que está “vendendo sua produção artística”. Não se trata, portanto, de outrem agregando valor ao produto por estar sendo exibido em um semáforo onde circula, principalmente, pessoas daquela referida classe.

Diante do exposto, Tiriba & Icaza (2003, p. 101) defendem a economia popular como o “conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais”. Assim, a economia popular é construída por trabalhadores “que pegam no pesado” (TIRIBA, 2007) e que talvez, por isso, não tenham um projeto de vida, pois não há um momento para pensar o coletivo e discutir a construção do mesmo.

Coraggio (2004) afirma que a economia popular pode ser entendida a partir de quatro características, a saber: a) conjunto de recursos e capacidades organizados objetivando a reprodução ampliada da vida; b) atividades realizadas para satisfazer as necessidades de

maneira imediata³⁷; c) as regras, valores e conhecimentos orientam as atividades econômicas³⁸; d) agrupamentos, redes e relações correspondentes – de concorrência, regulação ou mesmo de cooperação internas ou externas – os quais instituem que grupos “domésticos” dependem da realização ininterrupta da renda de seu trabalho para sua reprodução; e) exploração do trabalho alheio motivado pela relação de assalariamento. Além disso, Coraggio (Idem) aponta o auto-consumo, em vários níveis de agregação, como fundamental para a economia popular, pois a produção de bens e serviços é realizada para satisfação imediata das pessoas do mesmo circuito territorial, onde, aliás, são consumidos.

É importante destacar que Coraggio (2004, p. 175) demonstra que a economia popular pode ser entendida também a partir das unidades domésticas, pois *“cada grupo doméstico orienta sus prácticas económicas de modo de lograr la reproducción de sus miembros em las mejores condiciones a su alcance”*.

Nesse contexto, após a leitura e compreensão de vários autores, pode-se afirmar que os aspectos da economia popular são as seguintes: a) atividades que ultrapassam as calçadas dos centros urbanos; b) fontes de renda para complementar o orçamento familiar daquele trabalhador assalariado; c) economia espontânea daquelas pessoas que não se inseriram no mercado de trabalho formal ou informal; d) trabalho produtivo para o trabalho e para o capital – pois de qualquer forma contribui para a dinamização do capital em virtude de sua característica individual, ou seja, o ganho é por indivíduo, mesmo que se trate de um grupo; e) atende às demandas imediatas da população; f) atende às necessidades e desejos da população, pois se trata de uma produção concreta, portanto, mais próxima do consumo direto; g) não é orientada pelos princípios da solidariedade, ou seja, não tem por base os laços de solidariedade, visto que a preocupação está diretamente relacionada com a produção e consumo dos produtos, a partir de sua venda; h) vinculada à produção real, ou seja, ao que se come e ao que se veste, por exemplo, pois as atividades realizadas são para satisfação das necessidades imediatas; i) práticas sociais e atividades econômicas desenvolvidas pelos setores populares, a fim de garantir a reprodução da vida, visto que dependem ininterruptamente da renda de seu trabalho; j) práticas econômicas que não tem o caráter comunitário, pois não se preocupam com problemas da comunidade.

³⁷ Aqui o autor aponta para atividades por conta própria ou mesmo dependentes, de maneira mercantil ou não. Ou seja: na economia popular o sujeito social pode trabalhar em troca, por exemplo, de hospedagem e/ou alimentação, para satisfazer sua necessidade imediata.

³⁸ Vale ressaltar que essas regras e valores são baseados predominantemente nas relações de produção capitalista.

Coraggio (2004) afirma que a economia popular precisa ser observada a partir de seus múltiplos níveis e relações. Assim, o quadro a seguir demonstra, por um lado, os aspectos principais notados na economia popular e, por outro lado, as características apontadas por Tiriba (2007); Icaza & Tiriba (2009) a respeito da economia popular. No quadro abaixo, mostra-se as principais diferenças entre a concepção de Coraggio e Tiriba.

Quadro 2 – CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA ECONOMIA POPULAR

CORAGGIO (2004)	TIRIBA (2007); ICAZA & TIRIBA (2009)
Organização interna do trabalho – em âmbito familiar	“abrigo” dos desempregados e (sub)empregados
Trocas econômicas entre domicílios	Complementação de renda familiar por um ou mais membros da família
Atividades voltadas para satisfação de necessidades imediatas	Estratégia de trabalho e sobrevivência
Concorrência, regulação ou mesmo cooperação internas ou externas entre as unidades familiares	Reprodução da unidade doméstica
Produção de bens e serviços para o auto-consumo	Ganho/remuneração individual – independente da quantidade de produção – mesmo que esteja inserido em um grupo
Trabalho por conta própria – produção de bens e serviços para o mercado	Atividades populares desenvolvidas pelas classes populares
Exploração do trabalho alheio motivado pela relação de assalariamento	Objetivo imediato: obtenção de ganhos monetários

Fonte: elaborado pela autora, 2008.

É importante esclarecer que a categoria economia popular é mal interpretada por alguns autores, pois a defendem como sinônimo de economia solidária. Tiriba, por exemplo, apresenta em seus estudos certa imprecisão teórica e prática a respeito da economia popular, economia informal e economia solidária; em certos momentos essa estudiosa defende a economia popular a partir de características próprias da economia solidária, como por exemplo, um projeto de vida que tenha como proposta central a prática dos princípios da economia solidária, a fim de transformar a dinâmica sócio-produtiva local.

Assim, Tiriba revisitou suas análises anteriores³⁹, em conjunto, com Icaza e afirmam o seguinte: algumas questões importantes precisam ser repensadas, assim como o uso do conceito de economia popular, haja vista que tal conceito precisa ser analisado de modo aprofundado, pois “embora se encontrem muitas atividades desempenhadas pelos setores populares, elas não pertencem necessariamente ao mundo da economia popular, podendo se inscrever na economia informal” (ICAZA & TIRIBA, 2009, p. 152).

Portanto, é necessário construir cautelosamente “conceitos”, “definições”, o que requer maior atenção sobre tais análises. No entanto, entende-se que o conhecimento não é

³⁹ Tiriba em estudos como “O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal”, 2003, traz contribuições sobre a economia popular, entretanto, insuficientes para qualificar apenas como economia popular, pois apresenta certa “confusão” entre economia informal e economia popular, por ser difícil “demarcar” a fronteira entre as mesmas, visto que ambas em certos momentos se complementam.

entendido como algo perene, no sentido estático, trata-se de estudos teóricos e empíricos, pois estes se complementam. Dessa maneira, apesar de alguns autores apresentarem grandes contribuições teóricas acerca da definição de economia popular é necessário fazer um exame crítico sobre a categoria em questão. Nesse sentido, buscou-se na discussão teórica, bem como na realidade, particularmente, elementos que ora valida, ora tensiona o debate em si.

2.3 Economia Solidária

A economia solidária trata de um exercício de construção de uma nova cultura, de uma nova forma de produção em busca de suplantar o padrão individualista e consumista, bastante comum no século atual. Assim, “a Economia Solidária surge e [em diversos casos] se desenvolve articulando-se com uma economia popular (...), entretanto isso não significa que deva ser interpretada como uma economia dos pobres” (EID et al, 2006, p. 8), pois existem experiências exitosas no âmbito da economia solidária que, por exemplo, comercializa com empresas do mercado internacional obtendo vantagens aos seus associados, os quais se encontram em melhores condições de vida frente a outras formas de produção e comercialização do mercado capitalista⁴⁰.

Segundo Laville (2004) as raízes históricas da economia solidária se diferenciam de um lugar para outro, distinguindo-se, portanto, de um país para outro. Na América Latina, afirma que está marcada pela colonização e pelas formas de subordinação do trabalho. Neste sentido, é difícil construir a economia social e solidária sem propor uma “outra economia”, “outra política”, “outra justiça” etc. Ainda conforme este autor, apesar da generalização de micros empreendimentos tanto na América Latina, quanto na Europa, há um exagerado peso das “práticas assistencialistas” que dificultam à autogestão produtiva. A economia solidária questiona as formas institucionalizadas de produção e reprodução da sociedade, sob as práticas clientelistas e de corrupção exacerbada.

Na construção da economia solidária, portanto, é importante compreender as especificidades locais/regionais, para isso é necessário, dentre outras coisas, investigar e sistematizar as experiências a fim de contribuir, com mais autonomia, para unificar as lutas contra a globalização neoliberal. E essa compreensão só é possível por meio de estudos e

⁴⁰ Pode-se tomar como exemplo a Cooperativa de Desenvolvimento do município de Igarapé Miri/CODEMI, acompanhada pelo PITCPES. Sobre essa experiência do município de Igarapé Miri-Pa consultar REIS (2009).

pesquisas sobre a economia solidária, enquanto construção coletiva do desenvolvimento local/regional. Desse modo, vale destacar que a economia centrada em formas estrangeiras à localidade traz uma assimetria que torna difícil a realização das novas demandas dos movimentos sociais do capitalismo pós-industrial.

A base da economia solidária é a construção coletiva a partir de experiências inovadoras que vêm se traduzindo não somente por uma transformação na estrutura econômica, mas especificamente na forma de produzir e organizar a produção em todos os aspectos da vida social. Desse modo, na economia solidária, além da garantia do exercício da autogestão coletiva dos trabalhadores livremente associados, há uma dimensão social que ultrapassa o econômico, abrangendo a cultura, a política e as relações sociais. Trata-se de “iniciativas coletivas geradoras de novos atores [sociais e] econômicos. E em termos macroeconômicos, vai além, passando pela melhoria da qualidade de vida” (EID & GALLO, 2003, p. 5).

Vale ressaltar que existe certa confusão em relação às categorias economia social e economia solidária, assim como entre economia informal, economia popular e economia solidária. No entanto, embora haja dificuldade para encontrar um consenso a respeito do conceito das categorias economia social e economia solidária, a fim de diferenciá-las, LAVILLE (apud WAUTIER, 2003) afirma que a economia social objetiva corrigir efeitos sociais do desenvolvimento do mercado e conformar interesses e justiça. Na economia social da França existe três pilares muito presentes nas organizações e empresas que formam um conjunto de atividades produtivas com princípios como adesão livre, democracia interna, lucratividade limitada. Estes pilares são: “cooperativas, inseridas na economia mercantil; as mutualidades, inseridas na economia não mercantil com o aval do Estado providência; as associações caracterizadas pela atividade econômica e social e pelo reconhecimento legal desde o final do século XIX” (WAUTIER, 2003, p. 110).

Neste sentido, segundo Eid & Gallo (2003) a economia social, diferentemente da economia solidária, surgiu no final do século XVIII, na Inglaterra, e início do século XIX, na França, em oposição à economia política liberal⁴¹. Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Robert Owen (1773-1858) e Pierre Proudhon (1808-1865) são

⁴¹Para Defourny (2009) a economia social moderna, apesar de ter tido suas expressões mais evidenciadas ao longo do século XIX, na Europa, foi por meio de associações humanas, na antiguidade, que sua pré-história se inscreve: no Egito, na antiguidade greco-romana, na Europa da idade média, na China imperial, ou ainda na América pré-colombiana.

considerados os principais pensadores de um novo modelo social de desenvolvimento do trabalho, tendo como centralidade a cooperação, a ajuda mútua e a solidariedade, ou seja, o cooperativismo.

Na realidade, as idéias desses pensadores impulsionaram, de alguma forma, o surgimento da economia solidária, no século XX, assim como iluminaram sua emergência, mas ela não surgiu no contexto supracitado, ou seja, com o socialismo utópico, visto que emerge na sociedade contemporânea, a partir da luta de trabalhadores desempregados e, em situação de precariedade. Para Prades (apud WAUTIER, 2003) é o critério jurídico que identifica a economia social enquanto tal; na economia solidária é o critério sociológico que orienta a ação (WAUTIER, 2003), pois busca outra visão de mundo, diferente daquele imposto pelo sistema capitalista. Nesse contexto, a diferença da economia social para a economia solidária, segundo Prades (Idem) pode estar associada aos critérios que as identificam.

Destarte, a economia solidária se apresenta como uma das alternativas que vem “perturbar a ordem do discurso consensual predominante, [ou seja: do capitalismo]” (HOUTART, 2002, p. 109), pois luta pela preservação dos direitos sociais já acumulados, mas também para sua ampliação.

Guérin (2005) defende que a economia solidária é o agrupamento de um conjunto de iniciativas econômicas autônomas em relação ao Estado, por entender que a prática social dos atores tem dimensões políticas, econômicas e culturais e se entrelaçam no cotidiano e na construção de novas possibilidades. Nesse contexto, trata-se de iniciativas privadas, as quais confiam mais na solidariedade em busca do interesse coletivo, do que no aspecto econômico em seu sentido restrito.

Para Gaiger (2003, p. 183) a economia solidária é entendida como uma “nova expressão dos ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares (...) [e] nova frente de lutas de caráter estratégico”, enquanto para Eid & Gallo (2003, p. 14) ela “parte de valores distintos aos valores predominantes na economia capitalista” expressando, portanto, uma forma de resistência às conseqüências do capitalismo, em virtude da subjugação dos não proprietários dos meios de produção – os trabalhadores – em favorecimento da acumulação capitalista e, portanto, da produção por parte dos grandes proprietários/capitalistas.

Singer (2000) pensa a economia solidária como uma das opções para sobrevivência da classe excluída das “benesses capitalistas”, pois as pessoas não se tornam mais solidárias porque são pobres, mas por processos de construção social, de laços decorrentes da identificação de novos valores como os da igualdade, fraternidade e solidariedade, que foram inscritos, na história, pelos trabalhadores franceses e de maneira geral foram “esquecidos” pela história do capitalismo.

A economia solidária é algo novo, trata da recriação do cooperativismo, uma vez que sua prática, do ponto de vista teórico, é de um “novo cooperativismo”⁴². Sua configuração é inovadora. Na realidade, as atividades sócio-econômicas pré-existentes passam por uma crítica profunda determinada, em última instância pela crítica do assalariamento, tendo por base a exploração capitalista da força do trabalho. A partir da compreensão das novas contradições do capitalismo contemporâneo são produzidos fenômenos que dão sustentação à economia solidária. Isto porque ela apresenta um caráter profundamente político que articula quatro eixos distintos: o comércio eqüitativo, finanças solidárias, intercâmbio não-monetário e iniciativas locais (WAUTIER, 2003).

A economia solidária, dessa maneira, é uma forma de trabalho que se distingue de outras, próprias do século XVIII e XIX, pois essa “outra economia” tem como finalidade a geração de trabalho e renda na perspectiva da valorização do homem, por meio de seu trabalho, mas não se restringe à economia; ela busca a reunificação das esferas econômica, política e social, as quais foram fragmentadas pelas instituições do capitalismo, entre mundo da vida e mundo do trabalho.

Vale ressaltar que a economia solidária não pode ser idealizada. É necessário construí-la diariamente materializando-a no processo sócio-produtivo, por meio de condições objetivas e subjetivas do empreendimento, do movimento; produzida particularmente nas relações sociais. É necessário, portanto, possibilitar uma ação transformadora a qual seja a materialização da ação social em uma ação transformadora em que pese às relações sócio-políticas e econômico-culturais.

Houtart (2002) afirma que é necessário compreender o capitalismo para pensar alternativas plausíveis às alterações da estrutura e natureza do mercado capitalista globalizado, ou seja, é necessário impulsionar novas formas de trabalho e produção a fim de

⁴² Para compreender a economia solidária a partir dessa análise, enquanto recriação do cooperativismo consultar SINGER (2002).

suplantar a ditadura do capitalismo. Assim, as novas formas de organizar o trabalho, apontadas como base da economia solidária, pertencem à economia política do presente e fazem parte de uma nova fase de organização, em que a troca de “produtos” e suas relações sociais são baseadas no mutualismo, no cooperativismo e na solidariedade, na perspectiva de valorizar o homem, visto em sua plenitude, ou seja, na perspectiva de melhorar suas condições de vida e buscar novos horizontes para a sua educação/formação para o trabalho coletivo e usufrutos de meios e bens que a sociedade acumulou em sua longa trajetória.

Assim, apesar de Gaiger (2003) afirmar que a economia solidária guarda semelhanças com a economia camponesa, não é possível considerar que a economia solidária surgiu nas comunidades indígenas ou comunidades primitivas. Isto porque, trata-se de outra visão de mundo a qual busca mudanças de paradigmas, atitudes, comportamentos sociais nas relações de trabalho e produção, que foram se constituindo, a partir da crítica das experiências concretas de alteração do *status quo* capitalista. A economia solidária se diferencia por refletir interesses subjetivos dos trabalhadores e responder às condições objetivas dos mesmos.

Dessa forma, a economia solidária busca se auto-sustentar no exercício de novas relações produtivas enquanto consequência da (re)organização da sociedade civil, particularmente, dos trabalhadores desempregados ou daqueles que estão “cansados” da subordinação à lógica capitalista de mercado. Assim, a economia solidária, na sua ação organizacional, combina, simultaneamente, uma dimensão social e uma dimensão econômica sob a égide da luta política, na qual essas experiências aos poucos alteram o conteúdo de sua prática, pois mudam a fisionomia da produção e do trabalho em sua história (FRANÇA FILHO, 2002).

Em síntese, para Laville (2004) a economia solidária não é uma “economia de pobre para pobres”; sua prioridade é resolver necessidades básicas de nutrição e serviços elementares, a fim de efetivar o direito básico, mas, além disso: avançar nos espaços de valorização do trabalho autogestionário, e, portanto, da vida em sociedade. Nessa ótica, a economia solidária nasceu da necessidade de garantir a sobrevivência frente às condições adversas da pobreza – no campo e na cidade, particularmente, nas periferias dos grandes centros urbanos, em busca de acesso a outros patamares de vida.

Uma das características da economia solidária, apontada por Laville (Idem), diz respeito à possibilidade de estender à esfera pública, questão essa que o sistema cultural

capitalista tem relegado para a privacidade do consumo ou das relações interpessoais-familiares. Nessa perspectiva, a economia solidária pode ser considerada como uma economia difusa, na qual coexistem princípios de organização e objetivos diversos, buscando acima de tudo o sentido valorativo do ser humano, por meio do desenvolvimento de seu trabalho, garantindo-lhe dignidade e, por conseguinte, cidadania⁴³.

De acordo com Bertucci (2005) as idéias de Fourier que serviram para desenvolver seu projeto constituído de uma harmonia universal, denominado de falanstérios, não podem se assemelhar com a economia solidária, visto que este estava voltado para um plano de liberdade individual, mesmo os trabalhos sendo organizados em equipe. As idéias desenvolvidas no projeto de Owen, que se baseava em técnicas produtivas e na caridade, ou seja, pequenas colônias comunistas – chamadas também de aldeias cooperativas – objetivava acabar com a pobreza. Assim, esse projeto não pode ser “comparado” com economia solidária, pois a história é dinâmica e isso é um dos aspectos importantes para o surgimento desta “outra economia”.

Bertucci (2005) defende que apenas Proudhon contribuiu com idéias que estão diretamente ligadas à economia solidária, pois propunha a redistribuição da propriedade, na tentativa de tornar o modo de produção capitalista “justo”. Entretanto, não se trata certamente da economia solidária, apenas contribui para pensá-la, no que concerne à autogestão, sistemas de créditos e trocas.

Os pensadores utópicos não apresentaram uma formulação objetiva no sentido de buscar a transformação a partir do trabalho, tratava-se de um novo modelo que, contudo não tinha a perspectiva de mudança social, apenas econômica, embora apresentasse, sinalizasse nessa direção. Além do mais, esses filósofos não demonstraram claramente os meios para se alcançar uma sociedade diferenciada, apesar de suas idéias se refletirem no novo modelo social.

⁴³ Conforme Odalia (2003) embora o processo de construção da cidadania tenha seu marco anterior ao século XVIII, se apresenta com mais evidência a partir das revoluções Americana (1776), Francesa (1789) e Revolução Industrial. Entretanto, a construção da cidadania, em países periféricos, ainda é processo visto que as constituições, o conjunto de leis e decretos, em grande quantidade, objetivam a “garantia” de direitos civis/sociais, mas na prática, os atores sociais deixam a desejar em virtude de inúmeras razões, dentre elas a ausência de compromisso da esfera política com a população excluída.

Assim, entende-se que a economia solidária se diferencia do modelo elaborado pelos socialistas utópicos⁴⁴ por se constituir como uma alternativa para a melhoria das condições de vida em âmbito econômico, social, político e cultural. Isto porque apesar do trabalho coletivo se tornar central no desenvolvimento das atividades da economia solidária, é o processo de articulação entre esses aspectos que a torna, de fato, um novo paradigma do trabalho na sociedade atual. É nessa perspectiva que Laville (2004) a chama de economia contemporânea. Destarte, é uma economia alternativa concreta (...) que procura estar articulada aos movimentos sociais (EID & GALLO, 2003).

No Brasil, a economia solidária teve maior evidência na última década do século XX, em virtude da organização de cooperativas, associações e grupos de produção, entretanto esse fenômeno é mundial, visto que está presente na América Latina e em outros países, inclusive europeus, ou seja, “é algo que transcende as nossas fronteiras” (GAIGER, 2000, p. 170). Nessa perspectiva, a economia solidária nasceu da resistência dos trabalhadores às imposições do modo de produção capitalista e busca uma nova concepção de sociedade, evidenciada a partir da década de 80, com a abertura democrática.

A economia solidária é uma economia centrada na valorização do ser humano, o qual se situa em seu meio natural, que o “subordina” à política da partilha e da ética da sustentabilidade da vida humana, social, cultural. Isto possibilita propiciar melhorias de condições de vida por meio da geração de trabalho e renda objetivando a emancipação, por meio da democratização, do trabalho humano em relação à capitalista.

Vale ressaltar que a economia solidária, ou seja, o conjunto de cooperativas, grupos de produção, associações, empreendimentos coletivos, empreendimentos econômicos ou empreendimentos solidários com base na autogestão, orienta-se por princípios de solidariedade e do cooperativismo. A economia solidária converge, portanto, para a construção de novos valores que suscitam uma prática social transformadora. Dessa forma, essa transformação transcende os aspectos estritamente econômicos, pois requer uma ação “convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas nos campos político, econômico, social e tecnológico, envolvendo ONGs, sindicatos, universidades, órgãos governamentais etc” (KRAYCHETE, 2002, p. 5).

⁴⁴ Esses filósofos foram considerados socialistas utópicos em virtude de não apresentarem a perspectiva de transformação da sociedade a partir de seus modelos elaborados.

A economia solidária para Singer (2006) existe há muito tempo. No entanto, ainda segundo este teórico estava anônima no país, ou seja, não tinha evidência. A economia solidária já era apoiada por movimentos provenientes de instituições, particularmente, vinculadas a Igreja Católica, como a Cáritas do Brasil⁴⁵. Mas os movimentos sociais, alguns setores das universidades e sindicatos também fomentavam essa “outra economia”. Foi assim que a economia solidária foi emergindo e auferindo força, particularmente, a partir da nova conjuntura neoliberal. Assim, a economia solidária vem se construindo por meio de experiências e ganhando espaço ao longo das últimas décadas do século XX, influenciada por matizes intelectuais seja do socialismo utópico seja do cotidiano dos trabalhadores desempregados. Mas evidentemente ela só vem se consolidando porque existe uma parcela da sociedade que vem construindo uma forma diferenciada de pensar, agir e lutar na sociedade.

Nessa ordem, para compreender como a economia solidária “aparece” no contexto atual é preciso observar os padrões de organização da produção. Esses padrões ocorrem por meio de uma economia popular cuja organização é individual, provocado muitas vezes por processos de precarização do trabalho articulada a grandes cadeias produtivas e mercados nacionais e internacionais, sob a forma do comércio ambulante e outras atividades informais, ampliando-se a desigualdade, a pobreza e a segregação urbana sob antigas e novas condições. Apesar disso, esse tipo de comércio tem gerado renda e trabalho para um grande número de trabalhadores.

Esse é um dos espaços que a economia solidária, suas experiências vão ganhando adeptos à medida que consegue êxito ao disseminar a organização do trabalho coletivo sob a gestão democrática, a co-gestão e a autogestão, entre outros. No plano material trata-se da organização de uma “nova economia” pautada na solidariedade, pois a economia solidária passa a provocar novas idéias, novos valores nos sujeitos da economia popular no sentido de despertar para uma maneira de produzir, relações sociais e produtos, até então desconhecida ou pouco disseminada nesse contexto. Assim, ao conseguir estimular esses sujeitos sociais ao

⁴⁵ A Cáritas Brasileira é parte da rede de Cáritas Internacional, instituição da Igreja Católica, tendo por finalidade dar sustentação à ação social da Igreja. Está organicamente ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB. Tem uma secretaria nacional em Brasília, a qual coordena uma rede de Cáritas Diocesanas e Regionais. No Brasil, a Cáritas desenvolve suas atividades com fundos permanentes gerados pela Campanha de Solidariedade todos os anos. Essa entidade destaca-se por suas ações baseadas em três grandes ênfases: a assistencial, a promocional e solidariedade libertadora. Essa última é a atual fase da Cáritas, a qual privilegia um enfoque de atuação em situações de emergência, no apoio às iniciativas comunitárias ou associativistas, ou mesmo no apoio às mobilizações populares, próprias dos movimentos sociais.

trabalho coletivo baseado em princípios solidários na busca de um novo horizonte de vida é possível “propagar” a economia solidária.

Nesta perspectiva, a economia solidária ao se desenvolver promove a melhoria da sua localidade, apresentando-se como alternativa à crise o trabalho assalariado. No Brasil, a economia solidária tem sido incentivada pelo próprio Estado, envolvendo as gestões municipais, universidades e órgão de formação técnica e empresarial. Seu formato democrático permite estimular a formação de novas organizações sociais, além da produção, desta maneira, os impactos gerados pelas perdas de postos de trabalho e serviços são reorientados sob a construção de uma nova matriz produtiva, ao adotar o desenvolvimento sob a dinâmica de redes de cooperação sob um tecido social e institucional impresso nos territórios produtivos sócio-produtivos.

A economia solidária fundamenta-se, portanto, em organizações sociais e do trabalho associativista, com laços de solidariedade, devido a não exclusividade na comercialização ou mercantilização das relações de trabalho. A economia solidária aposta na organização de experiências em que há a elevação dos laços sociais, investindo na erradicação da pobreza, no crescimento econômico com distribuição da renda pelo conjunto de seus associados. Entendida como uma economia na qual seja necessário suprir necessidades dos sujeitos envolvidos e viabilizar o bem estar de todos. Portanto, a economia solidária prioriza não a lucratividade, mas a melhoria das condições socioeconômica e produtiva da coletividade. Além do mais, a produção está associada às necessidades definidas pelo conjunto de trabalhadores (EID & GALLO, 2003).

A economia solidária é vista por muitos teóricos como uma alternativa viável à inserção da mão-de-obra descartada pelo mercado de trabalho no pós-fordismo e, por outros, como uma utopia à medida que não se pode integrar solidariedade na economia capitalista. A economia solidária vem se constituindo assim, como resposta à realidade da crise do trabalho assalariado e potencializando a organização do trabalho como alternativa à informalidade e à precarização, embora essas condições ainda persistam nas experiências efetivas, particularmente, em virtude da falta de acesso às condições matérias de estruturação de suas bases produtivas.

Assim, a economia solidária para Arroyo & Schuch (2006, p. 20) “é o projeto de economia organizada a partir do trabalho e não do capital (...), também pode ser de giro local

ou global (...) se estrutura a partir de empreendimentos que (operam em qualquer dimensão de alguma forma associativa (...)).”

Portanto, após o estudo bibliográfico fica demarcado que a diferença entre economia popular e economia solidária está centrada nas relações de solidariedade, cooperação, ajuda mútua e respeito ao meio ambiente e ainda à relação de trabalho presente em ambas. Enquanto na economia solidária é requisito necessário o trabalho coletivo, para uma produção socioeconômica, cultural coletiva e distribuição igualitária da renda em virtude da responsabilidade, pela valorização do trabalho do outro, seja ou não da família, na economia popular o trabalho pode ou não ser coletivo, sem, no entanto, vivenciar os princípios da economia solidária. Além do mais a distribuição da renda na economia popular pressupõe, geralmente, uma característica da relação patrão x empregado no sentido de hierarquização, mesmo sem a pretensão de exploração capitalista.

A economia popular é de certa forma “eminente” individual tanto por sua forma de produção e serviço quanto à distribuição da remuneração. Diferentemente, na economia solidária os integrantes do empreendimento visam melhorar a condição de todos os membros, bem como dos sujeitos sociais da comunidade local. Assim, independe da relação que esses sujeitos sociais têm com o empreendimento, ou seja, a solidariedade se estende para além deste, pois não importa se as outras pessoas fazem parte ou não do empreendimento, pois aqui se pretende melhores condições de vida para o conjunto de pessoas do empreendimento, do bairro, da comunidade.

A respeito da economia informal uma característica marcante está relacionada à revenda de uma determinada produção. Por exemplo, o lanche produzido em casa e vendido pelos próprios produtores pode ser considerado economia popular, pois há uma relação direta entre consumidor e produtor. No entanto, quando o vendedor não produz esse lanche e somente revende para outrem, não há uma relação direta entre consumidor e produtor, pois ele passa a ser um intermediário nessa estrutura, assim, essa relação pode ser caracterizada como economia informal. Além disso, a ausência de pagamentos de impostos enquanto estratégia de burlar a lei também é muito presente nessa modalidade.

Assim, percebe-se que algumas características das categorias estudadas se entrelaçam, em virtude das imprecisões conceituais entre economia informal, economia popular e economia solidária alguns autores fazem certa confusão. Na realidade, alguns aspectos estão

presentes nas diferentes categorias. Entretanto, cada uma delas tem suas particularidades que a definem como tal. Dessa maneira, o quadro a seguir demonstra, em síntese, as características que demarcam cada categoria a partir da análise das compreensões dos autores ora estudados.

Quadro 4 – **CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DAS CATEGORIAS ESTUDADAS**

Economia informal	Economia Popular	Economia Solidária
Atividades desenvolvidas “fora da lei”	Pagamento ou não de impostos	Pagamento de impostos ou perspectiva de pagamento
Aprendizagem no cotidiano ou não	Aprendizagem no cotidiano familiar ou individual	Aprendizagem no cotidiano ou qualificação profissional a partir de instituições públicas ou privadas
Trabalho individual ou para outrém	Trabalho individual, familiar ou coletivo sem prática dos princípios solidários	Trabalho coletivo pautado em princípios solidários
Pouca ou nenhuma procura por qualificação profissional	Qualificação profissional para suprir a necessidade imediata	Busca de qualificação profissional e pessoal para o crescimento e fortalecimento do grupo
Elevada precarização do trabalho	Precarização do trabalho individual e/ou familiar, coletivo	Possibilidade de eliminar a precarização do trabalho em âmbito coletivo

Fonte: elaborado pela autora, 2008.

Essa análise, em relação às categorias estudadas, visa demonstrar que existem algumas características abordadas pelo conjunto de autores citados no decorrer desse capítulo, no entanto, não dão conta da realidade local, por exemplo. Essas características foram elaboradas no decorrer da investigação acadêmica e empírica. Trata-se, portanto, de uma análise centrada não apenas nos teóricos estudados – e revisados –, mas principalmente, baseada na realidade, no cotidiano, na experiência dos sujeitos sociais tanto daqueles que constroem a economia solidária em âmbito rural ou em âmbito urbano, particularmente, no Estado do Pará, quanto daqueles que estão labutando no circuito individual ou coletivo da economia informal e popular, respectivamente.

Vale ressaltar que tecnicamente a economia solidária é tratada a partir da compreensão que se tem de empreendimentos solidários. Isto porque a Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES, metodologicamente concebeu do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)⁴⁶ a seguinte definição: empreendimentos econômicos solidários (EES) são formados por um “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas

⁴⁶ “O SIES é um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária que no Brasil se orienta pelos conceitos constantes na Portaria do Ministério de Trabalho e Emprego/MTE, Nº 30, de 20 de março de 2006” (MTE/SENAES, 2006, p.10).

solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (MTE/SENAES, 2006, p.11).

Em se tratando de economia solidária o Ministério do Trabalho e Emprego/MTE a define como uma forma distinta de produzir, comercializar, comprar e trocar, o que se precisa para viver; sem explorar os outros, sem querer levar vantagens e sem destruir o meio ambiente⁴⁷. Assim, a lógica é produzir com responsabilidade, sustentabilidade para viver, em virtude da possibilidade de comercializar ou trocar.

Dessa forma, tanto o mapeamento da SENAES como os dados da Organização das cooperativas do Brasil/OCB⁴⁸ não condizem com a realidade observada por instituições como universidades, particularmente, as incubadoras universitárias e pelos próprios empreendimentos. Isto foi observado na IV Plenária Nacional de Economia Solidária, assim como na V Plenária de Economia Solidária do Pará, pois foi discutido o mapeamento⁴⁹ – realizado pela SENAES – e a realidade amazônica, em virtude da dificuldade encontrada especialmente, em relação ao acesso às áreas⁵⁰. Nessas ocasiões houve debates acerca de tal realidade, bem como de outras questões relevantes para a consolidação da economia solidária na realidade em que se vive.

⁴⁷ Ver no *site* do MTE: www.mte.gov.br/ecosolidaria.

⁴⁸ Vale ressaltar que número de cooperativas e associações cadastradas na OCB não compreende particularmente os empreendimentos de economia solidária em âmbito geral, pois os grupos populares de produção e/ou prestação de serviços nem sempre são instituídos legalmente, ou seja, não são legalizados enquanto cooperativas. Além disso, as cooperativas e associações de economia solidária se diferem por se identificarem enquanto empreendimentos solidários, com caráter coletivo, baseados nos princípios da economia solidária.

⁴⁹ Com a observação participante foi possível compreender que, segundo os atores sociais do Fórum Brasileiro de Economia solidária/FBES, esse mapeamento só ocorreu porque houve uma “pressão” dos mesmos à SENAES (IV Plenária Nacional de Economia Solidária, março de 2008).

⁵⁰ Por exemplo, comunidades na qual o único transporte possível é fluvial, em virtude das particularidades locais. Portanto, embora a SENAES (2008) aponte no mapeamento, um aumento significativo de EES, em 2006, o número não correspondeu à realidade brasileira, pois foram mapeados cooperativas e EES no país, totalizando 35.661, sendo 1.120 no Pará. Dessa maneira, no Estado 605, em 2006, eram empreendimentos confirmados que apoiavam e/ou fomentavam a economia solidária, e 511 ainda estavam em fase de confirmação. É importante lembrar que, desse montante, foram excluídos 4 empreendimentos por não estarem de acordo com a organização solidária de trabalhadores, conforme critérios” da SENAES, supracitados. Esse mapeamento foi realizado em apenas 51 dos 143 municípios. Segundo dados recentes do SIES foi realizado um novo mapeamento entre 2005 e 2007 e contemplou 86 municípios do Estado do Pará. Assim, as informações atuais do SIES apontam 528 EES no estado do Pará, distribuídos nos municípios supracitados. Isto corrobora que o mapeamento realizado anteriormente não estava de acordo com a realidade local. Para maiores informações consultar: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases>.

CAPÍTULO III

A economia solidária como movimento de mobilização sócio-produtiva

A economia solidária, em termos teóricos, ainda está em construção e, por isso, não há um consenso sobre o seu significado. É preciso elaborar a intuição e a representação do senso comum militante em conceitos, ou seja, transformar os “pensamentos”/saber popular⁵¹ dos atores da militância em saber científico, pois esse saber envolve a subjetividade do sujeito, revelada na maneira de como este sujeito se relaciona e convive com outro sujeito. Na realidade, trata-se de “um meticuloso vai-e-vem em que os dados empíricos e as formulações abstratas se esclarecem e vêm adequar-se mutuamente” (GAIGER, 2003, p. 185). Com base nessa perspectiva é que se considera a economia solidária como um movimento de mobilização produtiva.

A sistematização de experiências concretas tem se mostrado como uma das possibilidades para a construção de novos conceitos, na medida em que a descrição das características e, conseqüentemente, da identificação de elementos universais ajudam classificar os empreendimentos solidários e até mesmo a própria economia solidária. Nessa ótica, pode-se responder questões referentes ao que Cattani (2003) chama de “outra economia”. Visa-se, portanto, entender o movimento de economia solidária a partir de sua própria organização e das dimensões social, política e produtiva da economia solidária, além do mais, pode contribuir para a compreensão de um espaço sócio-histórico que se constitui a partir da crítica ao crescimento econômico e do desemprego estrutural.

Nesses termos, segundo Gaiger (2004), a economia solidária surgiu como um movimento de reação contra as desigualdades de condições geradas pelo desenvolvimento capitalista, propondo uma lógica diferenciada de produção e organização socioeconômica orientada pela propriedade social dos meios de produção, que mobiliza as esferas política, social, econômica, cultural e ambiental.

Na realidade, pode-se afirmar que a organização dos empreendimentos econômicos solidários enquanto rede possui um significado particular na economia solidária, visto que se trata de uma “formulação” centrada no cotidiano, em que considera tanto aspectos político, social, quanto produtivo e econômico. Ela funciona como uma “toupeira” que corrói os

⁵¹ Para um estudo mais apurado: Carlos Brandão (2002).

intestinos das relações capitalistas do trabalho, a partir de suas tramas, conflitos e cooperação, em prol de uma nova sociedade.

Assim, para compreender a organização da economia solidária é preciso observar os elementos que compõem a realidade concreta de seus atores, haja vista os desafios para criar e estimular alternativas de convivência e diálogo, a fim de favorecer a construção de uma forma diferenciada de produção, em que a geração de renda e trabalho é associada ao bem estar da coletividade.

Nesse cenário, a economia solidária tem se tornado um movimento importante para a geração de trabalho e renda e, portanto, alternativa concreta à crise do assalariamento, pois as mudanças no mundo do trabalho estão associadas às mudanças radicais na produção, nos padrões de comercialização e no consumo. Com isso pode-se entender os motivos que leva os trabalhadores a se organizar. De um modo geral, é o anseio de suprir necessidades imediatas, como comer, beber e vestir, mas não é só isso, na medida em que passam a entender que “não quer só comida (...) quer comida diversão e arte (...) não quer só dinheiro, (...) quer dinheiro e felicidade” (ANTUNES et al, 1987); por meio da organização sócio-produtiva e política, compreendendo-os como uma classe social em sua dinâmica própria, como ocorre com o Movimento de Economia Solidária do Estado do Pará.

Assim, o conjunto de trabalhadores passa a exigir ações para suprir as necessidades básicas e também outras dimensões da vida social, como a cultura, o esporte e o lazer, por meio da valorização enquanto ser social. Essas ações vão tomando outra forma, à medida que tal “motivo”/necessidade perde centralidade e dá lugar a outros elementos essenciais, para a construção de um movimento diferente e atuante, na conquista de melhoria de condições de vida, por meio de relações sociais e produtivas transformadoras da própria sociedade capitalista.

Por isso, quando as relações sociais se valorizam no coletivo e os trabalhadores também passam a entender a importância do trabalho coletivo e se complementam a partir do objetivo de gerar renda e oferecer condições dignas de sobrevivência, sendo provável pensar em uma “outra economia”, pois essa realidade possibilita construir justiça social⁵². Contudo, esse despertar só acontece quando o sujeito se dá conta que suas necessidades básicas

⁵² Vale ressaltar que essa justiça, para o movimento de economia solidária, é inerente a uma “outra sociedade”, termo utilizado como palavra de ordem do movimento, visto que seus atores sociais lutam para que a sociedade seja transformada nessa “outra sociedade”, pautada principalmente em valores solidários.

supridas são insuficientes para transformar a sociedade, regida pela lógica capitalista de acumulação de renda.

Dessa forma, a organização não é exclusivamente para geração de renda e contribui para a constituição da economia solidária. Essa contribuição relaciona-se não somente a um movimento voltado para a conquista de condições de vida melhores em âmbito econômico-financeiro, mas para além, ou seja, ao bem estar social, em que se traduz em qualidade de vida, como segurança, moradia, saneamento, educação a partir da organização sócio-produtiva para o trabalho, para a cultura etc.

Nesse sentido, a economia solidária, enquanto movimento social⁵³ tem abertura para outros movimentos populares e sociais, mobilizando diferentes atores sociais que também resistiam a determinadas situações no campo social e econômico, na conquista de direitos⁵⁴. Portanto, a economia solidária segundo Gaiger (2004, p. 799-80):

é considerada um passo concreto, indispensável para dar credibilidade e gerar intensa adesão social aos propósitos de uma nova arquitetura mundial, prova necessária para evitar apenas o oferecimento de uma ideologia mistificadora, de alternativas inaplicáveis.

3.1 Os movimentos sociais no Brasil e a mobilização produtiva de direitos

As condições propícias para a emergência dos movimentos como o processo de redemocratização do país ao de congregar as massas urbanas na dinâmica da política, podem ser observadas no período do pós-guerra⁵⁵. Vale ressaltar que apesar da repressão a autonomia

⁵³O conceito de movimento social, assim como de economia solidária, é permeado por imprecisões e ambigüidades. Entretanto, existe atualmente um acervo bibliográfico a respeito dessa categoria, ou seja, movimento social, visto que até o início do século XX “o conceito compreendia quase exclusivamente a organização do proletariado industrial, isto é, os sindicatos” (AMMANN, 2008, p. 13). Recentemente os cientistas sociais passaram a se dedicar ao estudo dos movimentos sociais enquanto categoria de análise, em virtude da necessidade de aprofundamento teórico.

⁵⁴ Para Kauchakje (2002), a compreensão dos movimentos sociais tem que ser pensada a partir de seu caráter histórico. Isto porque as “revoltas de escravos, heresias e seitas sociais, levantes camponeses e outros (...); os motins rurais do século XVIII” (Idem, p.57), assim como, na contemporaneidade, os movimentos trabalhistas e socialista pós-revolução industrial e, recentemente, os movimentos populares, movimentos de bairros deram suporte para a construção e organização dos movimentos sociais, como o movimento de mulheres, ecológicos, pacifistas, étnicos, entre outros, como o Movimento dos Sem Terra/MST de visibilidade pública (KAUCHAKJE, 2002).

⁵⁵ É importante frisar que Bonduki & Kowarick (1994, p. 148) mostram que no período populista, ou seja, no período do governo de Getúlio Vargas, por exemplo, os movimentos “se embrenhavam nas benesses prometidas ou propiciadas pelas máquinas do Estado”, com vigor e energia visto que as demandas populares e as respostas

reivindicativa, os movimentos populares “passaram a ter no Estado [ainda no regime militar] sua referência mais importante” (BONDUKI & KOWARICK, 1994, p. 155)⁵⁶.

O processo de redemocratização no Brasil foi potencializado pelo movimento operário e sindical e pelo movimento estudantil. O movimento sindical e operário, porque retomou ações expressivas diante do regime militar e o movimento estudantil, porque ostentou ruidosamente a frente de contestação ao “sistema autocrático” (NETTO, 2008).

Para Bava (1994) os primeiros movimentos de reivindicação aparecem no meio urbano, sob uma concepção anti-paternalista/clientelista, o qual surge por volta de 1979, surpreendendo as autoridades governamentais. As manifestações mais visíveis eram as passeatas que mobilizavam a população de bairros, por meio de suas associações, evidenciando o processo de politização da população, através da organização popular. Assim, para o “surgimento dos movimentos populares como sujeitos na produção do espaço (...) e de uma transformação [social]” (PORTELA, 2006, p. 40) foi fundamental a construção dos direitos sociais. Pois, as “formas de organização e mobilização inscritas como elos ativos entre os processos de reprodução social e a esfera política, em busca de melhores condições de sobrevivência e dos direitos de cidadania” (Idem, p. 31) estavam presentes. Nesse contexto, os movimentos sociais por estarem presentes no decorrer de diferentes sociedades sob distintas formas, “não são fenômenos extravagantes e excepcionais, ao contrário, são centrais [por isso] estão no cerne da vida social” (KAUCHAKJE, 2002, p. 57).

Embora exista grande contribuição sobre o debate sobre movimento social, é necessário, porém, fazer um exame crítico, uma vez que movimento social não pode se restringir a um determinado espaço geográfico, assim como não pode ser considerado, para

governamentais eram atendidas como objeto “privilegiado da ideologia e da ação política”. Tratava-se, portanto, de cooptar os movimentos sociais, a fim de não despertar inquietações e manter o poderio sobre os mesmos. Isto não quer dizer que o populismo, segundo os autores, seja caracterizado apenas “por processo de manipulação política, nos quais as camadas populares serviram de massa de manobra (...) [pois] nos primeiros anos da década de 60, as aglutinações populares iriam apresentar tanto nas cidades como no campo, novo vigor reivindicativo” tornando-se mais autônomos em relação às práticas de cooptação populista.

⁵⁶ Segundo Kowarick (1994), o processo de redemocratização iniciou por volta de 1946, período denominado populista e se estendeu até o final da década de 80 do século passado, com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989. O período compreendido entre 1940 e 1964 marcou a consolidação de várias características eminentemente urbana no Brasil, de articulação do processo de urbanização das cidades, desencadeando na emergência de movimentos populares em virtude das conseqüências geradas à sociedade naquele período, ou seja, o modelo periférico de crescimento urbano (BONDUKI & KOWARICK, 1994). Por isso o Estado brasileiro assumiu, no período populista – Era Vargas –, a tese da demanda por moradia era um problema a ser solucionado socialmente pelo governo.

formulação conceitual, uma definição apenas teórica⁵⁷. É necessário, portanto, considerar o contexto histórico, bem como a ação humana de seus atores sociais, na dinâmica de sua realidade, pois do ponto de vista do movimento é preciso entender a mobilização entre esses atores a partir de seu cotidiano.

Por isso, Ammann (2008) afirma que o ponto de clivagem do movimento social é a contestação, o protesto, visto que todos os movimentos sociais levam o germe da insatisfação e do protesto contra relações sociais não desejáveis, para seus atores e para a sociedade, o que só pode ser observado no cotidiano dos mesmos. Assim, além de entender o conceito de movimento social, é preciso saber o que o descaracteriza, ou seja, uma coletividade que não tem finalidade contestatória, por exemplo, “grupos de jovens que praticam esporte; clube de mães⁵⁸ que aprendem a costurar; analfabetos que aprendem a ler; obras assistenciais ou filantrópicas que se ocupam com populações carentes” (Idem, p. 17), não apresentam traços de movimento social.

Na realidade a coletividade pode não ter a finalidade de contestar algo como, por exemplo, políticas de esporte – para os jovens –, geração de trabalho e renda para as mulheres do clube de mães etc., mas isso não impede que o germe da insatisfação não esteja “semeado”. Nesse sentido, o que falta muitas vezes a esses grupos é incentivo e organização para protestar. Logo, esse tipo de coletividade pode vir a se transformar em movimento social, desde que os mesmos busquem o objetivo da contestação e da insatisfação como cerne da sua luta na perspectiva de melhores condições de vida, por meio da mobilização de seus atores.

A garantia de que um movimento social ganhe sentido é a disposição de se opor ao conjunto do sistema hegemônico, porém não é uma simples ‘expressão’ do conflito de classes. A luta de classes é o mais alto grau de expressão do movimento social (LOJKINE, 1981). Disto se infere que o movimento social é uma mobilização produtiva com orientação ideológica e política, na contraface da hegemonia do grande capital, visto que contribui para a institucionalização de direitos sociais, políticos e econômicos movendo e transformando a própria sociedade.

⁵⁷ A elaboração conceitual merece ser revisitada para dar conta da nova realidade social. Nesse sentido, segundo Ammann (2008) os estudos de Castells (1997) e Touraine (1977) precisam ser discutidos, questionados, repensados, pois embora tenham certa “consistência teórica” expressam um formalismo conceitual, apresentando uma definição complexa na medida em que tratam da problemática urbana dos anos 70 do século anterior, quando a sociedade era regida pela lógica industrial.

⁵⁸ Para Sader (1998) os clubes de mães dizem respeito a organizações populares.

Assim, pode-se compreender que o processo de redemocratização do Brasil “trouxe a esperança de que a democracia pudesse se traduzir em melhores condições de vida para a população brasileira” (ARAÚJO & CASTRO, 2007). Isto porque desde a década de 70, do século XX, as reivindicações populares foram tomando forma e ganhando expressão social, pois havia grande pressão dos movimentos populares, bem como, do movimento operário, da igreja, entidades da sociedade civil e profissional, da imprensa, e, “obviamente a oposição política, que lutavam cada uma a sua maneira, para a derrocada do regime [militar] (BONDUKI & KOWARICK, 1994, p, 163) e, ao mesmo tempo, se articulavam para lutar por políticas públicas, a fim de “sanar” os graves problemas sociais, como a falta de moradia digna e a mortalidade infantil. As lutas dos movimentos aludiam um campo legal instituído, a fim de garantir direitos violados, regulamentar novos direitos, ou ainda, simplesmente, regimentar benefícios em relação àqueles já existentes, no interior da legislação (SADER, 1998).

Para Netto (2008), a redemocratização do Brasil aconteceu em virtude do acúmulo de energias da resistência democrática, bem como, da ampla vitalização do movimento popular. Na realidade foi um momento de rearticulação das organizações populares, visto que novos princípios norteavam suas ações, ou seja, os sujeitos sociais dessas organizações rejeitavam as práticas clientelistas tradicionais, assim como a submissão ao Estado. Nesse sentido, a década de 70 ficou conhecida como a década dos “anos de resistência”, pois nesse contexto surgiram iniciativas de resistência popular, uma vez que as organizações fabris e sindicais eram reprimidas e controladas pelo governo autoritário (BONDUKI & KOWARICK, 1994).

O conjunto dessas iniciativas despertou o anseio de luta, de reivindicações forjando um fluxo importante de mobilizações entre os grupos excluídos das “benesses” do desenvolvimento econômico e urbano, dispostos a lutar, por saneamento básico, moradia, melhoria dos transportes coletivos, educação, melhores condições de vida. Esses sujeitos sociais insatisfeitos com a realidade do país se traduziram em movimentos sociais. Essas mobilizações foram fundamentais na luta contra o regime militar, pois os movimentos sociais passaram a buscar espaços na arena política, marcando presença popular na oposição política. Para Netto (2008) essa potência foi adquirida, decisivamente, pelo reingresso aberto da classe trabalhadora urbana no cenário político.

Esse cenário propiciou a redemocratização da sociedade brasileira, visto que os sujeitos sociais passaram a perder o “medo de pensar”, de expor suas idéias e opiniões, assim

como de agir, buscando se reconhecer a partir de sua realidade, de seu cotidiano. O movimento social, nesse contexto, precisa ter a capacidade de conviver com distintos “graus de organização e participação na vida pública, para que mesmo as minorias ou as populações marginalizadas ou menos integradas à dinâmica institucional tenham garantido seu direito de expressão” (SILVA, 2007, p 112).

Desta forma, ainda fragmentada, abre-se um campo de resistência que ganha visibilidade com os grupos de reivindicações. Conseqüentemente, “é nesse ambiente que os valores, as certezas, as verdades começam a ruir (...), quando os atores sociais passam a questionar o mundo, seus mandatários e governantes, surge à possibilidade de novas práticas históricas” (MALATO, 2006, p. 52).

Assim, naquela ocasião alastrou-se um anseio de oposição e de revolta, pois “experimentavam-se formas variadas de resistência e de reivindicações, fragmentadas e parciais, mas que em muito iriam contribuir para as ações de *desobediência* civil: greves, passeatas, (...), inúmeros tipos de manifestações, organizadas ou espontâneas” (BONDUKI & KOWARICK, 1994, p. 169) desafiando, de forma explícita, a repressão militar.

É importante ressaltar que a pluralidade de “movimentos” não diz respeito à compartimentalização de supostas classes sociais ou distintas camadas sociais, indicando formas variadas de expressões sociais sob uma mesma lógica (SADER, 1998). No entanto, se em sua pluralidade, estes movimentos “articulam reivindicações específicas, diferenciadas, e possuem uma dinâmica particular, cumpre agora desvendar o fato de que são manifestações de um mesmo sujeito político: as classes trabalhadoras” (BAVA, 1994, p. 275).

Esse conjunto de situações – ações – dos grupos reivindicativos – os movimentos sociais – obriga o regime militar a adotar estratégias de abertura democrática, como a revogação de atos institucionais, reorganização partidária, anistia, política, convocação de eleições diretas para governos estaduais. Nesse cenário, portanto, houve avanço em relação à politização dos movimentos sociais, pois seus atores não aceitavam mais ser tratados como “massa de manobra”. Assim, a própria população passa por um processo de politização que estimula, cada vez mais, as pessoas a participarem de tais situações (BAVA, 1994).

A década de 80, do século XX, marca um novo quadro no processo de redemocratização do país, havendo avanços significativos no que concerne à conquista de espaços políticos e democráticos. A criação do Partido dos Trabalhadores/PT, além de

manifestações em âmbito urbano e rural, como o Movimento dos Sem Terra/MST, greves e movimentos sociais mais fortalecidos, tornam-se expressivos da mobilização e organização popular (BONDUKI & KOWARICK, 1994). Esse momento coincidiu, por um lado, com o endividamento externo, resultado da crise econômica que se alastrou no Brasil; e por outro lado, à possibilidade de representação de seus interesses mesmo no quadro político brasileiro de práticas de corrupção, desvendadas por ocasião da pressão dos movimentos sociais (ARAÚJO & CASTRO, 2007).

Nessa década, os movimentos sociais passaram de um patamar de reivindicações imediatas para a elaboração de propostas, a fim de alterar as políticas públicas e avançar na constituição de direitos civis, sociais e políticos, ou seja, os movimentos sociais deixaram de ter uma ação meramente reivindicativa para se tornarem atores ativos, com ações propositivas.

Nota-se uma nova configuração na experiência política e social, pois, nessa conjuntura de incertezas há possibilidade de pensar o “significado de formas de sociabilidade regidas por critérios distintos de identidade (TELLES, 1994, p. 245). Isto resulta da flexibilidade e da agilidade que os movimentos sociais respondem às ofensivas do Estado a cada ataque do governo. Os movimentos criam e recriam mecanismos de articulação para a sustentação do próprio movimento.

Dessa forma, os movimentos sociais se fortaleceram e ganharam mais espaço, nos anos 80. A população brasileira, de modo geral, passava a se mobilizar em favor dos movimentos sociais, contribuindo da forma que lhes era conveniente. Assim, a Igreja, por meio das CEB's; estudantes; diversas categorias profissionais; sindicatos e oposições sindicais; bem como, partidos políticos se empenhavam na participação popular de enfrentamento, inclusive da polícia.

Vale ressaltar que as Comunidades Eclesiais de Base/CEB's, ligadas à igreja Católica, tiveram um papel importante na reconstrução dos movimentos sociais⁵⁹, no período da ditadura militar, pois valorizavam a participação das pessoas nas organizações populares. Além disso, as CEB's contribuíram para formar lideranças nas comunidades e desenvolveram

⁵⁹ No Brasil, segundo Kauchakje (2002) os movimentos urbanos, populares e de bairros existiam antes de 1960, contudo, esses movimentos evidenciaram-se pós década de 60. Entretanto, Portela (2006) afirma que os movimentos sociais estavam, na década de 60, relacionados à tendência revolucionária dos trabalhadores filiados aos sindicatos e aos movimentos estudantis.

“formas democráticas de participação de base” (PORTELA, 2006, p. 33), constituindo-se como espaços de lutas na retomada dos movimentos sociais brasileiros. Cria-se em todo país uma rede de apoio que tinha por finalidade pressionar politicamente o governo, no sentido de agudizar a crise política instalada, sobretudo, a partir da greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo em São Paulo⁶⁰.

Essa crise repercutiu no parlamento: “tanto os partidos assim chamados ‘de oposição’ como o processo de redemocratização proposto pelos militares (...); fica claro que não estão contemplados os interesses dos trabalhadores” (BONDUKI & KOWARICK, 1994, p. 264). Como consequência inicia-se um período de refluxo das grandes manifestações de massa, em virtude do descontentamento da população que acreditava na greve como um instrumento desencadeador de outros processos de manifestações, que mobilizassem ainda mais as pessoas para uma perspectiva de mudança no quadro político do Brasil. Dessa maneira, “os movimentos sociais tiveram que construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos (SADER, 1998, p. 199).

Vale destacar que apesar de Bava (1994) assegurar que a greve operária de São Bernardo do Campo saiu derrotada pelo governo militar, entende-se a mesma sob outra lógica. A conjuntura em que se encontrava o país, os trabalhadores metalúrgicos eram um sujeito importante nas perspectivas construídas pelos movimentos sociais. A campanha salarial dos grevistas mostrou que governo, assim como os patrões estavam contra os trabalhadores; o discurso das autoridades do governo foi desmistificado; os empresários foram obrigados a “arrancar” suas máscaras isto porque houve a tomada de consciência a respeito da necessidade da organização política, para a conquista de direitos e de liberdade. Essa realidade serviu para o fortalecimento das lutas, na medida em que os movimentos sociais passaram a se organizar, culminando com a formulação da Carta Magna de 1988⁶¹.

Assim, a crise do sistema autoritário configura um processo de transição, que abriu espaço “a uma *situação política democrática*, nos primeiros anos da década de oitenta, que

⁶⁰ Trata-se de um momento histórico para o movimento operário brasileiro, bem como para a luta contra o regime militar e a redemocratização do Brasil.

⁶¹ O embate em torno da Assembléia Constituinte se colocava no coração da cidade. “Dentre as diversas correntes que se entrecrocavam, encontravam-se, nas pontas do dilema, das mais conservadoras às mais avançadas posições: aquelas pretendendo, na melhor das hipóteses, apenas uma reforma na carta constitucional; as últimas defendendo uma Constituinte livre e soberana”. [Assim] diante da pressão dos progressistas, os conservadores cedem (...)” (AMMANN, 2008, p. 138).

vem se aprofundando, mas que coexiste com um aparato estatal inteiramente direcionado para um sentido incompatível com a sua manutenção, ampliação e consolidação” (NETTO, 2008, p. 44). Apesar disso, nesse momento há uma abertura para discussões políticas importantes que contribuem para a efetivação da redemocratização, com eleições de partidos de esquerda, a partir da década de 1980. Trata-se da chamada democracia participativa ou democracia popular.

A democracia participativa, segundo Malato (2006) surgiu a partir de concepções diferenciadas, pois suas propostas buscavam configurar um novo tipo de democracia, na tentativa de articular a democracia indireta e a direta, tendendo ampliar a participação popular por meio de mecanismos que “ultrapassam” o sistema partidário e eleitoral. Esses mecanismos são pensados para que os sujeitos sociais recuperem seu papel social e político que era fragilizado e fragmentado com a democracia representativa.

Vale frisar que o investimento na proposta de ampliação democrática, para além da fronteira da representação, não sucede da insatisfação de teóricos da democracia, mas particularmente da percepção de um movimento na sociedade, que clama por transformações sociais (Idem, 2006).

3.2 A construção dos novos movimentos sociais

A combinação de dois processos sociais para determinar provisoriamente uma síntese sobre os novos movimentos sociais é entendida a partir do: a) processo de “pôr-se em movimento” de classes, frações de classes e camadas sociais combinado ainda pela base social e pela organização do movimento social – ou força social⁶²; b) processo de “pôr em movimento” ao “desafio” político. A primeira dimensão apresenta a intensidade e a extensão, ou seja, o campo social do movimento social, considerando “a natureza sociológica precisa das classes sociais que se ‘puseram em movimento’” (LOJKINE, 1981, p. 297). Nesse sentido, o grau de mobilização resulta simultaneamente do grau de abertura da organização para as massas populares, no sentido da participação no seu próprio “pôr em movimento” e decorre também do “volume” dessas massas postas em movimento.

Na segunda dimensão não é possível determinar a natureza sociológica do movimento se não tiver conhecimento do tipo de relação mantida entre as práticas ideológicas e políticas da organização e sua base social. Assim, é necessário saber que desafio político cabe ao

⁶² Categoria utilizada por Marx e Engels, conforme este teórico.

movimento social a partir de seu projeto histórico real. Logo, o alcance desse projeto “só pode ser definido pela análise de sua relação como poder político” (LOJKINE, 1981, p. 298).

Importa frisar que os movimentos sociais não podem ser vistos como “jatos de vapor da válvula de segurança elaborada pelo Estado da classe dominante” (Ibidem), assim, o “pôr-se em movimento” não será efetivo se não se traduzir em uma apropriada mudança na relação entre forças sociais dominantes e forças sociais dominadas, a não ser que o *desafio político*⁶³ o consinta. Neste campo, somente a análise do princípio ideológico e político das reivindicações e das ações propostas e atingidas define o desafio real.

Os movimentos sociais para Ghon (1999) são constituídos por atos de resistência popular em virtude das condições de vida as quais seus atores sociais são submetidos. Nesse sentido, as lutas sociais, marcadas por contradições e por múltiplas reivindicações que, de um modo geral, dão aos movimentos sociais um modo diferente de “ir e vir”, de acordo com a dinâmica dos conflitos sociais. Portanto, não é a mobilização pela ideologia e pela ação “eventual”, “espontânea”, “esporádica” das massas populares “postas em movimento”, trata-se na realidade de uma combinação, entre certo “modelo” de ideologias e exercícios políticos da “base social”. Isto porque a transformação da condição de uma classe admite fugir de forma espontânea do “cabresto” da classe dominante (LOJKINE, 1981). Entretanto, as ações dos movimentos sociais são realizadas conforme “cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente” (SADER, 1998, p. 48).

Bava (1994) se posiciona a respeito de situações que evitam a ampliação política da participação dos movimentos sociais. Para ela, mesmo os movimentos sociais tendo presença marcante no cenário público, eles organizam concretamente uma parcela minoritária da população, pois os pontos de vista defendidos pelos sujeitos coletivos, muitas vezes, partidários dificultam o enraizamento dos mesmos de forma mais ampla.

A extensão territorial, “espacial”, segundo Lojkine (1981), pode contribuir na redução do alcance do movimento social, assim como pode contribuir para uma mudança, uma revolução. Assim, há de se considerar o duplo limite posto para os movimentos sociais urbanos: a) o corte entre a esfera econômica e social e; b) o Estado como instrumento de controle e de integração social.

⁶³ Termo em grifo utilizado por Lojkine (1981).

É importante destacar que a antítese da situação entre comportamento – representações sociais – e ideologia de classe faz emergir um movimento social, pois se caracteriza “primeiramente pela capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas diferenciarem-se dos papéis e funções” (LOJKINE, 1981, p. 292), de fração da própria classe dominante, que garante a subordinação e a dependência entre as mesmas, no sistema capitalista. No entanto, para Ghon (1999) os movimentos sociais têm atuações coletivas de caráter sócio-político, pois compõe uma arena política de força social, construída por atores sociais que pertencem às camadas e classes sociais diferentes, o que contribui para politizar suas ações. Assim, o movimento social em vez de “parar” ou de “esfriar” quando em confronto com o Estado, se fortalece, pois pode ter a “capacidade de transformar o *sistema sócio-econômico no qual surgiu*” (LOJKINE, 1981, p. 298).

Nessa perspectiva, o conjunto de atores sociais, a partir de sua realidade constrói uma política que visa unificar economia e sociedade, em busca da produção de coisas articulada à própria produção da vida, gerando espaços públicos partilhado, em que o comum mostra-se a partir da diversidade – característica do Movimento de Economia Solidária. Considerando essa realidade, Santos (2005) afirma que não ser possível falar de um único padrão de relações nos novos movimentos sociais, tendo em vista a diversidade existente nos mesmos. Contudo, eles buscam sua unidade na diversidade.

A constituição dos novos movimentos sociais implica uma forma especial de elaborar as categorias mental e prática, pois é necessário que seus sujeitos sociais possam se perceber, ao mesmo tempo, transformar o cotidiano ao qual se inscrevem. Assim, os novos movimentos sociais estão articulados entre si, haja vista que eles próprios percebem o sentimento que os une, o qual é parte da consciência de que não se pode lutar só. E essa consciência surge com o reconhecimento do outro, e no outro, pois não se trata de uma reivindicação pontual, mas de outras iniciativas pensadas conjuntamente.

Os novos movimentos sociais, muitas vezes, são lembrados não pelo coletivo de atores co-protagonistas (protagonistas grupal), mas por seus líderes, ou seja, o “*protagonista unipersonal*”. E eles, permanecem “vivos” na memória e são celebrados como “*excepcionales heroísmos individuales*” (IVERN, 2007).

Esses novos movimentos sociais não competem entre si e nem se comparam, pelo contrário, se reconhecem a si mesmo nos outros, pois acontecem ao mesmo tempo,

“coincidentalmente”, potencializando-se, legitimando-se e se re-significando reciprocamente (IVERN, 2007). Trata-se de uma consciência que permite a cada grupo apresentar outras expressões e, ao mesmo tempo, envolva o tácito, o prático e a singularidade.

E isso, torna-se parte de uma trama maior, ou seja, de um conjunto de situações inovadoras, co-protagonizadas por diferentes atores, a partir de contextos sociais aparentemente muito diversificados e distantes entre si, apresentando em determinados momentos a cooperação e em outros os conflitos, e até mesmo negociação, os quais são naturais para desenvolver e fortalecer o movimento, desde que não ultrapassem os limites “individuais” e coletivos, gerando situações atípicas.

Nesse sentido, entende-se que o Movimento de Economia Solidária se inscreve nessa trajetória histórica, embora trazendo como inovação a rearticulação entre economia, política e sociedade, na medida em que se traduz a partir de novas configurações do trabalho coletivo⁶⁴, associando à autogestão, bem como, à participação de todos nas decisões da produção e distribuição dos serviços ou bens produzidos. Diferentemente dos movimentos sociais tradicionais clássicos que, de certa forma, separavam as esferas política, economia e sociedade⁶⁵.

3.3 Economia solidária e mobilização sócio-produtiva de seus atores sociais

3.3.1 As perspectivas da construção da economia solidária enquanto movimento

A economia solidária, como novo movimento social inova ao enlaçar outros movimentos sociais, a fim de fortalecer o conjunto de sujeitos sociais envolvidos para a conquista da efetivação de direitos, podendo atuar de modo diferente ao que habitualmente é observado nos movimentos sociais “tradicionais”. Na realidade, é possível assumir uma luta que se inicia em “qualquer lugar”, onde dois ou mais atores sociais – movimentos sociais – se reúnem para estar-produzir-pensar-com-os-outros⁶⁶. Trata-se, portanto, da emergência de novos sujeitos políticos, a partir de novas configurações sociais dos trabalhadores.

⁶⁴ Para Marx (1985), o trabalho coletivo estabelece relações sociais de integração, articulação entre os trabalhadores. Assim, quando há uma conexão entre os trabalhadores, esses não produzem somente para si e sim para outros. Essa integração de relações pode ser considerada como força produtiva social do trabalho.

⁶⁵ A título de exemplo de movimentos sociais clássicos tem-se: movimento sindical, no âmbito do trabalho; movimento popular e de bairro, no âmbito da moradia, e os próprios partidos políticos que buscavam responder apenas à esfera política.

⁶⁶ Consultar Ivern, 2007.

Esses contextos sociais, segundo Ivern (2007) são chamados de globalização-localização, o que “cria” outra categoria a *glocalizacion*.⁶⁷ Assim, cada movimento social se reconhece como um aspecto diverso da paisagem que compõem os outros e, aos poucos, se decifra o código e, se decodifica a mensagem como se fosse uma palavra nova em um novo discurso e isso abre a possibilidade de ser proclamado pelos outros sujeitos que compõem o movimento. É, portanto, um jogo de “*diversidad-unidad*”, de “*singularidad-integracion*” (IVERN, 2007, p. 83). Trata-se dos novos movimentos sociais, dentre eles o movimento de economia solidária, que vem se construindo e se caracterizando também com esses aspectos, e, nesse sentido, torna-se um novo paradigma de constituição e sustentação de novas relações sócio-produtivas.

Nessa perspectiva, pode-se entender que o movimento de economia solidária surge recentemente e tende a se tornar cada vez mais forte devido agregar um conjunto de atores que possuem problemas comuns e elementos que tendem a resistir às relações capitalistas. Considera-se, portanto, que o movimento de economia solidária é um movimento de mobilização sócio-produtiva, no sentido amplo, como afirma Lefebvre (1999) “produção de coisas e de sentido”, ou seja, de relações sociais nas diferentes esferas da sociedade, expressando a unidade entre economia, política e sociedade. Portanto, não se restringe ao sentido restrito da produção capitalista, mas no sentido de envolver o conjunto da sociedade no encaminhamento de proposições históricas de luta dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida e de valorização do homem, em que o trabalho é um meio apenas de garantir não somente a subsistência, mas, sobretudo, a valorização da vida social.

Nesse sentido, o caráter inovador da economia solidária é compreendido em virtude de estar regido por ideologias oriundas dos socialistas utópicos, mas atualizadas por debates do Fórum Social Mundial, que teve sua primeira edição em janeiro de 2001, em Porto Alegre. Além disso, sua orientação política centraliza-se eminentemente nas práticas sociais de diferentes movimentos sociais (mulheres, negros, homossexuais, artesãos, ecológicos, feministas, de jovens etc), agregando atores políticos de diversas ordens e naturezas.

A economia solidária pode se afirmar como um “movimento de movimentos”, por agregar diferentes movimentos sociais: de mulheres e de feministas; de negros; ecológicos; de

⁶⁷Entendida como a inter-relação entre o global e o local, em que o global está imbricado com o local, simultaneamente (IVERN, 2007).

produtores/trabalhadores rurais, e de indígenas apontado por Santos (2005) também como um novo movimento. Além desses, agrega movimentos de intelectuais críticos⁶⁸, que objetiva criar/pensar propostas concretas ao desemprego estrutural⁶⁹ e a própria desigualdade sócio-econômica e produtiva, que dão origem aos diversos movimentos.

Dessa maneira, define-se o movimento de economia solidária como um movimento de mobilização de vários movimentos, vários sujeitos sociais interessados em um mesmo objetivo, na medida em que vem possibilitando a construção de uma base teórica, conjugada às práticas e debates próprios dos movimentos sociais, transformando-se em “um rico processo de transmissão de conhecimento” (BARBOSA et al, 2005, p. 162), entre os diversos atores sociais que compõem/constituem a economia solidária. Neste sentido, o conjunto de movimentos interage entre si e formam a base do Fórum Social Mundial/FSM, que expressa diferentes formas de resistências.

O movimento de economia solidária, portanto, se inscreve na trajetória da resistência e das lutas dos trabalhadores em contraposição à sociedade capitalista, se constituindo, assim, como um dos movimentos sociais mais significativos na contraface do capitalismo contemporâneo. Sob essa perspectiva o movimento de economia solidária se configura como um movimento de resistência às formas de produção capitalista e suas relações, pois se trata de um diálogo aberto entre diferentes movimentos na formação de “outra economia”.

O movimento de economia solidária se caracteriza como um movimento aberto a diálogos com outros movimentos sociais porque na IV Plenária Nacional de Economia Solidária, março de 2008, a partir do debate dentre os diversos movimentos presentes, deliberou-se que o FBES “representante” maior do Movimento de Economia Solidária, é, por natureza, “um instrumento do movimento de Economia Solidária, [e] um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais” (FBES, 2008), afirmando, portanto, a importância de cada movimento na constituição da economia solidária, como um movimento plural.

⁶⁸ Isto porque 92 instituições de nível superior – que fazem parte da REDE UNITRABALHO – se comprometem em elaborar e trocar conhecimentos com os grupos populares de produção, cooperativas, associações a fim de contribuir para a constituição do movimento de economia solidária, primando à valorização do homem por meio de seu trabalho sócio-produtivo. Existe também a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, REDE ITCs, que teve início em 1998. Atualmente é constituída por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares/ITCs de 44 universidades em 5 regiões do Brasil. A Rede objetiva vincular de forma interativa e dinâmica as ITCs, favorecendo o intercâmbio de tecnologias e de conhecimentos entre as mesmas e a sociedade. Para maiores informações acessar: <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/440>.

⁶⁹Para Castel (1998) essa modalidade de desemprego é entendida como a nova questão social.

As lutas desse novo movimento, que dá os primeiros passos⁷⁰ para se consolidar, vão sendo direcionadas à elaboração de políticas públicas articuladas com outros projetos políticos, objetivando uma sociedade justa, em sua totalidade. O sujeito social, que faz parte desse movimento, passa a construir um sentimento de pertencimento ao entender que não se trata de suprir apenas a dimensão econômica, ultrapassando tal limite e, ao mesmo tempo, se inter-relacionando a diferentes esferas da vida social, aliás, fundamental para a consolidação desse novo movimento.

O sujeito social ao acessar a renda tem a possibilidade de melhorar suas condições de vida, contudo, há a possibilidade de ampliar as dimensões sócio-culturais, político-econômicas e, simultaneamente, a dimensão ambiental. Isto mostra, portanto, como o conjunto de sujeitos sociais de economia solidária se reúne em diversas lutas, visando à garantia de seus direitos por meio da mobilização produtiva dos movimentos sociais.

O espaço social do Movimento de Economia Solidária é constituído por práticas concretas e representações simbólicas de seus atores sociais, no processo de reconstituição da unidade entre a prática econômica e a prática social; na construção de novas formas de produção, a partir de qualidades e atributos vinculados à solidariedade e suas concepções norteadoras, sob a perspectiva dos princípios da economia solidária.

Para entender a constituição da economia solidária, enquanto movimento, sob uma nova concepção de produção social, é necessário colocá-la no espaço concreto, em que se move e constrói suas tramas, inovando a relação entre produção e reprodução da vida social. Nesse espaço se afirmam os vínculos interativos e reciprocidades entre seus atores, um “estar” e um “acontecer com os outros”, por meio de “*una ecología de reciprocidades positivas, una armonía de igualdades y diferencias*” (IVERN, 2007, p. 88), que está diretamente relacionada ao *ser-con-otros*, ou seja, “ser” com os outros, “estar” com os outros. Trata-se de uma determinada qualidade de estar com os outros: de cooperar e de se relacionar, sob momentos de identidades, consensos, conflitos, negociações, em que os dissensos podem gerar rupturas, mas também agrupamentos sólidos entre seus atores, identificando e, ao mesmo tempo, potencializando-os enquanto movimento de economia solidária.

⁷⁰ Os passos iniciais concretos são dados no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2003, onde foi criado o FBES. Entretanto, ainda no FSM de 2001 já havia debates referentes à organização da economia solidária, enquanto movimento.

Assim, para entender o seu significado na “construção do comum”, espaço cujas redes configuram processos de autonomia de seus atores sociais, sua organização enquanto movimento sócio-produtivo que unifica economia-política-sociedade é necessário, antes de tudo, debater e aprofundar suas plataformas⁷¹ políticas. No Brasil, a concretização da economia solidária é dada por um conjunto de princípios, metas e diretrizes do FBES (2008) na busca de:

a) priorizar algumas ações, garantindo uma formação sobre economia solidária junto aos trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos solidários, visto que essa é uma bandeira considerada estruturante, para a consolidação do movimento de economia solidária, além de garantir financiamento público a pesquisas e tecnologias, a fim de construir uma rede de formadores;

b) garantir programas e políticas de infra-estrutura e apoio à formação de redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e logística solidária, assim como garantir programas e políticas de apoio à criação e sustentação de espaços solidários de comercialização, propõem-se, criar um sistema nacional de comércio justo e solidário;

c) lutar por um estatuto da economia solidária e criar uma lei específica, a qual conceitue/defina a economia solidária.

d) criar um sistema nacional de finanças solidárias;

As relações de produção sob a base da economia solidária vêm aparecendo como contraposição à relação capital. Ao se tratar de uma forma distinta de relações de produção; sua organização se apresenta como um espaço democrático diferenciando-se das relações capitalistas de produção na medida em que seus atores participam ativamente dos diferentes processos de produção – de conhecimento e produtos – e da gestão do empreendimento. Nesse contexto, torna-se uma economia plural, sem o domínio do capital, que requer uma política democrática.

A economia solidária, enquanto movimento, vem constituindo suas bases na construção de uma “outra sociedade”, visto que a partir do final do século XX, diversas práticas de solidariedade vêm se expandindo em escala internacional e se integrando à rede de

⁷¹ As plataformas da economia solidária de acordo com o FBES são: Finanças Solidárias; Marco Legal; Educação; Comunicação; Redes de Produção, Comercialização e Consumo; Democratização do Conhecimento e Tecnologia; Organização Social de Economia Solidária.

movimentos. Trata-se, portanto, de uma “nova formação social que tende a superar a lógica capitalista de concentração de riquezas e exclusão social, de destruição dos ‘ecossistemas’ e de exploração dos seres humanos” (MANCCE, 2000, p. 2-3).

Nesse sentido, a economia solidária passa a moldar uma organização de atores sociais que vai além da geração de renda e perpassa por uma luta que abrange outros direitos sociais, pois se trata de uma organização que busca a cooperação para superar outras necessidades. Portanto, em virtude destes elementos considera-se a economia solidária um movimento inovador. Percebe-se, com isso que o caminho para o futuro de uma sociedade justa e igualitária passa pela “*organização* [social]: através de associações, ligas, sindicatos e partidos [e cooperativas], mais abrangentes” (HOBSBAWM, 1987, p. 393), ou seja, um arco de alianças que extrapola, no marco contemporâneo, das formas clássicas de organização do trabalho⁷². Trata-se, portanto, de um processo de deslocamento das lutas eminentemente reivindicativas para as ações propositivas, afirmativas e, mais recentemente, a efetivação de novas organizações civis, de produção, da própria vida. Suas ações não somente pautam-se por orientação à conquista de direitos, mas também para processos de organização da produção sócio-econômica e política, a fim de superar as novas demandas sociais ditadas pelo desemprego estrutural.

A economia solidária, como movimento de mobilização sócio-produtiva de diversos atores sociais, se constitui como uma crítica ao capitalismo contemporâneo, efetivando a rearticulação entre economia, política e sociedade, ao mesmo tempo, propõe novas institucionalidades sob a dinâmica de iniciativas locais. Suas diferentes perspectivas (formação; produção, comercialização e consumo solidários; finanças solidárias e marco legal) se colocam como via de resistência. Ela atua na desfragmentação da vida em sociedade, bem como, na proliferação de práticas de autonomia do trabalho em face ao capital. A geração de trabalho e renda se evidencia, concretamente, por meio da organização dos diversos atores sociais, que compõem a economia solidária enquanto movimento inovador: de lutas, resistência, contestação e, sobretudo, por práticas coletivas e organização autogestionária.

O movimento de economia solidária é um movimento plural que congrega vários outros movimentos e isso o enriquece, tanto em suas propostas quanto em suas ações, visto

⁷²A “economia política liberal desenvolvia a idéia de que as relações entre patronato e operários deveriam se dá através do contrato social, restrito a simples troca de salário por serviço” (EID, 2003, p. 6).

que possibilita a contribuição de diversos atores sociais; “o que significa reconhecer que tais iniciativas reivindicam [por uma “outra sociedade” e reivindicam] também por direitos” (EID et al, 2006, p. 9).

As propostas do Movimento de Economia Solidária são de um novo tipo, pois não se enquadram em projetos de transformação radical, como os movimentos sociais que se iniciaram no século XIX. O movimento de Economia Solidária tem como princípio norteador a rearticulação entre economia e sociedade, ou seja, tempo de produção e de consumo sob uma mesma unidade, diferentemente da economia capitalista que buscou, na realidade, a separação entre tempo de vida e tempo de trabalho, fragmentando a própria vida do trabalhador e criando uma identidade estranhada.

Percebe-se que a economia solidária é um movimento social que possui caráter aberto, pois as experiências desse movimento referem-se a processos de promoção ativa por parte dos movimentos militantes, redes de cooperativas (intercooperação), assessorias de fomento à economia solidária – Ong’s –, governos e universidades que visam combater as desigualdades sociais.

Nesse sentido, a economia solidária tem como perspectiva a organização social dos trabalhadores, sob uma nova concepção, à medida que acumula as experiências dos movimentos sociais tradicionais e articula novas capacidades sociais, e ao se constituir a partir de redes de cooperação em contraposição ao corporativismo individualista. Trata ainda como novidade a geração de trabalho e renda sob uma nova configuração; ultrapassa o socialismo utópico ao se fundar por meio de empreendimentos solidários, se apresentando como respostas às novas expressões da questão social, resultante da crise do Estado e da sociedade salarial.

3.3.2 As redes de economia solidária: territórios

A economia solidária busca transformar as resistências em “projetos” materializados em empreendimentos econômicos, com base no desenvolvimento endógeno, partindo do saber local, dinamizado a partir das potencialidades de geração de postos de trabalho. Assim, diferentemente da economia capitalista, esses empreendimentos solidários visam promover a coletividade, na medida em que essa dinâmica é organizada considerando as várias dimensões inclusive a territorial, ao se traduzir em vantagens para a implementação de ações locais.

A partir da década de 1990 o “conceito” de território, na perspectiva do desenvolvimento local, entra efetivamente na pauta das políticas públicas, assim como nos discursos acadêmicos e políticos (SILVA & MANZANAL, 2007). Percebe-se nesse âmbito que é possível mobilizar a partir da dimensão territorial o conjunto da sociedade e não apenas os sujeitos considerados “produtivos”. Isto porque o território é formado por redes sociais, as quais alcançam uma organização e ainda uma complexidade que não é definida apenas pelo arranjo econômico ou por cadeias produtivas (SILVA, 2007).

Os teóricos Bertoconcello & Manzanal (2007) consideram território como um campo de exercício de relações de poder e como instância constitutiva dessas relações, onde se pode articular às dimensões local e global de forma descentralizada⁷³, a fim de compreender as dinâmicas específicas dos lugares, ou seja, do “local”.

Para Silva (2007) o território se estrutura, especialmente, em torno das ações produtivas de seus sujeitos sociais dentro e fora do circuito da empresa ou da fábrica, em virtude das redes que são construídas, a partir de ações produtivas que estão diretamente ligadas à dimensão cultural, social e política. Isto quer dizer que essas ações se apresentam como resultado de um processo de alterações do espaço sócio-produtivo e político democrático, o qual é identificado como redes. Assim, o circuito global de ações e lutas dos movimentos que se interagem com o movimento de economia solidária “desenvolve-se na forma de uma rede disseminada (...). Esta forma de organização constitui o exemplo político mais plenamente realizado [em relação a movimento social]” (HARDT & NEGRI, 2005, p. 281).

A economia solidária articula redes formadas por sindicatos de produtores rurais, sindicatos de trabalhadores urbanos, associações – de um modo geral –, cooperativas, lideranças locais, ecologistas, universidades, ONG’s, comunidades indígenas, quilombolas, entre outros, que constituem de fato “os portadores de reivindicações e perspectivas de mudança indissociáveis da sua dimensão territorial” (LEROY apud SILVA, 2007, p. 118), envolve, portanto, um conjunto de fatores interligados que se dinamizam a partir do “local”. As redes sociais são entendidas aqui como espaço de encontros capazes de favorecer novas dimensões, que articula e movimenta sujeitos sociais sob a mesma dinâmica sócio-territorial.

⁷³Manzanal (2007) trata os territórios a partir três dimensões, as quais denomina de território de globalização, de descentralização e de modernidade.

As redes sociais mobilizam diferentes sujeitos sociais, produzindo um espaço cada vez mais coletivo, criando, assim, novas dimensões marcando inclusive a economia solidária, a partir de um conjunto de empreendimentos solidários e de outras estruturas institucionais, políticas e sociais, técnicas criadoras em busca de melhores na coletividade.

Isto ocorre também porque as redes sociais têm como características a mediação social, pois o local pode favorecer negociações entre diversos atores sociais e institucionais e, portanto, de colaboração em um campo de interesses diversos, podendo ainda ser pautado no bem estar comum da localidade, não apenas do empreendimento solidário.

Nesse sentido, as redes se configuram distintas em termos econômicos, políticos, sociais e até mesmo culturais e ambientais, sob novas dinâmicas de desenvolvimento e de modelos que supostamente seriam articulados num processo de abertura que tende a potencializar a própria coletividade, particularmente, pelo acesso aos meios de produção e ao trabalho.

Para demonstrar como essas redes se apresentam na economia solidária, enquanto mobilização sócio-produtiva, particularmente de conhecimento, debates e políticas de fomento à economia solidária, basta observar a figura a seguir:

Fig. 1 MOBILIZAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA



Fonte: SENAES, 2006.

Percebe-se na figura 1 como ocorre a mobilização da economia solidária, uma teia em que se articulam vários atores sociais: entre entidades de apoio e fomento – pastorais da Cáritas – universidades, por meio das incubadoras de cooperativas populares – a exemplo o PITCPES/UFPA –; as Organizações não governamentais/ONG’s; instâncias governamentais em âmbito federal – MTE/SENAES –, estadual – particularmente no Pará a criação da DECOSOL, em 2007 – e municipal; FBES, fóruns estaduais de economia solidária, como o FPEPS e o FEPS/PA; os próprios EES; e, as ligas ou uniões, dentre as quais a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão/ANTEAG, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil/UNISOL e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária/UNICAFES.

No entanto, vale acrescentar, nesse circuito, os movimentos sociais que se consorciaram com o movimento de economia solidária formam uma congregação de diferentes atores sociais, que vão do movimento de mulheres ao movimento de jovens, os quais estão inscritos na dinâmica da mobilização sócio-produtiva enquanto articuladores do Movimento de Economia Solidária interligando-se e construindo “outra economia”, pautada em laços de solidariedade que vem ganhando força e, ao mesmo tempo, espaço ao longo do tempo, a partir de seus debates e propostas apresentadas às esferas governamentais, como forma de construção de uma nova sociedade.

Dessa maneira, no movimento de economia solidária é possível notar características que se identificam diretamente em uma busca contínua do bem estar da coletividade e enquanto mobilização de pessoas, movimentos e territórios na perspectiva de inserção econômica, política, social e cultural. Isso porque o movimento de economia solidária tem conseguido obter conquistas essenciais, haja vista que o trabalho é o elemento central e, conseqüentemente, a manutenção de postos. Ela permite o surgimento de novas ações produtivas em sentido lefebvreano⁷⁴, ou seja, de produção de coisas e de sentido, tendo em vista articular as diferentes esferas da sociedade, possibilitando cada vez mais a valorização dos trabalhadores que operam no campo da economia solidária.

⁷⁴Henri Lefebvre (1999), no livro traduzido para o português com o título “A cidade do capital” trata da produção em sentido ampliado, mostrando que na efetividade prática da vida não há a separação entre as esferas da vida social, ou seja, da economia, da política, da cultura etc.

Com isso o movimento de economia solidária está voltado à emancipação social⁷⁵ ao propor e exercitar processos autogestionários sem perder de vista que a produção de coisas está articulada as relações sociais e culturais. Isto tem levado a se constituir como um movimento social transversal, ou seja, em seu interior se aliam uma diversidade de ações, bem como movimentos como de mulheres, de negros, de agricultura, porém há uma unidade em seu objetivo geral. O movimento de economia solidária, portanto, busca a “unidade na diversidade”.

3.4 Economia Solidária no Estado Pará: tramas e desafios

Para tratar da economia solidária no Pará é interessante apresentar especificamente a situação atual dos empreendimentos solidários do estado, considerando dados do MTE/SENAES. Assim, o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005) aponta que as principais formas de organização dos empreendimentos de economia solidária no estado do Pará são as associações, representando 52% de todos os empreendimentos. Em relação aos grupos informais, cooperativas e outras formas de experiências a representatividade corresponde há 25%, 13% e 9%, respectivamente⁷⁶. Ainda segundo os dados desse órgão, no Pará, “há uma predominância dos empreendimentos no meio rural, que compreende 44%, com 37% na área urbana e ainda 19% com área de atuação mista, isto é, rural e urbana” (MIRANDA et al, 2008).

A economia solidária no Estado do Pará não está diretamente articulada à reestruturação produtiva de base industrial⁷⁷. Isto porque o Estado apresenta uma estrutura

⁷⁵É importante esclarecer que essa emancipação social está diretamente ligada à autonomia enquanto movimento, ou seja, é necessário que não se deixe cooptar por instituições públicas e/ou privadas. É preciso estar “desatrelado” considerando o sentido paternalista institucional e/ou governamental. A autonomia desse movimento está em poder propor sem, no entanto, se deixar corromper por determinadas situações objetivando apenas levar vantagens desconsiderando seu objetivo maior. Essa autonomia passa ainda pela questão da gestão, produção e reprodução do empreendimento de economia solidária, resguardando os princípios solidários.

⁷⁶ Dados sobre os EES no estado do Pará – citados anteriormente no capítulo II dessa dissertação – podem ser ratificados pelo mapeamento de 2005 a 2007 da SENAES/MTE, conforme Atlas da Economia Solidária do Brasil.

⁷⁷ A economia paraense é baseada principalmente no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro e estanho), além da agricultura, pecuária, indústria, extrativismo animal e vegetal, e o comércio e a prestação de serviços. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, em 2006, o Pará possuía um PIB de R\$ 44,35 bilhões, sendo a 1ª economia da região Norte e a 13ª maior do país. Quanto à participação dos setores econômicos no valor adicionado estadual, destaca-se o setor de Serviços (57,45%), seguido pelo da Indústria (33,35%) e Agropecuária (9,2%). Do primeiro, vale destacar as atividades de administração pública e

econômica diversa, mas contratada nos setores primários e terciários, pois se caracteriza, em grande medida, pelo comércio e serviços tradicionais, os quais são responsáveis pelo maior nível de emprego formal da região. No entanto, em virtude dos grandes projetos agropastoris e agro-mineral terem se tornado pólo de atração para diversos sujeitos, que buscam apropriar-se das condições materiais impressas nesse território, fez elevar seu contingente populacional exigindo hoje a redefinição de suas infra-estruturas e serviços para atender as demandas do desenvolvimento auto-sustentado.

3.4.1 Os primeiros passos da economia solidária no Pará: a fala dos protagonistas⁷⁸

A organização da economia solidária, no Pará e em Belém, segundo o FPEPS (2005) se originou com base na economia popular⁷⁹, por meio do Fórum de Empreendedores Populares de Belém⁸⁰, o qual deu suporte para pensar a organização da economia solidária, visto que, naquele momento, em 2000, um único movimento de empreendedores populares e trabalhadores solidários⁸¹ foi constituído (BELÉM, 2002).

No entanto, apesar da maioria dos protagonistas do Movimento de Economia Solidária, em entrevistas, apontar a política de microcrédito do Banco do Povo da Prefeitura Municipal de Belém/PMB, gestão 1997-2000, particularmente no ano 2000, como a grande alavanca para o “surgimento” da economia solidária no Pará, outros “protagonistas” mostraram contradição em relação ao surgimento da economia solidária no Pará. Isto porque, ao mesmo tempo que apontam o Banco do Povo de Belém como “grande “responsável” pela

de comércio, no setor da Indústria destaca-se indústrias de transformação e de extração mineral, enquanto no setor da Agropecuária o destaque é para pecuária e pesca – valores referentes ao ano de 2006 (PARÁ, 2009).

⁷⁸Vale ressaltar que os protagonistas aqui mencionados são os militantes da construção do movimento de economia solidária, particularmente aqueles que estiveram juntos como trabalhadores populares ou como formadores ou gestores no início do século XXI. Em virtude de alguns desses protagonistas não autorizarem a divulgação de seus nomes na pesquisa, acatou-se como regra geral, respeitando, portanto o “anonimato”.

⁷⁹Vale lembrar que a economia popular é constituída por “negócios que se estruturam a partir do atendimento direto das demandas da população e por estabelecerem giro local – movimentando majoritariamente seus insumos e produtos em um determinado território” (ARROYO, 2008, p.20).

⁸⁰De acordo o Guia de negócios, produtos e serviços (BELÉM, 2002) esse Fórum foi criado em agosto de 2000 sendo considerado como uma iniciativa com objetivo principal de “contribuir para a organização solidária dos diversos segmentos da economia popular, a fim de que os empreendedores pudessem refletir, planejar e agir visando resolver problemas comuns”

⁸¹Esse movimento era composto por vendedores ambulantes, merceeiros, trabalhadores das calçadas, vendedores de “lojinhas” de confecção produzidas na residência, vendedores de artesanatos etc.

“implantação” da economia solidária no Estado⁸², outros afirmam que a economia solidária já era difundida pela Cáritas Brasileira em municípios do interior, nas regiões nordeste e oeste do estado, denominada por “cooperativismo alternativo”⁸³.

Contudo, o cooperativismo alternativo, “apresenta-se como o eixo de viabilidade econômica de grupos populares que se organizam em torno de atividades produtivas e de serviços, com base na concepção original de práticas e vivências sociais (BERTUCCI & SILVA, 2003, p. 74). Há ainda aqueles que defendem a existência da prática da economia solidária em alguns empreendimentos, pois o cotidiano de seus trabalhadores era pautado nos princípios dessa “outra economia”, embora desconhecem “teoricamente” a economia solidária⁸⁴.

É interessante esclarecer que o Banco do Povo de Belém, já em 1998, fomentava a idéia de economia solidária, a partir da geração de emprego e renda, democratização do acesso ao crédito e incentivo à criação de cooperativas associativas solidárias. Entende-se, portanto, que a partir da concessão de microcrédito a empreendimentos de micro e pequeno porte, principalmente, aqueles que se encontravam em situação de informalidade no mercado, vinculado a economia popular, se ensaiou a primeira experiência de política de fomento à economia solidária. Destaca-se esse momento porque, de acordo com informações de Denis Leão e João Cláudio Arroyo, lideranças que conduziam a política de microcrédito no referido banco, perceberam que os trabalhadores adquiriam – individualmente – o recurso financeiro – direcionado a formação do negócio próprio/familiar –, mas estes não possuíam

⁸² Os protagonistas que defendem o “surgimento” da economia solidária no Pará não hesitam em afirmar que o início efetivo foi em 1999, ganhando impulso em 2003, a partir da realização da I Plenária Estadual de Economia Solidária.

⁸³ A Cáritas Brasileira durante a década de 80 do século passado desenvolveu, juntamente com outros organismos, os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que objetivava “apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas, através da solidariedade” (BERTUCCI & SILVA, 2003, p. 13), ligados à busca de “alternativas de sobrevivência”. O “cooperativismo alternativo” resulta de avaliações metodológicas da Cáritas. No Pará, esse “tipo” de cooperativismo se estruturou a partir de mudanças significativas ocorridas no Regional Norte II, após 1996, por meio de uma metodologia de planejamento denominado planejamento-conjunto (BERTUCCI & SILVA, 2003).

⁸⁴ Essa afirmação se baseia nas falas de sujeitos sociais que se inseriram na construção da economia solidária no estado, enquanto empreendimento, a partir das ações do Banco do Povo de Belém. Dessa maneira, quando esses empreendimentos recebiam formação sobre economia solidária, passaram a reconhecer que já praticavam a economia solidária, embora desconhecesse seus princípios norteadores. Isto porque, por exemplo, existiam ações de igrejas que objetivavam a formação/qualificação profissional para geração de trabalho e renda, impulsionando a criação de grupos de trabalhadores, tendo por base a solidariedade, ajuda mútua, coletividade, cooperação, valorização do saber local, em busca de uma produção com distribuição justa da renda auferida.

formação/qualificação suficiente para gerenciar tal recurso⁸⁵, o que resultava em endividamento dos mesmos sem a possibilidade de saldar tal dívida⁸⁶.

Conforme informações dos antigos gestores técnicos do Banco do Povo de Belém, os trabalhadores não conseguiam gerenciar os recursos dos empréstimos e transformá-lo em saldo positivo para o seu “negócio”, além do mais, às vezes gastavam o recurso em outras necessidades. Com isso, surgiu a idéia de reunir essas pessoas em grupos, a fim de formar cooperativas. Apesar da gerência do Banco, naquele momento, em 2000, estimular

diversas reuniões para implantar uma nova metodologia de crédito assistido, junto ao público financiado do Banco do Povo: Organização, Formação e Crédito. Sendo o crédito uma ação meio. E uma ação fim está no acompanhamento (assessoramento técnico, organizativo e político), dos empreendimentos⁸⁷

essa forma de metodologia – de crédito assistido – e organização, não surtiu o efeito desejado, pois se entende que além da conjuntura e cultura capitalista defender o individualismo, a competição⁸⁸, a falta de capacitação continuada para os mesmos, segundo estudo anterior de Miranda (2007)⁸⁹, contribuiu, em parte, para o insucesso de vários empreendimentos de Belém.

Nesta trajetória, houve ainda ações da gestão municipal para qualificar os trabalhadores – pais/responsáveis dos beneficiários do Programa Bolsa Escola⁹⁰ para a organização de cooperativas. Contudo, ainda segundo o estudo de Miranda (2007), não houve uma qualificação suficiente sobre cooperativismo, ou seja, o tempo de qualificação foi insuficiente para constituir uma cooperativa, principalmente, sob os princípios da economia solidária. Isto, inclusive, resultou no enfraquecimento das cooperativas formadas a partir da política municipal de transferência de renda com perspectiva de inclusão produtiva.

⁸⁵ Vale ressaltar que segundo a SECON (BELÉM, 2002) havia palestra de orientação sobre microcrédito diariamente no espaço do Banco do Povo de Belém. Entretanto, ao que parece não era suficiente para sensibilizar os trabalhadores sobre a utilização do microcrédito.

⁸⁶ Isto pode ter ocorrido porque o sistema de microcrédito não possuía um acompanhamento sistemático com qualificação/capacitação dos trabalhadores que solicitavam o crédito.

⁸⁷ Essas informações foram adquiridas por meio de entrevista com Denis Leão, que em 2000, trabalhava na gestão da Política Pública de Microcrédito, no Banco do Povo de Belém.

⁸⁸ Essa realidade pode ser identificada na Região Metropolitana de Belém, por exemplo, que existem cooperativas, associações que são legalizados juridicamente, mas não se pode considerá-las empreendimentos de economia solidária, visto que as mesmas não desenvolvem atividades no âmbito das relações de ajuda mútua, cooperação etc., conforme os princípios da economia solidária.

⁸⁹ “Desemprego, informalidade e cooperativismo: um estudo da Cooperativa Popular de Empreendedores do Ver-o-Rio em Belém/Pa”, Belém, 2007 (Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso/TCC).

⁹⁰ Para maiores informações sobre este estudo consultar Miranda (2007) e Gonçalves; Ferreira (2007).

No ano 2000, em que um único movimento havia se constituído, os trabalhadores que estavam nas ruas/avenidas principais, da cidade de Belém, vendendo seus produtos em busca de renda, para sobreviver, começaram a se organizar, mas não enquanto economia solidária, mas como economia popular. Eles passam a ensaiar um movimento, orientado por debates realizados no cerne dos movimentos sociais urbanos e das associações de bairro. Eles passam a ter outra compreensão devido discussões relacionadas ao Fórum Social Mundial, que se realizou em 2000, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Neste momento tomaram por base as recomendações deste Fórum para a concretização da economia solidária no Pará.

Dessa maneira, é unânime aos protagonistas entrevistados a afirmação que o debate sobre economia solidária, no Pará, se intensificou particularmente em virtude da necessidade de sobrevivência ao mercado de trabalho local, apesar das divergências em relação ao “surgimento”. Isto porque para uns o momento político favorável⁹¹ é visto como um marco para o surgimento da economia solidária no Estado. Para outros, a economia solidária já existia sob outro horizonte, conforme sinalizado anteriormente.

De acordo com atores da gestão municipal⁹² daquele período, em 2000, foram as ações realizadas a partir de programas e projetos que ensaiaram o início da economia solidária no estado⁹³. Entretanto, vale ressaltar que as ações eram direcionadas, particularmente, para atender as necessidades de geração de trabalho e renda, como a criação de cooperativas, sem apresentar em sua linha de formação/qualificação técnica aos trabalhadores, a economia solidária.

Na realidade, em 2000, a PMB por meio de suas ações, fomentava o “empreendedorismo”, criando, por exemplo, empreendimentos tanto individual quanto coletivo. Esses empreendimentos eram formados por trabalhadores da economia informal, mas também da economia popular, e ainda, por trabalhadores desempregados inseridos naqueles programas ou projetos. Portanto, debates sobre os princípios da economia solidária,

⁹¹ Isto porque ganhou à eleição municipal a Frente Popular, cujo partido majoritário era o Partido dos Trabalhadores/PT. No plano de governo dessa frente constava o incentivo à economia popular e solidária, a partir de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Escola, o qual tinha por objetivo, dentre outros, incentivar a criação de cooperativas populares.

⁹² Inclusive que protagonizaram a organização do movimento de economia solidária no Pará.

⁹³ Esse início diz respeito à realização de capacitação massiva, denominada de Loteamento Organizacional de Terreno/LOT, que capacitou inicialmente 306 pessoas para constituição de grupos de serviços em diversos ramos de atividade profissional (BELÉM, 2003). Naquele momento foi criado pela Prefeitura de Belém a Escola do Empreendedor Popular, para acompanhamento dos empreendimentos criados a partir daqueles LOT's, capacitando tecnicamente os trabalhadores sobre cooperativismo.

por exemplo, não existia efetivamente, fato este que estimulou concretamente à economia solidária, mas de forma indireta.

Com base nas entrevistas aos protagonistas é possível notar que aquele momento foi realmente favorável para construir a economia solidária no estado, tendo em vista a organização de eventos envolvendo diversos trabalhadores, os quais tinham por objetivo não somente a geração de trabalho e renda, mas a busca de melhoria de condições de vida, a partir do coletivo e da solidariedade. Era necessário, no entanto, articular o movimento de empreendedores populares (que participavam trabalhadores tanto da economia informal como da economia popular) com os movimentos e associações de bairro, por exemplo, para difundir a economia solidária até então desconhecida pela população de Belém.

Assim, a articulação do movimento, que surgia, objetivava buscar formas de geração de trabalho e renda, tendo como motor os princípios da economia solidária. Inicia-se, assim, o movimento de economia solidária no Pará, o qual nasce, portanto, juntamente com a economia popular⁹⁴.

Trata-se, na realidade, de uma soma de forças que tem como base a geração de renda. Conforme o passar do tempo vai tomando corpo e se “transformando”, gradativamente, em economia solidária⁹⁵. Isto porque, alguns trabalhadores da economia popular se juntaram a outros e passaram a construir empreendimentos sob outra lógica, diferenciada da lógica capitalista, ou seja, sob os princípios da cooperação e ajuda mútua, principalmente, construindo um espaço democrático, em que o conjunto de atores tem direito a voz e voto, de forma igualitária. Dessa maneira, a necessidade de satisfazer necessidades básicas e “fugir” do desemprego também contribui para a formação de grupos de produção e serviço, os quais inicialmente objetivam gerar renda, mas ao longo do tempo vai construindo outra concepção de mundo, em que a vida social está inter-relacionada com a vida do trabalho, o que faz os sujeitos se sentirem parte de um novo momento da história.

⁹⁴ Para a economia popular vir a se “transformar” em economia solidária “é necessário o desenvolvimento de atividades coletivas de reprodução com um componente significativo de solidariedade e vontade” (CORAGGIO, 2000, p. 122). Entretanto, Eid (2001) afirma que apenas vontade não é suficiente para formar um empreendimento de economia solidária.

⁹⁵ Na realidade, essa transformação acontece constantemente, pois novos atores sociais se interessam pela luta e passam a somar à economia solidária, o que necessita de interação e principalmente formação específica sobre economia solidária.

Alguns protagonistas – sujeitos de empreendimentos solidários, que na época faziam parte de empreendimentos populares e tinham “espaço” comercial na antiga Usina Progresso⁹⁶ – afirmam que a primeira ação do movimento de economia solidária, efetivamente, enquanto movimento de resistência, foi o embate com a PMB. Na ocasião houve um protesto no início da primeira década do século atual, por parte dos empreendedores populares junto à Secretaria Municipal de Economia/SECON, em que os mesmos ameaçaram chamar a imprensa⁹⁷ para registrar o ato da prefeitura⁹⁸, ou seja, retirada dos trabalhadores do espaço destinado aos mesmos: a antiga Usina Progresso.

Na realidade, essa atitude de pressionar o poder público municipal fortaleceu ainda mais a luta para a organização dos trabalhadores populares. Assim, esse momento se tornou um marco de luta para aqueles trabalhadores e também para o início da construção do movimento de economia solidária no Pará, pois o governo municipal foi compelido a ceder frente à resistência dos trabalhadores, em relação à desocupação do referido espaço, onde atualmente continua sendo um espaço de trabalhadores da economia popular – e da economia informal. Desse modo, o protesto se configurou como ato de resistência – que marcou a atuação de um movimento social (AMMANN, 2008) –, pois os trabalhadores lutaram contra o Estado, a fim de manter seus “postos” de trabalho, ou seja, garantir o direito ao trabalho.

A propósito, outro momento que também contribuiu para se construir os primeiros passos para o movimento de economia solidária, no Pará, bem como, para sua organização, diz respeito aos encontros de empreendedores. Assim, em agosto de 2000, foi realizado o I Encontro de Empreendedores Populares de Belém apoiado pelo Banco do Povo de Belém⁹⁹ (FPEPS, 2005) e pela Agência de Desenvolvimento Solidário/ADS e “contou com a participação de 150 trabalhadores” (BELÉM, 2003). Esse encontro foi importante para que esses trabalhadores despertassem para a necessidade de organização dessa categoria a fim de discutir os problemas inerentes (FPEPS, 2005). Isto resultou na fundação do Fórum de Empreendedores Populares e Solidários de Belém, que naquele momento era chamado de

⁹⁶ Esta antiga Usina foi reformada e reinaugurada sob a denominação de Shopping Popular Usina Progresso, que tem ainda hoje a participação de empreendimentos da economia popular, assim como de trabalhadores da economia informal que utilizam o espaço localizado no bairro do Reduto em Belém.

⁹⁷ Vale ressaltar que os empreendedores não chegaram a chamar a imprensa, pois houve negociações e acordo da SECON com os trabalhadores para os mesmos continuarem no espaço.

⁹⁸ De acordo com alguns sujeitos sociais que protagonizaram o referido momento, a desocupação estava diretamente ligada a questões político-partidárias, mas conforme os mesmos os trabalhadores não tomaram essas questões como base para recuar.

⁹⁹ Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda – Fundo Ver-o-Sol (Lei Complementar Nº 01 de 20/Octubre/1997). Naquele momento o Banco do Povo de Belém era chamado pelas pessoas como “Banco do Povo”. Atualmente é conhecido apenas como “Fundo Ver-o-Sol”.

“Fórum Municipal”. Na ocasião os próprios empreendedores elegeram a primeira coordenação, sendo composto por segmentos de atividades produtivas da economia popular: moda popular – confecção –; artesanato; alimentação – mercearias e mini-mercados –, a fim de contemplar todos os seguimentos que se fizeram presentes no evento. Nessa realidade, observa-se que os atores sociais não compreendem a distinção entre as economias informal, popular e solidária, visto que os segmentos apresentados estão inseridos no contexto da economia informal e/ou da popular, haja vista que não demonstram efetivamente empreendimentos sob a lógica da economia solidária. Entende-se que se trata ainda do início da construção da economia solidária no Pará, dando seus primeiros passos a partir da economia popular.

Ainda no ano 2000, com o apoio do Banco do Povo de Belém, a coordenação do Fórum Municipal organizou e realizou, no mês de dezembro, uma Feira no “Shopping Popular Usina Progresso”, apresentando o primeiro desfile de moda popular, organizado por empreendimentos populares do ramo de confecção, além de atrações culturais (FPEPS, 2005). Houve avanço na organização e construção da economia solidária no Pará, por meio de discussões sobre os problemas da categoria o que culminou na elaboração de projetos para o fortalecimento econômico e organizativo desses empreendimentos.

Em 2001, estes projetos foram amadurecidos, resultando em novas linhas de crédito, no Banco do Povo de Belém, ou seja, criação de créditos especiais com taxas e prazos mais adequados às “Mulheres Chefes de Família” e “Empreendimentos da Agricultura Familiar”. Além disso, a partir das propostas dos empreendimentos populares foi introduzido nos planos de formação/capacitação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador/PLANFOR¹⁰⁰ o módulo “empreendedorismo”¹⁰¹. A propósito, ainda no de 2001, na 1ª Avaliação Pública do Banco do Povo de Belém, houve a proposta da criação de *Foris* de Desenvolvimento Local Solidário, por bairro ou conjuntos de bairros, a fim de fortalecer a economia solidária, bem

¹⁰⁰O PLANFOR foi um plano que fazia parte da política nacional de qualificação profissional cujo objetivo era construir, gradativamente, a oferta de educação profissional permanente, com foco na demanda social e do mercado de trabalho local. Desse modo, a finalidade seria qualificar ou requalificar, a cada ano, articulado à capacidade e competência existente na área em questão, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa/PEA, maior de 16 anos de idade, no intuito de reduzir a pobreza, elevar a produtividade, competitividade e renda, dentre outros.

¹⁰¹Esse contexto demonstra que a PMB direcionava suas ações especificamente para a economia popular, e, portanto, é o conjunto de trabalhadores dessa economia que começa a fomentar a construção de um movimento que apoiavam discutir além da economia popular também a economia solidária. Esse movimento objetivava apresentar propostas que buscassem atender tanto aos empreendimentos da economia popular quanto aos empreendimentos da economia solidária.

como, incluir nas discussões comunitárias a temática, visto que esses *foris* contariam com a participação de outros atores, como líderes comunitários.

Nesse contexto, em 2002, de acordo com as entrevistas realizadas com os protagonistas da economia solidária do Pará e documento do FPEPS (2005), foram organizados 13 *foris* locais, mobilizando cerca de 2000 (dois mil) empreendedores em encontros e plenárias, nas quais se discutiu com instituições de fomento “a realidade da economia local e a articulação dos próprios empreendedores” (FPEPS, 2005, p. 7)¹⁰². Esses *foris* conforme a SECON (BELÉM, 2002) representavam mais um passo importante na organização de quem trabalhava, por conta própria, em sua comunidade, ou seja, em seu local de atuação. Naquele momento também foi constituído o Conselho Popular de Controle Social, que buscava parcerias a fim de melhorar o acompanhamento aos empreendimentos e o amadurecimento do “aval comunitário”, entendido pelo Banco do Povo de Belém, como instrumento concreto de gestão compartilhada, em que os empreendedores deveriam cumprir com responsabilidade o papel de sujeito ativo da política de microcrédito popular (BELÉM, 2002).

Os eventos realizados em 2002, pela PMB, dentre os quais a Jornada de requalificação em gestão de empreendimentos populares¹⁰³, objetivava fortalecer a economia popular. Entretanto, conforme três protagonistas entrevistados¹⁰⁴, os militantes da economia solidária, que faziam parte de empreendimentos de economia popular, aos poucos inseriam discussões sobre a economia solidária nesses eventos, a fim de estimular os empreendimentos populares a se transformar em economia solidária.

Na trajetória de construção da economia solidária no Estado do Pará houve o 1º Encontro de Economia Solidária do Estado do Pará e a I Plenária Estadual de Economia Solidária realizados, 13 a 15 de junho de 2003 (BELÉM, 2002). Na ocasião houve a participação de diversos atores sociais da economia popular e da economia solidária, objetivando discutir e aprovar propostas para o III Encontro Brasileiro de Economia Solidária. Segundo o FPEPS (2005) esse evento contou com a participação de 400 (quatrocentas)

¹⁰² Em entrevista um protagonista da economia solidária afirmou que nesses *Foris* Locais as pessoas se viam como “atores na economia local”.

¹⁰³ Vale informar que o objetivo dessa jornada foi “promover a formação em gestão de empreendimentos populares para o fortalecimento dos negócios” (BELÉM, 2003, p. 15). Segundo a SEGEP e a SECON (BELÉM, 2003), esse evento reuniu mais de 200 pessoas.

¹⁰⁴ É importante informar que desses 3 (três) protagonistas, 2 (dois) continuam trabalhando em empreendimentos solidários e o outro está em um cargo de gestão pública.

pessoas, sendo sua maioria empreendedores populares ou solidários. Os protagonistas da economia solidária do Pará, em entrevistas, afirmaram que na ocasião o Pará foi o estado mais representativo em relação a número de participantes, pois apresentou uma das maiores delegações do país no encontro. Isto refletiu na participação ativa dos delegados no que diz respeito às discussões influenciando “decisivamente nas propostas que foram aprovadas no Encontro Brasileiro” (FPEPS, 2005, p. 10).

Os protagonistas da construção do movimento de economia solidária em Belém e no Pará afirmaram em entrevistas, que nas plenárias anteriores, particularmente na III Plenária Nacional de Economia Solidária, o Pará foi referência, pois sua participação nos debates resultou em apresentação de propostas na construção da economia solidária no Brasil. Isto se deve ao fato de, naquele momento, os atores sociais apresentarem uma carta de princípios apontando, dentre outros pontos, o FPEPS enquanto espaço de articulação política e de construção de consensos, respeitando as diferenças, para além das concepções e tendências partidárias e de estabelecimento de estratégias de ação, sob a égide dos princípios da economia solidária (FBES, 2008).

Os protagonistas da IV Plenária Estadual de Economia Solidária, através de discussões a respeito de assuntos de interesse dos participantes, dentre os quais economia em relação à geração de trabalho e renda, buscaram sua organização tendo em vista a efetivar a produção diferenciada, na qual objetivava, principalmente, valorizar o trabalhador a partir da obtenção de renda e trabalho. Outro momento importante, para o movimento de economia solidária do Pará, foi a criação do Fórum de Empreendedores Populares do Estado do Pará, recentemente “alterado”, por ser entendido, pelos atores sociais da economia solidária, como base para o FPEPS, uma vez que é naquele, formado apenas por empreendedores (populares e solidários), que se discute as suas demandas. Desse modo, o FPEPS é um espaço composto por assessorias – em que pode-se destacar o PITCPES –, gestores e empreendimentos solidários – de diversos segmentos de produção e prestação de serviços.

3.4.2 Lutas e tramas na construção da Economia Solidária no Estado do Pará

Na construção da economia solidária no Estado do Pará, além de lutas, diversos debates acerca da economia solidária foram realizados nos encontros, conferências e plenárias de economia solidária do estado e da Região Metropolitana de Belém, com o intuito de compreender a economia solidária. No entanto, se observou, nas próprias reuniões do FPEPS,

nos eventos referentes à temática, a exemplo a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, em Luziânia/GO, que as tramas – cooperação, conflitos, negociações, tensões – são muito presentes entre os atores do Movimento Economia Solidária. Percebe-se, portanto, que apesar de se tratar de debates concernentes à busca da defesa da coletividade, observa-se que a disputa por espaço e por poder ainda é muito marcante, em virtude do individualismo, impregnado nas ações de alguns sujeitos da economia solidária. Pode-se afirmar, de acordo com Coutinho (2000, p. 39), que se trata de “guerra de posições na conquista paulatina de espaços”. Entretanto, essas tramas envolvem atores sociais com interesses e formas de pensar distintas, que faz parte do cotidiano da construção do “novo” e contribui, desse modo, para repensar como as teias de solidariedade e negociações se entrelaçam a partir de conflitos e consensos entre seus atores sociais¹⁰⁵(BERTOCONCELLO, 2007). Mesmo assim, na V Plenária Metropolitana de Economia Solidária, ocorrida em 2007¹⁰⁶, instituiu-se, a partir de um consenso de diferentes atores sociais, a definição de economia solidária no Pará:

construção coletiva de um movimento que fortalece a luta, a união, a igualdade social. É a materialização de um sonho, por meio de novas estratégias que primam pelo desenvolvimento social, econômico e cultural na busca de geração de trabalho e renda, para um comércio justo e solidário. Trata-se de um novo modelo de desenvolvimento. Assim, fazer economia solidária é restaurar as relações de dignidade, percebendo as pessoas não como indivíduos isolados, mas como um coletivo.

Vale destacar também que nas discussões realizadas em eventos, encontros, reuniões e debates de economia solidária no Pará é possível visualizar situações de constrangimento, pois as tramas existentes se entrelaçam nos momentos de cooperação, competição e também de negociação. Nessa ordem, é necessário esclarecer o que acontece em ocasiões triviais deste movimento. Existem espaços para a cooperação, colaboração, negociações, mas existem também disputas entre seus militantes. Embora coerente, em um universo como este, seja comum relações acirradas, pois existem visões e propostas diferenciadas de economia solidária na diversidade desta unidade complexa.

Nesse contexto, a cooperação se opõe à perspectiva do individualismo, pois sinaliza um sentido de movimento coletivo (TIRIBA, 2003). A ação está diretamente ligada ao compromisso com o outro em diversos movimentos – produção, reunião, gestão,

¹⁰⁵ Na ocasião, grupos de interesses se articulam a fim de negociar propostas e alternativas que resultem em acordo a partir de seus interesses “individuais”, beneficiando a alguns e nem tanto a outros. Essas negociações são realizadas entre os atores sociais do Movimento de Economia Solidária, aqui representados por empreendimentos, assessorias e redes de gestores.

¹⁰⁶Essa Plenária foi realizada nos dias 14 a 16 de dezembro de 2007, em Belém/Pa e contou com a participação de gestores públicos, assessorias e empreendimentos solidários.

comercialização, divisão de tarefas do empreendimento. A cooperação precisa está presente também no momento em que o empreendimento não vai bem, ou seja, nas dificuldades. Assim, é necessária a cooperação nos desafios e no sucesso, pois esta categoria é vista segundo Jesus & Tiriba (2003, p. 49) como “resultante de uma representação de uma visão de mundo e de homem”, visto que os resultados a serem alcançados pelo empreendimento ou pelo movimento dependem da ação de cada militante, trabalhador envolvido.

De acordo com Icaza (2004), a cooperação se torna importante para exercitar os vínculos solidários e associativos, além de relações solidárias que se estendem da esfera familiar para a esfera social. Além disso, “a cooperação faz parte da trajetória de formação de um grupo, alicerçado em dinâmicas locais e comunitárias” (MIRANDA et al, 2008, p. 9).

Neste movimento, a cooperação está relacionada à vida em coletividade, o coletivismo. Isto porque a cooperação tem assegurado ganhos que tende a superar aspectos do individualismo, inerente da sociedade capitalista. Entretanto, a tendência que se desenha agora é a de um retorno ao coletivo (LASSERE apud JESUS & TIRIBA, 2003) em função do progresso técnico ou pela condição histórica de classe trabalhadora, construída ao longo do capitalismo. A cooperação está presente nos movimentos de trabalhadores, pois nasceu no mesmo meio social. Assim, “a prática da cooperação como *ação* e como *movimento* é considerado fundamental para o sucesso do empreendimento coletivo [e do movimento]” (Idem, p. 12).

A cooperação “pressupõe a coordenação do esforço coletivo para atingir objetivos comuns (JESUS & TIRIBA, 2003, p. 51). Trata-se do contrário da competição, pois apesar de se viver em uma sociedade individualista, em que há o estímulo a maximização das vantagens de um grupo em detrimento de outros. Na economia solidária os interesses coletivos prevalecem sobre os interesses individuais. É necessário, portanto, ter clareza sobre o entendimento que se tem por cooperação. Segundo Jesus & Tiriba (2003) existem estilos diferentes que se sobressaem à “cooperação ativa” e à “cooperação passiva”¹⁰⁷.

Vale destacar que na cooperação, as tarefas podem ser diferentes, entretanto, nos empreendimentos solidários todos seus membros trabalham em torno dos mesmos objetivos, pois buscam o mesmo resultado; todos compartilham dos mesmos sentimentos, ou seja, se houver prejuízos ou benefícios todos compartilham da mesma maneira, seja no âmbito

¹⁰⁷ Para maiores esclarecimentos sobre tais estilos consultar Jesus e Tiriba (2003).

financeiro ou não. Isto porque todos têm a mesma importância, assim como responsabilidades, deveres e direitos. Ainda que as lutas do movimento de economia solidária do Pará, em determinados momentos, aconteçam de maneira descontínua e pulverizada, às vezes até mesmo por questões pessoais e individualizadas, pode-se afirmar que este já possui um ganho concreto. Trata-se da criação, em 2007, da Diretoria de Economia Solidária/DECOSOL, na Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda/SETER. Os próprios protagonistas da economia solidária do Pará afirmam que essa diretoria foi impulsionada pela reivindicação do movimento e pela própria universidade, a qual já possui experiência, em trabalhos desenvolvidos no campo da economia solidária, particularmente, pelo PITCPES, através de projetos realizados com grupos populares, assim como, cooperativas e associações. Foi, portanto, uma conjugação de forças e lutas para a constituição da economia solidária, como parte da agenda de ações do governo¹⁰⁸.

Outro ponto considerado importante como uma das ações encaminhadas pelo movimento de economia solidária foi a elaboração da proposta de lei estadual de economia solidária, por um deputado estadual e reelaborada por uma deputada estadual. Entretanto, após os empreendimentos tomarem conhecimento da referida proposta houve necessidade de alguns “ajustes”. Assim, foram realizadas reuniões para discussão da proposta havendo leitura minuciosa a fim de eliminar as dúvidas a respeito da mesma. Nessas reuniões estiveram presentes representantes de empreendimentos solidários, assim como de gestores e de assessorias, que compõem o movimento de economia solidária do Pará, dentre estes, o PITCPES. As reuniões foram proveitosas, mas conflituosas, no sentido de se perceber certo “jogo de interesses” por parte de alguns empreendimentos que têm visões diferenciadas do propósito da economia solidária e que não condiz, portanto, com os princípios da economia solidária. Na ocasião, a mudança no item do indicativo de lei, correspondia a um aumento na contratação de números de não sócios cooperados¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Para a criação da DECOSOL houve reuniões com o atual governo estadual, no sentido de sensibilizá-lo à respeito da importância de garantir o apoio à economia solidária no Pará. O movimento de economia solidária marcou presença na arena política estadual exigindo que o governo “legitimasse” ações que viessem beneficiar a implantação e implementação de empreendimentos solidários.

¹⁰⁹ Trata-se do item IV do parágrafo único do artigo 5º do Indicativo de Projeto de Lei sobre Política de Fomento à Economia Popular e Solidária no Estado do Pará que dispõe sobre “a contratação eventual de trabalhadores não associados limitada, no máximo, a 10% (dez por cento) do total de trabalhadores associados”. Na ocasião, a proposta era de elevar para 40% sob alegação de eventuais encomendas em que o número de cooperados fosse insuficiente para dar conta de uma produção de grande quantidade de produtos.

Além disso, os empreendimentos indagaram a questão de estar presente na proposta dos empreendimentos solidários, se referindo a empresa autônoma, empresa S.A. etc¹¹⁰ que não é, de forma alguma, empreendimento de economia solidária. Esse questionamento gerou certa nostalgia, quando houve o argumento de militantes do próprio movimento de economia solidária: “se não colocar assim a lei não vai passar...” o que resultou em momentos de letargia, por um lado e de desconforto por outro. Contudo, o argumento utilizado, por alguns representantes de empreendimentos e gestores foi o seguinte: “é necessário enviar logo essa proposta para garantir uma audiência pública¹¹¹, para discutir a aprovação da Lei”. Nesse sentido, a alteração da proposta de lei teve a participação do movimento de economia solidária, no sentido de garantir a “reelaboração”, e de garantir que a mesma tenha “a cara do Pará”.

Ressalta-se que pelo conjunto de lutas, a economia solidária no Pará teve grande responsabilidade no Fórum Social Mundial/FSM, que aconteceu no período de 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009, em Belém, na medida em que o território da Economia Solidária contou com 415 estandes na Feira Nacional de Economia Solidária. Também houve debates acerca das áreas de interesse da economia solidária. Para tanto, foi criado no início de 2008, o Grupo de Trabalho/GT de Economia Solidária, para organizá-la para no FSM, que objetivava discutir ações para o evento. Esse GT era composto por empreendimentos solidários, representantes do governo estadual e assessorias, particularmente o PITCPES, o qual contribuiu nas reuniões, propondo e desenvolvendo ações concretas, como a mobilização dos empreendimentos acompanhados pelo mesmo, para participação no FSM, além da elaboração e impressão de cartilhas sobre a moeda social, *Amazônida*¹¹², que circulou no território da economia solidária.

¹¹⁰ Maiores detalhes conferir no Indicativo de Projeto de Lei sobre Política de Fomento à Economia Popular e Solidária no Estado do Pará.

¹¹¹ A Audiência pública – sessão especial – para apresentar e discutir a Lei de Fomento à Economia Popular e Solidária no estado do Pará, aconteceu no dia 20 de agosto de 2007, contando com participação de diversos segmentos de empreendimentos solidários, assessorias, FBES, órgãos do governo federal e estadual – como a DECOSOL. Além do mais contou com a participação de políticos locais, dentre os quais, a deputada Bernadete Ten Caten, que fez suas considerações, afirmando que “a sessão especial foi motivada pelo movimento social de economia popular e solidária do Pará”. Vale ressaltar que na ocasião criou-se uma comissão para “reelaboração” da lei que contou com a participação de militantes da economia solidária do Pará. E, no dia 18 de novembro de 2008 a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Pará apresentou parecer favorável ao projeto indicativo de lei, autorizando o Governo Estadual a instituir essa política de Fomento à Economia Popular e Solidária, conforme notícia da assembléia legislativa do Pará disponível: <http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/lenoticia.php?idnoticia=3147>.

¹¹² No Fórum Social Mundial/2009 a moeda social *Amazônida* foi um instrumento elaborado para substituir a moeda oficial circulante, o real. A *Amazônida* teve por objetivo circular no Território da Economia Solidária a fim de estimular e facilitar as chamadas trocas solidárias (trocas de produtos, serviços e saberes), pois a

A partir das entrevistas realizadas com os atores sociais integrantes de empreendimentos solidários e que participaram do território da Economia Solidária do FSM/2009, há definições diferenciadas sobre a economia solidária e sobre os empreendimentos solidários. Vale sublinhar que, de acordo com observações próprias e das entrevistas realizadas para esta pesquisa, a maioria dos atores sociais – que participavam da Feira de Economia Solidária do FSM – tinham dificuldades em definir a Economia Solidária, apesar de se identificarem enquanto atores sociais do Movimento de Economia Solidária, conforme pode ser observado nos seguintes trechos das entrevistas: “geração de renda com reciclagem, trabalho em conjunto”; “grupo pequeno que luta só e que busca uma perspectiva melhor de vida”; “trabalhar com aproveitamento de sementes regionais para gerar renda para comunidade local”.

Percebe-se que a maioria dos “trabalhadores solidários” não têm a dimensão do que realmente é a economia solidária, pois eles só conseguem “percebê-la” a partir de seu próprio empreendimento, o que pode refletir como o mesmo está nesse espaço, em termo de discussão sobre essa temática. Da mesma forma os “empreendedores solidários” definem de maneira restrita um empreendimento solidário, ou seja, em geral atribuem apenas o aspecto econômico: “grupo de pessoas que não tem renda fixa, com objetivo de gerar renda para contribuir na renda familiar” “grupo de sustentabilidade que vende para se manter”; “grupo que trabalha em conjunto: cada um faz uma parte do produto”. Contudo, houve uma resposta com definição clara de empreendimento solidário:

grupo organizado trabalhando em prol de um mesmo objetivo de principalmente de valorizar o trabalhador e o trabalho humano e que busca, dentre outras ‘coisas’, a ajuda mútua entre as famílias tanto que fazem parte do empreendimento solidário como da comunidade para desenvolver o espaço local com sustentabilidade.

Na ocasião, os empreendimentos participariam além da Feira de Economia Solidária de debates referentes à temática. No entanto, não houve participação de empreendimentos solidários de todas as regiões de integração, isso pode ser justificado, primeiramente, pela dificuldade de acesso dos empreendimentos à capital, território do FSM. Isso é visível nos eventos referentes à Economia Solidária no Pará, por exemplo: Feiras Estaduais de economia solidária, seminários, encontros, plenárias, os empreendimentos comparecem apenas quando

economia solidária parte do entendimento de que cada pessoa é tanto produtor quanto consumidor. A idéia é mostrar que há “possibilidade de sistemas monetários alternativos”. Dessa maneira, a moeda *Amazônida* funcionou como um “bônus” no FSM/2009 apenas para estabelecer intercâmbio entre os empreendimentos no sentido de “proporcionar uma nova forma de troca” com caráter transformador visando “promover o consumo ético sustentável e solidário”. (Cartilha *Amazônida* – informativo que apresentou a moeda social *Amazônida* no FSM 2009, pp. 2-4).

adquirem apoio financeiro e logístico, por parte dos organizadores do evento e/ou assessorias, ou mesmo por parte de políticas de fomento, que inclusive foi observado durante o FSM/2009.

O segundo aspecto, está relacionado a pouca – ou nenhuma – capacitação/qualificação sobre economia solidária, mesmo àqueles que participaram da Feira do FSM, não estavam conexos com a ideologia e os princípios da economia solidária. No FSM, lugar “primeiro” de discussão, articulação e construção do movimento de economia solidária, isto era visível.

Vale ressaltar que, segundo informações da secretaria do FPEPS e FEPS-PA, foram inscritos no FSM, 64 empreendimentos solidários do estado do Pará, alegando ser de economia solidária¹¹³ e estiveram presentes 27, os quais participaram da Feira de Economia Solidária¹¹⁴. Na ocasião foram entrevistados 10 empreendimentos distribuídos entre as regiões: Metropolitana, Rio Guamá, Tocantins, Caetés, Carajás e Rio Capim. Objetivando obter informações a respeito do surgimento da economia solidária no município, onde o empreendimento residia, as tramas (conflitos, cooperação, negociação) dos empreendimentos – relação entre sócios e sócios, e, empreendimentos e empreendimentos – além dos desafios para a economia solidária no estado do Pará, se obtiveram esclarecimentos sucintos sobre a proposta. Dessa forma, economia solidária para um dos empreendimentos que participaram do Território da economia solidária do FSM, é definida como um “conjunto de princípios que direciona um grupo em que ser solidário um com o outro é o lema maior, pois assim um ajuda o outro em todos os momentos: na luta para se fortalecer e melhorar de vida com união, força (...)”.

Percebeu-se, portanto, por meio das entrevistas com os protagonistas que, por serem militantes da economia solidária desde seu “início” no Pará, apresentam em suas falas, mais argumentos para definir economia solidária e empreendimento solidário. A respeito de economia solidária, têm-se os seguintes depoimentos: (...) “é acima de tudo, uma nova visão de mundo, mudança de comportamento que propõe um novo sistema de distribuição de renda (Protagonista da economia solidária do Pará, 1);

¹¹³ A realidade observada durante o FSM, no território de economia solidária, em relação aos empreendimentos descaracteriza-se por empreendimento solidário, em virtude de estar presente a competição e o individualismo dos grupos em questão.

¹¹⁴ Contudo, houve empreendimentos que se inscreveram via assessorias, instituições governamentais ou diretamente no site do FSM. Portanto, não se inscreveram pelos *foris* em questão.

é uma economia que tem preocupação com o ser humano! E que busca além da sobrevivência (...) É geração de trabalho e renda, através de um conjunto de princípios (...) com preservação ao meio ambiente para o bem estar de todos e melhores condições de vida, com dignidade! (Protagonista da economia solidária do Pará, 2);

é uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e se orientam por valores não mercantis como a solidariedade, democracia e autonomia. Tem como desafio a construção de uma “nova forma” de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos, o que significa redesenhar e exercitar, na prática das experiências alternativas, um outro projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente. (Protagonista da economia solidária do Pará, 3).

Em relação à opinião sobre empreendimento solidário as respostas mais relevantes foram as seguintes: “é um empreendimento com organização coletiva permanente em que todos que trabalham são donos e todos que são donos trabalham, o capital é constituído por cotas, com distribuição igualitária e autogestão” (Protagonista da economia solidária do Pará, 4;

é acima de tudo divisão igualitária de tarefas, onde todos trabalham em benefício de todos. Não há concentração de renda em só pessoa... As pessoas discutem em conjunto a ‘direção’, o norte do empreendimento, porque não é uma empresa capitalista (Protagonista da economia solidária do Pará, 5).

É aquele que tem gestão coletiva. É um empreendimento autogestionário – de perda e de ganho, ou seja, que divide o ‘lucro’ e o prejuízo –, mas também tem divisão de tarefas. É onde tem trabalho com compromisso e responsabilidade, mas antes de tudo, vontade para vencer os obstáculos encontrados (Protagonista da economia solidária do Pará, 6).

3.5 Desafios para a economia solidária no Estado do Pará

A economia solidaria, se tratando em âmbito geral de alguns desafios a serem superados, são necessários, para seu fortalecimento, enquanto movimento de mobilização sócio-produtiva e política: a) o fortalecimento de relações internas de solidariedade conjugadas com a eficiência da cooperação; b) articulação das diferentes iniciativas em redes e fóruns para interferir nas políticas públicas (BERTUCCI & SILVA, 2003). Além desses dois desafios assinalados, aponta-se um novo, que pode ganhar força política, à medida que há uma reestruturação na conjuntura atual: participação efetiva, enquanto movimento, da elaboração, implantação e implementação de políticas públicas de geração de trabalho e renda, tendo por base a economia solidária compatíveis ao desenvolvimento local, sócio-cultural e econômico.

A economia solidária pode se tornar o ator principal para o desenvolvimento endógeno, e para isso é imprescindível que os movimentos populares transformem essa forma de produção em elemento político indispensável para a construção de um novo projeto de desenvolvimento (BERTUCCI & SILVA, 2003). Por isso é necessário ainda que haja um impulso continuado às iniciativas de produção e prestação de serviços e à potencialização e qualificação profissional dos seus sujeitos sociais e demais agentes, envolvidos na economia solidária. O que pode resultar no “alcance da Economia Solidária, como ser de um setor econômico dinâmico e estratégico, efetivo gerador de trabalho e renda, segurança humana e bem-estar” (EID et al, 2006, p. 9).

Em termo local, ou seja, no estado do Pará alguns **desafios**¹¹⁵ são citados pelos atores sociais da economia solidária como fundamentais para a consolidação da economia solidária em toda sua extensão territorial, como por exemplo, criar estratégias efetivas de participação dos empreendimentos solidários, a partir de apoio financeiro e logístico de órgãos, entidades de fomento, ou gestores públicos, uma vez que a extensa distância entre os municípios inviabiliza a participação em eventos na capital e dificulta a articulação e integração entre os empreendimentos do interior do Estado. Essas estratégias podem ser concretizadas a partir da sensibilização dos gestores públicos para o fomento e difusão da economia solidária no estado, viabilizando a implantação/implementação de fóris regionais e locais, a fim de divulgar e fomentar a economia solidária no estado, a partir das regiões. Isto resultaria na descentralização de tomada de decisão por parte do FPEPS, que em virtude da realidade geográfica de extensão territorial, não conta com a participação de todos os municípios, especialmente os mais distantes da capital.

Conforme entrevistas aos atores sociais da economia solidária, não se pode deixar de citar, como outro desafio à mudança na cultura em relação ao trabalho coletivo, visto que esse aspecto impede uma confiança mútua entre as pessoas; por isso é necessário investir na formação de lideranças ativas nos empreendimentos e formação técnica/profissional, para os trabalhadores dos empreendimentos, pois “é isso que traz o ‘saber’, o ‘entendimento’ para poder se organizar de fato”.

¹¹⁵ Para demonstrar os desafios citados pelos atores sociais da economia solidária optou-se em sublinhá-los para garantir a originalidade das opiniões. A propósito, em alguns momentos os desafios são complementados com a exposição direta dos atores em respeito às suas apreciações.

A formação sobre economia solidária pode ser efetivada por meio de parcerias comprometidas com o movimento de economia solidária na busca de dirimir a carência de assistência técnica e incentivar o movimento, em conjunto com assessorias de fomento, para elaboração de projetos, a fim de contemplar da organização do empreendimento até a infraestrutura para produção, beneficiamento e comercialização dos produtos. Entretanto, também é necessário criar políticas públicas de apoio ao transporte e escoamento da produção, para a capital ou mesmo para outros estados, eliminando o atravessador.

Outro desafio importante para o movimento de economia solidária é a conquista do mercado institucional, por parte dos empreendimentos solidários, por meio da criação de políticas públicas de incentivo à difusão da economia solidária em todo estado, assim como políticas de microcrédito adequado à realidade dos empreendimentos para melhorar a qualidade dos produtos da economia solidária. A valorização dos produtos e comercialização pelos próprios empreendedores solidários, a fim de incentivar o consumo consciente são também desafios apontados pelos atores sociais entrevistados.

Outro desafio para a economia solidária no estado do Pará segundo os entrevistados é a aprovação e execução da lei estadual de economia solidária enquanto consolidação do marco legal, pois sendo lei os empreendimentos solidários têm como exigir que a mesma seja cumprida independente da gestão governamental– de esquerda ou de direita. Isto porque “a lei é que vai nortear as ações da economia solidária aqui no estado”¹¹⁶. Entretanto, é importante notar a importância da criação de políticas de economia solidária articuladas com outras políticas, objetivando dar suporte para trabalhar a questão da sustentabilidade ambiental, educacional e de saúde nos empreendimentos solidários com ações concretas do poder público estadual.

¹¹⁶ Essa é a fala, em sua essência, de um dos atores da economia solidária em entrevista realizada para essa pesquisa.

Considerações Finais: conquistas da economia solidária no Estado do Pará

Os trabalhadores, ao longo do tempo, organizaram-se em sindicatos como forma de defender e conquistar direitos aos trabalhadores assalariados. Hoje, os trabalhadores excluídos de direitos trabalhistas – seja ele desempregado ou subempregado – também se associam, organizam-se em empreendimentos solidários, objetivando garantir o direito ao trabalho, pois com a flexibilização produtiva os sindicatos estão na luta para manter os postos de trabalho existentes, a fim de garantir àqueles que estão inseridos no mercado formal de trabalho.

Nesse sentido, a economia solidária passa a compor esse cenário a partir da “gradativa emergência e multiplicação de empreendimentos associativos de cunho comunitário, e às vezes, até semifamiliar” (GAIGER, 2000, p. 168), já nos anos 80, dando suporte para o processo de organização do movimento de economia solidária, pois em seguida, nos anos 90 originaram-se empreendimentos no interior de diferentes movimentos sociais (mulheres, ecológicos, sindicatos, dentre outros), embora ainda ligados à reprodução da vida, como unidade entre economia, política e sociedade; e de instâncias governamentais, como o caso de empreendimentos criados, a partir de políticas governamentais¹¹⁷.

As políticas de geração de trabalho e renda, seja da esfera federal, estadual ou municipal, particularmente, relacionadas à economia solidária precisam ser pensadas, elaboradas, objetivando o desenvolvimento das bases sociais, pois as políticas públicas sociais no neoliberalismo são redefinidas a partir de sua lógica, ou seja, a lógica do mercado, visto que há uma internacionalização/internalização dos critérios impostos pelo mercado. Trata-se de políticas compensatórias e focalizadas, uma vez que busca prioritariamente compensar as situações mais graves, como pobreza extrema. Nesse contexto, são políticas por natureza excludentes, por isso são de escassa legitimidade social. Assim, até mesmo as políticas públicas estão sendo reestruturada, pois precisam se adequar às deliberações da política neoliberal.

Por isso, é necessário compreender as políticas de geração de trabalho e renda enquanto políticas socioeconômicas e culturais, valorizando o que as bases sociais têm de mais importante: o conhecimento popular, tácito, sua realidade, seu cotidiano. Nessa perspectiva, entende-se que as políticas de incentivo à constituição de cooperativas populares

¹¹⁷ No Pará, por exemplo, a partir do Programa Bolsa Escola, da esfera municipal e, atualmente pelo Programa Bolsa Trabalho, da esfera estadual – em fase de execução.

e empreendimentos solidários podem ser consideradas uma das saídas da economia informal e da economia popular para a economia formal, na medida em que se considera esse conhecimento, presente inclusive no próprio cotidiano do movimento de economia solidária.

Com isso, o movimento de economia solidária precisa avançar cada vez mais em sua organização para garantir que políticas de fomento sejam concretizadas, com base em suas lutas e ações, a partir do conhecimento prático e das deliberações do conjunto de atores sociais. Assim, percebe-se que apesar das tramas – conflitos, cooperação, negociações, tensões, disputas por espaço e poder – existentes no movimento de economia solidária do estado do Pará, o mesmo tem avançado em sua construção e consolidação, enquanto movimento inovador que mobiliza atores sócio-produtivos e econômicos no sentido de sua organização, lutas, ações e conquistas.

Assim, de acordo com entrevistas dos atores sociais do movimento de economia solidária do Pará, destacam-se as conquistas obtidas ao longo de sua construção no Estado. Dentre essas vitórias pode-se citar “apoio para elaboração, aprovação e implementação de projetos direcionados a empreendimentos solidários em seus diversos segmentos produtivos”¹¹⁸. Nesse caso, pode-se citar o Projeto Centro de Formação de Economia Solidária/CFES/SENAES/MTE que prevê qualificação para o conjunto de trabalhadores, ou seja, para gestores, assessores e empreendimentos. Também, o curso de especialização em Economia Solidária da Amazônia direcionado para graduados, gestores públicos, representantes do movimento de economia solidária, ou seja, trabalhadores da economia solidária ou interessados que pretendem se especializar na temática. Nessa construção, ganha destaque a criação da DECOSOL/SETER, para o fomento da economia solidária no Pará, que segundo os atores sociais, ainda está se estruturando, visto que possui cerca de um ano e meio, portanto, está em sua “fase embrionária”. Sua maior ação é direcionada a constituição de empreendimentos solidários com os jovens do Programa Bolsa Trabalho, pois este tem uma linha de atuação que proporciona a formação/capacitação/qualificação profissional destinada a empreendimentos coletivos e familiares.

Os atores da economia solidária apontam ainda a realização de Feiras estaduais de economia solidária, assim como, a participação em feiras e eventos em nível estadual, nacional e mesmo internacional, que tem contribuído para a criação de estratégias de

¹¹⁸ Esse foi, inclusive, o item mais citado pelos atores do Movimento de Economia Solidária.

fortalecimento da economia solidária no Estado, a fim de colaborar para os avanços do movimento por meio de debates e sugestão de ações para promover a economia solidária. Além do mais, a realização de conferências e planárias estaduais e a participação é uma das vitórias significativas, além da representação do Estado do Pará no Conselho Nacional de Economia Solidária com assessoria e empreendimento.

Outra conquista significativa para o movimento de economia solidária foi tanto a elaboração quanto o debate da lei de fomento à economia popular e solidária no estado do Pará, que apesar de apresentar certos “equívocos” em relação à proposta da economia solidária, considera-se um avanço no que diz respeito ao próprio marco jurídico da economia solidária no estado. Embora a aprovação dessa lei venha contribuir para demarcar a legitimidade da economia solidária no Pará é necessário o movimento pressionar, reivindicar junto ao poder público para a execução da mesma, em sua essência.

Pode-se afirmar que mesmo com os avanços do movimento de economia solidária do Pará diversas dificuldades são encontradas, particularmente em âmbito geográfico, o que impede os empreendimentos de participarem de eventos na capital. Isto foi visível nos eventos sobre economia solidária realizados em Belém, capital do estado, inclusive no FSM. Apesar das dificuldades, como falta de infra-estrutura para produção e funcionamento do empreendimento, falta de incentivos governamentais e formação, dentre outras dificuldades os empreendimentos solidários consideram que ao conhecerem os princípios da economia solidária passam a apresentar melhorias em diversos aspectos. Essas melhorias segundo seus atores sociais estão associadas à gestão do empreendimento, produção e comercialização de seus produtos, assim como as próprias relações entre seus associados, pois há uma mudança de pensamento e de ações, direcionados a autogestão e a própria valorização do trabalhador, bem como, do meio ambiente.

Nesse contexto, o movimento de economia solidária precisa conquistar novos espaços, encaminhar suas lutas e ações para fortalecer cada vez mais sua organização em âmbito social, político e cultural. O fortalecimento, a organização sócio-produtiva e econômico-cultural só tem sentido quando se combina solidariedade e cooperação, pois na medida em que se “põe de lado” os conflitos e a disputa por poder e espaço no movimento, se abre possibilidades de redução de tensões entre seus atores, garantindo maiores contribuições onde as relações sociais ocorrem sem desgastes, que apesar de natural, é necessário saber conduzi-lo.

Referências Bibliográficas

ÁLVARO, Alessandro Maia & PINHEIRO, Maria Angela Gemaque. Informalidade na Região Metropolitana de Belém: um retrato por gênero. Caxambu/MG: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Setembro de 2006. (texto digitalizado).

ALVES, Giovanni. A fragmentação de classe: desemprego estrutural e trabalho precário In: **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. 2ª Ed. Londrina: Práxis, 1999.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estrado**, em busca do parlamento. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

AMIM, Samir & HOUTART, François (org). **Mundialização das resistências: o estado das lutas**, 2003. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, Arnaldo et al. **Jesus Não Tem Dentes no País dos Banguelas** (LP). 1987.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

_____ & ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Campinas: Educ. Soc, 2004. Vol. 25, n. 87.

ARAÚJO, Rosane Brito; CASTRO, Edna. Belém dos Conselhos: arranjos democráticos e tensões na formulação e gestão de políticas municipais. In: **Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **A inserção de Empreendimentos da EPS no emergente aglomerado de moda em Belém/PA**. UNAMA, 2008. (Dissertação de Mestrado).

_____ & SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).

ARRUDA, Marcos. Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares. In: **Seminário Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação**. Salvador: Universidade Católica do Salvador e CAPINA, 2006.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: UNESP, 2003.

BARBOSA, Maria José de Souza. et al. **Projeto técnico desenvolvimento regional e arranjos produtivos locais de economia solidária na Amazônia: mobilização, formação e inovação de empreendimentos solidários**. UFPA - PITCPES, 2005.

_____. A incubadora tecnológica de cooperativas populares e empreendimentos solidários da UFPA: uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão In: **Educação e sócio-economia solidária: interação universidade – movimentos sociais**. Série Sociedade Solidária. Vol. 2 (2006). Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2006.

_____. O processo de incubação no Grupo de Produção da Amazônia e na Cooperativa de Serviços Gerais. In: **I Encontro internacional trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores**. Fortaleza: UFC/LABOR, 2006.

_____. Processo de trabalho em Olarias e desenvolvimento local na Região Metropolitana de Belém. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social/ENPESS**. São Luís, 2008.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARRETO, Álvaro. **Eleições e redemocratização no Brasil na década de 1980: estudo a partir do caso de Pelotas (RS)**. Disponível em: <<http://www.ufpel.tche.br/isp/ppgcs/publicacoes/alvaro/Rivera.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2008.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

BAVA, Silvio Caccia. A luta nos bairros e a luta sindical. In: **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BELÉM, Secretaria de Gestão e Planejamento/SEGEP. Secretaria de Economia/SECON. **I Congresso municipal de financiamento e desenvolvimento econômico: textos para debate**. Belém, 2003.

_____. SECON. **Guia de negócios, produtos e serviços 2002**. Belém: PMB, 2002.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERTOCONCELLO, Rodolfo. Prólogo In: **Territorios em construcción, actores, tramas y gobiernos: entre la cooperación y el conflicto**. Buenos Aires: CICCUS, 2007.

BERTUCCI, Ademar de Andrade & SILVA, Roberto MARINHO Alves da (org.). **Vinte anos de economia popular solidária: trajetória das Cáritas Brasileiras dos PAC's**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2005 (dissertação de mestrado).

BONDUKI, Nabil; KOWARICK, Lúcio. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BOTERF, Guy Le. Pesquisa Participante: propostas e reflexões metodológicas. In: **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de Ações para a Geração de Trabalho e Renda**: constantes do orçamento fiscal da União. MDS, 2007.

_____, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE. **Estados**, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em: 05 jan. 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE/SENAES/). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2007.

_____. **Atlas da economia solidária**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/tabcgi.exe?QtdEES.def>>. Acesso: 11 nov. 2008.

_____. **Situação dos empreendimentos**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Relatorios/EmpreendimentoSituacaoUF.php>>. Acesso em: 08 jan. 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CACCIAMALI, Maria Cristina & SILVA, Maria de Fátima José. Mais informalidade menos cidadania: os efeitos criados por este círculo vicioso sobre a formulação da política social na América Latina. In: **Cadernos PROLAM/SP**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. Ano 2; vol 2; n. 2.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.

CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social. In **A nova questão social**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998. Capítulo VIII.

CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CHIARIELLO, Caio Luis. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares**: estudo de casos na Cocamar e Copavi. São Carlos: UFSCar, 2008. (Dissertação de Mestrado).

CORAGGIO, José Luís. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: **Economia dos setores Populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Lo económico y lo local. In: **La gente o el capital**: desarrollo y economía del trabajo. Buenos Aires: Espacio, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia e socialismo: questões de princípio. In: **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CULTI, Maria Nezilda et all. Cooperativismo Popular: um processo de (re)educação In: **5º Congresso Nacional de Estudios del Trabajo**. Asociación Argentina de Especialistas em Estudios del Trabajo/ASET, Agosto de 2001.

DEFOURNY, Jacques. Economia Social. In: **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

DESROCHE, Henri. Pesquisa-ação: dos projetos de autores aos projetos de atores e vice-versa. In **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: Edufscar, 2006.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

DUPAS, Gilberto. **Exclusão global e social: pobreza, desemprego, estado e futuro do capitalismo**. São Paulo: PAZ E Terra, 1999.

EID, Farid & GALLO, Ana Rita. Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? In: **Anais do XI Congresso da Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe – FIEALC**. Osaka, Japão, setembro de 2003.

_____. **Metodologia de Incubação e desafios para o cooperativismo popular: uma análise sobre o trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCAR**. UFSCar, 2001. (texto digitalizado).

EID, Farid et al. Cadeias produtivas sob controle de famílias cooperadas do MST – Brasil. In: **Anais do Congresso da ALASRU – Associação Latino-americana de Sociologia Rural**. Quito, 2006.

FARIAS, Iracema Quintino; MOREIRA, Vilma & VIDAL, Francisco Antonio Barbosa. **Empreendedorismo social e economia solidária: um estudo de caso da rede de desenvolvimento local integrado e sustentável da comunidade do Grande Bom Jardim**. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/casulo/files/emp_soc_ec_sol.pdf> Acesso em: 22 nov. 2007.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/FBES. **IV Plenária Nacional de Economia Solidária**. Relatório Final. Luziânia, 2008.

FÓRUM PARAENSE DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA/FPEPS. **I Feira Paraense de Economia Popular e Solidária e I Ciclo de debates: economia solidária, desafios e perspectivas na Amazônia**. Belém: CENTUR, novembro de 2005.

FISHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia: análises & dados**. Salvador: SEI, 2002. Vol. 12. n. 1.

GADOTTI, Moacir. **Educação comunitária e economia popular**. In: **Educação comunitária e economia popular**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões de Nossa Época. v. 25).

GAIGER, Luíz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: **Cadernos CRH**. Salvador, jul/dez de 2003. Nº 39.

_____. A economia solidária e o projeto de *outra mundialização*. In: **Revista de Ciências Sociais**. Vol. 47. Nº 04. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: 2004.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa Participante na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. UFBA, 2002 (texto digitalizado).

GONÇALVES, Lissany Braga & FERREIRA, Manuela do Socorro Oliveira. **Da Bolsa Escola a autogestão: a experiência da COOPSEG**. Belém: UFPA, 2007. (Trabalho de Conclusão de Curso).

GHON, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1999.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Loyola, 2005.

GUSFIELD, Joseph R. Comunidade: uma responsabilidade crítica In: **Conceitos chaves em ciências sociais**. Belém: 2003. (texto digitalizado).

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. A mobilização do comum. In: **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Coleção Oficinas da História. Vol. 2.

HOFMANN, Helga. **Desemprego e subemprego no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1980 (ensaios, 24).

HOUTART, François. Mundialização das resistências e das lutas: um *outro davos*. In: **O outro davos: mundialização de resistências e de lutas**. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: 2004.

_____ & TIRIBA, Lia. **Economía popular**. Disponível em: <<http://www.urbared.ungs.edu.ar/textos/econom%EDA%20popular.pdf>> Acesso em 13 ago. 2008.

_____. Economia Popular In: **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

_____. Economia popular In: **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

IVERN, Alberto. La novedad de los nuevos movimientos sociales. In: **Harcelo possible: autoorganización, proyectos compartidos y procesos de aprendizaje**. Buenos Aires: SB, 2007.

KAUCHAKJE, Samira. Movimentos sociais: uma interpretação sobre a ampliação da democracia e da cidadania no Brasil contemporâneo. In: **Anais da II Jornada de pesquisa social**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, novembro de 2002.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia solidária: conceitos e contexto. In: **Seminário Internacional sobre Economia Solidária: desafios para um novo tempo**. Salvador, 2002.

KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. 2ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LAUTIER, Bruno. **L'économie informelle dans le tiers monde**. Paris: Editores La Découverte. 1994.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economía social y solidaria**: una visión europea. Buenos Aires: Altamira, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista & SILVEIRA, Esalva Carvalho. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. In: **Revista Virtual Textos & Contextos**, São Paulo, dez. 2007. (nº 8). Disponível em <<http://www.pucrs.br/fss>> Acesso em: 20 set. 2008.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MANZANAL, Mabel. **Territorios em construcción, actores, tramas y gobiernos**: entre la cooperación y el conflicto. Buenos Aires: CICCUS, 2007.

MACÊDO, Myrtes de Aguiar. Informalização do trabalho nas políticas sociais públicas. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques et al (org.). **Cidades, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas**: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

MACHADO, Ednéia Maria. A questão social: objeto do Serviço Social? In: **Serviço Social em Sociedade**. Londrina: Editora UEL, 1999. Vol.2. Nº 2 (jul/dez).

MALATO, Olinda Rodrigues. **Democratização e gestão pública na Amazônia**: do orçamento participativo ao congresso da cidade no município de Belém-Pa (1997-2004). Rio de Janeiro: PPESS/UFRJ, 2006. (Tese de Doutorado).

MANCE, André Euclídes. **Economia solidária**: um novo paradigma? IFIL, 2000 (texto digitalizado).

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital**. São Paulo : Unicamp - Editora Ensaio, 1990.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras editora, 1999.

MARX, Karl. Prefácio de para a crítica da economia política. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. (Col. Os Pensadores), São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **O capital**: crítica da economia política. L. 1. O processo de produção do capital (caps. XIII a XXV), Nova cultura, 1985.

_____. **O capital**: crítica da economia política. L.1. V.1. 20ª edição, Editora Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1985.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MIRANDA, Núbia Cristina Assunção. **Desemprego, informalidade e cooperativismo**: um estudo da Cooperativa Popular de Empreendedores do Ver-o-Rio em Belém/Pa. Belém: UFPA, 2007. (Trabalho de Conclusão de Curso).

MIRANDA; Núbia Cristina Assunção et al. Economia solidária na Amazônia: experiências nas áreas urbana e rural no Estado do Pará. In **19ª Conferência Mundial de Serviço Social**. Salvador: Centro de Convenções, agosto, 2008.

NASCIMENTO, Aline Fátima do. Economia Popular solidária: alternativa de geração de trabalho e renda e desafio aos profissionais do Serviço Social. In: **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 8, dez, 2007.

NETTO, José Paulo. A autocracia burguesa e o “mundo da cultura” In: **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista serviço social e sociedade**, Ano XVII, n. 50, abril. São Paulo: Cortez, 1996.

ODALIA, Nilo. A liberdade como meta coletiva In: **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PARÁ. Secretaria de Estado de Integração Regional/SEIR. **Regiões de Integração**, 2007. Disponível em: <http://www.seir.pa.gov.br/regioes_de_integracao_caracteristicas.asp> Acesso em: 25 jan. 2009.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças/SEPOF. **Relatório do Mapa da Exclusão Social, 2007**. Disponível em: <<http://www.sepof.pa.gov.br/pdf/MapaExclusaoSocialPA.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2009.

PIORE M. & SABEL, Charles F. **The Second Industrial Divide**, Basic Books, New York, 1984.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Políticas Públicas de emprego e renda no Brasil: algumas considerações In: **Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais**. São Paulo, EDUC: 1997.

_____. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

PORTELA, Roselene de Souza. **Planejamento, participação popular e gestão de políticas urbanas: a experiência do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (Belém-PA)**. Belém: NAEA/UFPA, 2006. (Dissertação de mestrado)

RAZETO, Luís. Economia de solidariedade e organização popular In: **Educação comunitária e economia popular**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões de Nossa Época. v. 25).

REIS, Adebaro Alves. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável dos pequenos produtores familiares na várzea do município de Igarapé-Miri/Pa**. NAEA/UFPA, 2009. (Dissertação de Mestrado).

RIGOTTO, Raquel Maria. **Saúde dos trabalhadores em tempos de globalização e reestruturação produtiva**. (Revista Brasileira de Saúde Ocupacional) São Paulo: 1998.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os novos movimentos sociais. In: **Pensamento Crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005. Leher; Setúbal (Org.).

_____. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Instrumentos e técnicas em Serviço social:** elementos para uma rediscussão. Belém: UFPA, mar. 1994. (texto digitalizado).

SCHUMPETER, Joseph Alois. O fluxo circular da vida econômica enquanto condicionante por circunstâncias dadas. In: **A teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 3. ed. São Paulo: Nova cultural, 1988.

SENA, Ana Laura. **O trabalho informal nas ruas e praças de Belém: estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios.** Belém: NAEA/UFPA, 2002.

SENAES, MTE. **Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social.** Brasília, 2006.

SILVA, Gerardo. Desenvolvimento local e novo municipalismo na Amazônia. In: **Gestão local e políticas públicas na Amazônia.** Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SINGER, Paul. A economia solidária no governo federal. In: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA:** mercado de trabalho. Brasília: MTE, agosto 2004. (nº 24).

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Coerência à flor da pele.** (Entrevista: Paul Singer). Disponível em: <<http://www.gaiabrasil.net/modules/news/article.php?storyid=43>> Acesso em: 05 set. 2008.

_____. Economia Solidária. In: **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição In: **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Globalização e Desemprego:** diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Introdução a economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TANAKA, Oswaldo & MELO, Cristina. Como operacionalizar um grupo focal. In: **Avaliação de programas de saúde do adolescente:** um modo de fazer. São Paulo: Edusp, 2001.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista:** informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: **As lutas sociais e a cidade:** São Paulo, passado e presente. 2ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

THEODORO, Mário. A questão do desenvolvimento: uma releitura. In: **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2004.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1990.

TIRIBA, Lia. Economia popular e pedagogias da produção associada. In **Caderno Cedes**. Campinas: UNICAMP, 2007 (vol. 27, n. 71).

_____. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. In: FASE. **Proposta**: revista trimestral de debate da FASE. Rio de Janeiro: FASE, jun./ago. 2003.

_____. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção**. Florianópolis: Perspectiva, 2008. (v. 1). Disponível em: http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2008_01/Lia.pdf. Acesso em: 10.12.2008.

WAUTIER, Anne Marie. Economia social na França In: **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ENTREVISTA (EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO)

Empreendimento: _____
Ramo de atividade: _____
Município: _____
Vínculo com o empreendimento: _____
Há quanto tempo o empreendimento existe? _____

Como surgiu/iniciou a economia solidária em seu município?

Como foi a inserção do empreendimento na economia solidária?

O que é economia solidária para você?

Como você define um empreendimento de economia solidária?

Como foi para o empreendimento participar do Fórum Social Mundial?

Qual sua opinião a respeito dos conflitos e da cooperação existente na economia solidária?

Quais os principais desafios para a economia solidária no estado do Pará?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ENTREVISTA COM OS “PROTAGONISTAS” DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
ESTADO DO PARÁ**

Nome: _____
Sexo: _____ Idade: _____ anos
Escolaridade: _____
Endereço: _____
Empreendimento ou instituição de fomento/gestão _____

Para você o que é economia solidária?

O que é empreendimento solidário?

**Há quanto tempo você está envolvido (a) com o movimento de economia solidária?
Como foi sua inserção nesse movimento?**

Você sabe em que momento e como surgiu a economia solidária no Pará?

Você se sente um protagonista da economia solidária no Pará? Por quê?

Que ações e lutas o movimento de economia solidária tem encaminhado?

**Que reivindicações o movimento de economia solidária obteve vitória/conquista e como
você avalia as mesmas?**

Quais os principais desafios para a economia solidária no Pará?

ANEXOS

Carta de princípios

Em junho de 2003, a III Plenária Nacional da Economia Solidária, após debates em 18 estados brasileiros, aprovou a Carta de Princípios, abaixo. Essa carta pretende ser a identidade do Fórum Brasileiro da Economia Solidária, criado naquela ocasião. Ela tem 3 partes distintas que se complementam: a história e o momento atual; os princípios gerais e específicos; o que a economia solidária não é.

1. Origem e cenário atual

A Economia Solidária ressurgue hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado – principal forma de organização do trabalho nesse sistema – levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e os empreendimentos cooperativados, de auto-gestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

As lutas, nesses dois campos, sempre foram complementares; entretanto a ampliação do trabalho assalariado no mundo levou a que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) passaram a ser tratadas como “resquícios atrasados” que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas.

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela “competitividade”. Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de “atrasadas” que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absover todo esse contingente de excluídos.

Hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as, estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e “protegidas”. Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária.

Neste cenário, sob diversos títulos - economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

2. Convergências - O que é a Economia Solidária

Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do

lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,

- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e

- os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

- Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de

combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Princípios específicos

Por um sistema de finanças solidárias

-
Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:

- A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.

- A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento
de Cadeias Produtivas
Solidárias

A
Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apoiam e se complementam:

- Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às

necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.

- Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.

- A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.

- A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.

- A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.

- A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

- A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.

- A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.

- A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.

- A economia solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.

- Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos.

- O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.

- Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

3. A Economia Solidária não é:

- A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.

- A Economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.

- A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.

- A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.

- A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.

- A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não

controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.

- A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

- A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.

- A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

- A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

Plataforma

A construção da Plataforma da Economia Solidária foi iniciada na I Plenária Nacional (em dezembro de 2002 em São Paulo), até chegar à versão que apresentamos abaixo, em 7 eixos, que é resultado da III Plenária Nacional de Economia Solidária, a mesma que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O I Encontro Nacional de Empreendedores Solidários, ocorrido em agosto de 2004, enriqueceu e aprofundou aspectos dessa Plataforma, que está disponível nos Fóruns Estaduais e na secretaria executiva nacional. Finanças Solidárias

- O Estado deve, no âmbito de suas políticas públicas, criar um fundo nacional para o fortalecimento e apoio dos empreendimentos da Economia Solidária, com uma gestão descentralizada, participação popular, respeito às diferenças regionais e sobre controle social. O Fundo deve ser constituído por fontes diversas: local, regional, nacional, internacional com recursos públicos e privados.

- Destacar linhas que apóiem as comunidades de baixa renda, negras, indígenas, mulheres em risco social e portadores de necessidades especiais. Fortalecer ainda linhas especiais para empreendimentos de autogestão em sua fase inicial ou já estruturado, bem como para comercialização de produtos.

- Consolidar e ampliar as experiências dos fundos rotativos no Brasil, tendo o crédito solidário como um dos modelos incentivadores dos empreendimentos solidários com base na devolução de pagamentos não financeiros (banco de horas, equivalência produto/serviços etc).

- Fortalecer uma rede de instituições financeiras locais como cooperativas de créditos, Bancos Cooperativos, ONGs, OSCIPs, Banco do Povo e programas governamentais com base em serviços financeiros adequados as realidades dos empreendimentos de caráter popular e solidário, destacando as moedas sociais, clubes de trocas, modalidades de aval comunitário e solidário.

- Revogar as limitações legais impostas às instituições operadoras de crédito popular, como ONGs e OSCIPs, para que possam oferecer outros serviços financeiros além do crédito, tais como seguros, poupança, títulos de capitalização, entre outros.

- Possibilitar o recolhimento de poupança por parte das ONGs de crédito, potencializando as atividades de microfinanças solidárias e viabilizando que as comunidades utilizem seus próprios recursos para promover seu desenvolvimento.

- Ampliar o repasse de fundos públicos para instituições de finanças solidárias/microfinanças, inclusive

de crédito popular solidário, visando fomentar o desenvolvimento local com um sistema que assegure autonomia para os empreendimentos.

- Alterar

a política de concessão de créditos para empresas em situação pré-falimentar condicionando mudanças na gestão, facilitando assim, a participação de trabalhadores e trabalhadoras no controle do passivo dessas empresas.

- Criar

linhas de crédito adequado e ajustado culturalmente para empreendimentos de Economia Solidária, facilitar aos empreendimentos populares o acesso ao crédito e, particularmente, a empreendimentos autogeridos que surgem de processos falimentares, abolindo exigências que são impraticáveis para a Economia Solidária.

- Assegurar

que partes dos recursos dos bancos públicos e privados sejam destinados à Economia Solidária.

- Possibilitar

a organização aberta e o fomento de cooperativas de crédito, revendo restrições legais sobre a mesma e ampliando sua articulação em complexos e redes.

- Modificar

as regras de acesso ao Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e do Proger (Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda), reduzindo os valores que são consumidos pelas taxas de transação bancárias.

- Criar

programa de fomento à constituição e fortalecimento de instituições de microfinanças e finanças solidárias, assegurar maior volume de recursos para os bancos populares e outras formas de microfinanças solidárias.

- Que

o crédito solidário seja articulado de maneira transversal nas diversas políticas, disponibilizando mais recursos do sistema financeiro "oficial" as microfinanças solidárias.

- Apoio

do poder público para iniciativas de empreendimento solidário, sob a forma de uma renda mínima para grupos que estão começando suas atividades de produção, comércio ou serviço.

- A

dimensão das finanças solidárias deve ser

incorporada ao Projeto Fome Zero como um elemento fundamental a permitir a necessária vinculação entre as imprescindíveis políticas compensatórias e políticas estruturais, por trazer em sua concepção, além do acesso ao crédito, elementos decisivos a democratização da pequena produção, à consolidação do trabalho cooperativo, ao estímulo à autogestão e às formas diferenciadas de produção de riquezas voltadas ao interesse comum.

- Constituir um sistema nacional de Finanças Solidárias, relacionando-o com uma política voltada ao desenvolvimento territorial local.

- Construir programas que fortaleçam e ampliem a rede nacional de trocas solidárias com critérios definidos de paridades e lastros baseado nas moedas sociais.

- Garantir critérios de financiamentos, valores, juros, carências, prazos, garantia e sistema de cobrança e devolução, adequando as condições socioeconômicas e culturais dos empreendimentos de caráter popular e solidário, ampliando os critérios por limites de créditos estabelecidos em cálculo per capita por posto de trabalho gerado e não por empreendimento.

Marco Legal

- Que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária articule, junto ao governo e a sociedade civil, políticas de interesse do movimento da Economia Solidária nas diversas reformas que se seguirão, a Tributária, Previdenciária, Trabalhista, Fiscal etc, criando e/ou atualizando leis específicas nestas áreas.

- Reconhecer legalmente e promover a difusão das diversas formas de Economia Solidária, tais como compras coletivas, lojas solidárias, cartões de crédito solidários, feiras, sistemas de trocas com moeda social, agricultura familiar orgânica, comércio justo etc.

- Tributação específica para os empreendimentos de Economia Solidária, considerando a escala de produção, número de trabalhadores envolvidos, tipos de produtos e bens, classificando-os como essenciais, semi essenciais e não essenciais.

- Isenção de impostos municipais, estaduais e nacionais para a compra de matéria-prima, equipamentos, máquinas, veículos etc.

- Rediscutir

a legislação em vigor que incide sobre algumas iniciativas solidárias, criando condições especiais de sustentação e apoio para esses empreendimentos, através de ações como a alteração da Lei das Licitações, 8.666, que impossibilita a compra e venda de produtos da Economia Solidária e estabelecer critérios diferenciados para os empreendimentos de Economia Solidária.

- Estabelecer

um marco jurídico adequado para a Economia Solidária, pensando-a como um sistema próprio, reconhecendo legalmente suas diferenças frente o setor estatal e o setor privado mercantil.

- Conceituar

normativamente empresas de autogestão, cooperativas populares, bem como aquelas organizações de economia familiar.

- Elaboração

de uma nova legislação para o cooperativismo (lei 5.764) e empresas autogestionadas, considerando aspectos como o número de participantes, não-obrigatoriedade da unicidade da representação, acesso ao crédito, diferenciação tributária, mudança no caráter do benefício do INSS para quem é cooperado e ao mesmo tempo respeitando as diferentes concepções de cooperativismo.

- Que

o Estado reconheça formalmente as outras formas de organização para o trabalho, fundadas em princípios populares e solidários, elaborando Projeto de Lei que facilite a o apoio e desenvolvimento de experiências no campo da Economia Solidária.

- Aperfeiçoamento

da fiscalização dos empreendimentos autogestionários, buscando evitar fraudes que visam terceirização de mão-de-obra e redução de encargos legais.

- Assegurar

o cumprimento efetivo no Brasil das Convenções No. 100 e No. 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a ratificação da Convenção No. 156 (Trabalhadores com responsabilidades familiares) pelo governo brasileiro.

- Definir

zonas especiais de interesse e de implantação de projetos de Economia Solidária a serem definidos no Plano Diretor Urbano – PDU e Estatuto das Cidades.

- Que o Estado garanta a contratação de cooperativas para prestação de serviços nas esferas municipais, estaduais e nacional.

- Regularização das atividades dos empreendedores populares com a emissão de um CNPJ e nota de venda especial para viabilizar a participação em licitações.

- Pressionar os poderes competentes para que a Lei de Falências favoreça a aquisição das empresas por parte dos trabalhadores sem obter as dívidas da empresa (passivo da massa falimentar).

- Criar legislação sobre políticas de cotas para o acesso ao mercado de trabalho, visando combater as discriminações de gênero, raça, etnia e promover a igualdade no acesso e na permanência no emprego.

Educação

- Promover a educação de novas gerações através da incorporação de programas sobre a Economia Solidária junto ao MEC, da pré-escola, passando pelo ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação, introduzindo valores da cultura solidária e pedagogias que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade.

- Financiar com linhas especiais de créditos, estudos e pesquisas mais gerais sobre o tema da Economia Solidária, além de trabalhos voltados ao desenvolvimento de metodologias de gestão e outras tecnologias apropriadas à realidade da mesma.

- Estímulo à extensão universitária junto ao MEC, com atuação frente às questões da Economia Solidária, privilegiando a pesquisa, a formação e também trabalhos interdisciplinares que envolvam todos os conteúdos da Economia Solidária.

- Formação e capacitação de profissionais membros ou não de iniciativas solidárias para a sua atuação na Economia Solidária, com financiamento público (convênios) destinadas àquelas entidades que possuem proficiência na área de Economia Solidária.

- Subordinar

o Sistema S a mecanismos de controle e estratégias tripartites, revendo suas prioridades, redirecionando recursos para a produção e sistematização de conhecimentos e tecnologias adequadas à perspectiva da Economia Solidária.

- Adequar

os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres, tanto em termos de locais e horários de realização, como também de oferta/conteúdo de cursos oferecidos, de forma a oferecer novas perspectivas profissionais para as mulheres.

- Elaborar

uma política específica que vise estimular as meninas e as jovens para as carreiras científicas e tecnológicas, bem como garantir o apoio social e material para assegurar a permanência das mulheres pesquisadoras nas comunidades científicas em condições de equidade.

- Garantir

centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de Economia Solidária.

- Utilizar

recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para realização de cursos profissionalizantes, com a participação não só de técnicos e empreendedores, mas também de multiplicadores e agentes da Economia Solidária, bem como obter apoio do SEBRAE como agente formador.

- Estimular

os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária a entrarem nos programas de capacitação e alfabetização de jovens, adultos e comunidades que não tenham acesso ao ensino formal.

- Criação

de um grupo de formadores para conscientização do cooperativismo e sua importância na atualidade.

- O

ensino da Economia Solidária deve contemplar temas transversais como gênero, raça, etnia e fazer parte dos programas de Ministérios como o da Saúde, Trabalho e Meio Ambiente.

- Adotar

uma estratégia de formação e capacitação articulando as atividades da Economia Solidária, com estrutura metodológica que leva em consideração

as diversidades culturais e o acompanhamento das novas tecnologias.

- Criação
de uma Escola Nacional de Cooperativismo.

Comunicação

- Utilização
dos meios de comunicação já existentes ou a criação de um sistema de comunicação que cubra, divulgue e sensibilize a sociedade para os valores da Economia Solidária, utilizando linguagem apropriada através de recursos como o ensino à distância, vídeos, cartilhas informativas, livros didáticos, criação de sites na internet, a criação de um disque Economia Solidária etc, garantindo a horizontalidade da informação.

- Criar
um banco nacional de políticas públicas e experiências bem sucedidas na área da Economia Solidária, de fácil acesso na internet, a ser alimentado por administradores que desenvolvem programas de Economia Solidária, facilitando a organização e extensão dessas políticas.

- Difusão
das experiências e intercâmbio de informações entre os agentes da Economia Solidária e a sociedade, mostrando as experiências que obtiveram êxito nas diversas áreas de atuação.

- Facilitar
a concessão de rádios e TVs comunitárias e autogestionárias, jornais, revistas etc., melhorando o acesso da população às informações sobre a Economia Solidária, bem como o estímulo à produção de programas, pelas TVs e rádios comunitárias com o tema da Economia Solidária.

- Divulgar
continuamente a cultura, as idéias e práticas da Economia Solidária junto à população, particularmente no que se refere ao consumo solidário (como modelo de educação), das vantagens sociais e éticas deste consumo quando os produtos são oriundos de empreendimentos solidários.

Redes de Produção, Comercialização e Consumo

- Desenvolver,
fortalecer e articular as redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, com base nos princípios da Economia Solidária, propiciando auto-sustentabilidade as mesmas, respeitando a regionalidade dos

empreendimentos e estabelecendo a equidade entre os pares, como a igualdade de gênero, raça, etnia, idade etc., garantindo a emancipação dos grupos que ainda são discriminados dentro da Economia Solidária.

- Na implementação do programa Fome Zero, priorizar ações regionalizadas de Economia Solidária na produção e comercialização de bens e serviços a serem consumidos com recursos disponibilizados pelo programa, projetando a produção para atender ao conjunto das demandas reais de consumo popular, entre as quais se incluem alimentação, higiene, limpeza e vestuário.

- Criar o portal brasileiro de Economia Solidária, apoiando a estruturação de redes nacionais de comercialização e de intercâmbio de informações, localização de produtos e serviços, diagnósticos de cadeias produtivas e transferência de tecnologia, facilitando parcerias, negócios e investimentos coletivos entre os empreendimentos de Economia Solidária, dando-lhes visibilidade e projeção nacional e internacional, facilitando a elaboração de catálogos e o contato mais direto entre produtores e consumidores e a integração entre cidade/campo.

- Garantir recursos para a construção, articulação e monitoramento das redes de Economia Solidária, viabilizando assim, sua integração, inclusive entre cidade e campo.

- Aprofundar o debate sobre marcas e selos de certificação em sistemas participativos e o seu emprego, adaptável às realidades locais e regionais do país, facilitando o processo de identificação dos produtos e serviços da Economia Solidária para consumidores e consumidoras em seu ato de compra alavancando a comercialização desses produtos no mercado nacional e internacional.

- Criar mecanismos que possibilitem compras governamentais dos produtos e serviços solidários e regionalizados, com preferência em licitações e estabelecendo cotas para compras governamentais de produtos da Economia Solidária, como forma de incentivo a Economia Solidária e possibilitando maior distribuição de renda.

- Defender a produção familiar da competição desigual, por meio de uma adequada política de preços mínimos e de compras privilegiadas da produção familiar agroecológica e solidária.

- Organização de cooperativas de consumo e central de compras coletivas.

- Investir na formação de redes regionais de comercialização e consumo que congreguem os vários tipos de cooperativas, como exemplo, central de cooperativas coletivas.

- Utilização de espaços públicos ociosos ou a construção de espaços como locais de trocas, comercialização de produtos da Economia Solidária e armazenamento de materiais reciclados.

Democratização do Conhecimento e Tecnologia

- Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, com vistas ao desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, respeitando a cultura e os saberes locais agregando-lhes maior valor, e a melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.

- Orientar as ações de pesquisa e os programas de extensão das Universidades para a produção de tecnologias alternativas adequadas à Economia Solidária, bem como para a difusão e qualificação das suas diversas práticas e saberes, avaliando o trabalho realizado nestas áreas, mensurando acertos e erros, visando ao seu aperfeiçoamento na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

- Orientar Ministérios e organismos federais (Ciência e Tecnologia, Educação, Trabalho, FAT, Finep, BNDES, CNPq etc.) a fomentarem o desenvolvimento, qualificação e expansão da Economia Solidária.

- Descentralização da tecnologia e da informação resgatando e valorizando o conhecimento acumulado pelas experiências de Economia Solidária, bem como mapeando e sistematizando esse conhecimento.

- Criar programas de financiamentos voltados as ONGs, ITCPs, Rede Unitrabalho e outras organizações que atuam na área de formação e capacitação tecnológica de empreendimentos de Economia Solidária.

- Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico, visando à promoção de processos produtivos que sejam adequados a como produzir, considerando as diversidades regionais do país, sua necessária sustentabilidade social e ecológica, às peculiaridades do público a quem se destinam essas

tecnologias e às finalidades para as quais são desenvolvidas, gerando produtos, serviços, processos, máquinas, equipamentos e técnicas adequados aos desafios atuais da Economia Solidária no país, visando superar as dificuldades dos empreendimentos de Economia Solidária em ser eficientes, terem viabilidade e sustentabilidade.

- Ampliar Fóruns de ciência e tecnologia para contemplar os desafios da autogestão.

- Redefinir política de assistência técnica para os empreendedores da área urbana e da área rural.

- Mobilizar o potencial criativo de inventores (as) e pesquisadores (as), orientando a organizarem-se em cooperativas para trabalhar a Economia Solidária e colaborar em suas áreas específicas, como vem ocorrendo no campo das tecnologias da agricultura orgânica, das cisternas e preservação de recursos hídricos, dos softwares livres etc.

- Proporcionar meios para que as novas tecnologias sejam acessíveis aos empreendimentos solidários, valorizando sua função social em relação à visão predominante que é dada a sua função econômica.

- Garantir que Estados e Municípios possam desenvolver discussões temáticas e conceituais sobre a Economia Solidária.

- Difundir e ampliar a troca de experiências entre os grupos participantes da Economia Solidária, garantindo a transversalidade dessas ações, através de uma rede de articulação utilizando, por exemplo: materiais didáticos de apoio, conhecimentos técnicos específicos ao cooperativismo, como noções na área de comercialização, contábil, jurídica, administrativa etc.

Organização Social de Economia Solidária

- Criar uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, responsável por – em diálogo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da Economia Solidária no país e executá-las de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia, educação e comunicação.

- Assegurar a representação da Economia Solidária no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e nos conselhos estaduais e municipais que vierem a serem organizados.

- Sistematizar os mecanismos institucionais já implementados em diversos âmbitos que possuem interface com a Economia Solidária, visando divulgá-los e aprimorá-los.

- Fortalecer as bases através de redes por segmentos e por territórios.

- Organizar fóruns por unidades federativas como formas de mobilização social para criar as condições socioeconômicas e jurídicas que venham a fortalecer a Economia Solidária.

CARTA DE PRINCÍPIOS

A I Plenária Estadual de Economia Popular e Solidária, nos dias 13 a 15 de Junho de 2003 constituiu o Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária – FPEPS, debateu e aprovou a "Carta de Princípios" abaixo apresentada.

A Economia Solidária é muito maior que um setor da Sociedade. Vai de encontro à visão tradicionalista e exploradora, que visa apenas a exploração dos trabalhadores e o esgotamento do meio ambiente, pois ela não representa apenas um avanço de um setor de produção, mas sim, um avanço da sociedade, uma transformação onde o ser humano é tido como o protagonista e o principal e o principal objetivo da atividade econômica.

Os princípios apresentados na mesma decorrem dos debates ocorridos na III Plenária Nacional de Economia Solidária, na I Plenária Estadual de Economia Popular e Solidária e na I Oficina do Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária e, deverão se constituir em orientação básica para todos que queiram participar do respectivo fórum.

1. O FPEPS – Fórum Paraense de economia Popular e Solidária é um espaço permanente em construção e crescimento, devendo ser ampliado a cada plenária anual de Economia Popular e Solidária;
2. O FPEPS _ Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária é um espaço aberto de encontro para o debate democrático de idéias, o aprofundamento das reflexões e construção de novas referências teóricas, a troca de experiências e a articulação das entidades empenhadas no fortalecimento da Economia Solidária enquanto instrumento de inclusão através de trabalho, de valorização do ser humano, de transformação social e de ruptura com a lógica capitalista.
3. O FPEPS – Fórum Paraense de economia Popular e Solidária plural e diversificado, que garante a participação e engajamento sem discriminação de crença, cultura, gerações, capacidades físicas, sexo, cor ou opção sexual desde que respeitem esta Carta de Princípios.
4. O FPEPS – Fórum Paraense de economia Popular e Solidária afirma a valorização social do trabalho humano, o caráter libertador da Economia Solidária e as práticas cujas relações são baseadas na equidade, na cooperação, na solidariedade, no resgate da dignidade e da cidadania; situa-se em uma visão da economia autogestionárias na qual o desenvolvimento econômico tem como centralidade o ser humano; na busca de uma relação de uso sustentável dos recursos naturais, na valorização da cultura e potencialidades da cultura local e da ética do consumo.
5. O FPEPS - Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária, enquanto espaço de troca de saberes, estimula a complementaridade e a cooperação entre as entidades que o integram, fomentando o

desenvolvimento de articulações que potencializem cadeias produtivas locais e regionais de interesse dos mesmos.

6. O FPEPS - Fórum Paraense de economia Popular e Solidária articula e representa os gestores públicos, assessores e empreendedores da Economia Popular e Solidária, nele inscritos.
7. O FPEPS - Fórum Paraense de economia Popular e Solidária, enquanto espaço de representação, busca fortalecer a Economia Solidária, enquanto política pública, respeitando o protagonismo e autonomia dos empreendimentos, das redes e entidades que o integram.
8. Constituir-se, enquanto espaço de construção de consensos, respeito às diferenças, de articulação política para além das concepções partidárias e de tendências partidárias e de estabelecimento de estratégias de ação, sob a égide dos princípios da Economia Solidária;
9. Ser um instrumento propositivo, consultivo, deliberativo, horizontal e transparente; construção de novas referências teóricas a partir da prática da economia solidária para avançar no seu desenvolvimento;
10. Satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; tendo por base a constituição Brasileira
11. Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
12. Importância do trabalho do jovem e do idoso como estratégia de inclusão social;
13. Integração da economia popular nas políticas públicas de combate à fome e de inclusão social (Fome Zero, Bolsa Escola, etc);
14. Organização do consumo visando a construção de cadeias produtivas integrando campo e cidade; Solidariedade entre os povos;

PLATAFORMA DO FÓRUM PARAENSE DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

O Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária aprova a plataforma de atuação e lutas que deverá ser o documento de base para construção de seus planejamentos estratégicos e operacionais, nos diversos temas abaixo apresentados:

1. Marco Legal e Organização Social.

- Criar e/ou atualizar leis específicas trabalhistas, civis, tributárias e previdenciárias para a Economia Solidária;
- Elaborar legislação específica e fiscalização para cooperativismo em empresas autogestionárias;
- Cadastro geral de empreendedores populares, com regularização das atividades e emissão de CNPJ;
- Isenção de impostos para aquisição de equipamentos, veículos, máquinas, dentre outros;
- Licitação pública diferenciada, que contemple empreendimentos de Economia Solidária;
- Definir zonas especiais de interesse da Economia Solidária – ZEIES; a serem definidos no PDU – Plano Diretor Urbano e Estatuto da Cidade;
- Cota obrigatória para que o poder público adquira produtos do empreendedor popular rural e urbano;
- Conceituar normativamente empresas de auto-gestão, cooperativas populares, bem como aquelas organizações de Economia Familiar;
- Articular os empreendimentos de economia solidária com os programas sociais do governo;
- Criação de uma legislação específica voltada para as cooperativas autênticas, para a massa falida e para empreendimentos solidários;
- Mudança no caráter do benefício do INSS para o auxílio para quem é cooperado;
- Emissão de nota especial de venda para poder participar das concorrências.
- Incentivar a criação de um cadastro geral de empreendedores populares, que legalize as atividades da economia popular, a partir de critérios sociais e econômicos adequados.

2. Comunicação e Divulgação:

- Realização de uma campanha nacional de mobilização pela economia solidária;
- Divulgar as idéias e práticas da economia solidária junto à população, particularmente no que se refere à questão do consumo solidário, que seja justo, ético e crítico;
- Facilitar a concessão de rádios comunitárias autogestionárias,
- Criação de uma rede de comunicação utilizando as diversas formas de comunicação;

- Inserir no próximo censo, formulário que possibilite a identificação dos empreendimentos solidários;
- Divulgação das vantagens sociais no consumo de produtos e serviços de empreendimentos solidários;
- Fazer o mapeamento das atividades de economia Solidária;
- Difusão e intercâmbio entre as experiências da economia solidária.

3. Políticas Públicas da Área de Finanças.

- Inclusão da Economia Solidária nos fóruns de discussões, conselhos de representações e decisões relacionadas à implementação de políticas públicas;
- Adequação dos instrumentos financeiros para crédito dos empreendimentos solidários;
- Criação de grupo de trabalho nacional para discussão e construção de políticas de finanças solidárias;
- Criação de um sistema nacional de finanças solidárias, com fundos públicos e controle social, com a criação de um Fundo Nacional de Crédito para a Economia Solidária;
- Desburocratização e divulgação das linhas de crédito facilitando o acesso ao micro crédito e com aval solidário;
- Crédito diferenciado para as comunidades indígenas, negras e para os portadores de necessidades especiais que estão envolvidos em algum tipo de empreendimento;
- Alterar a concessão de crédito garantindo estudos de viabilidade da produção, comercialização e mercado consumidor;
- Garantir o financiamento para a comercialização de produtos;
- Garantir renda mínima para empreendimentos de Economia Solidária, durante seus primeiros anos de funcionamento, até a sua auto-sustentabilidade;
- Estabelecer os limites de crédito com base em cálculos per capita por posto de trabalho gerado e não por empreendimento;
- O Banco Central deverá ter diretrizes facilitadoras para linhas de créditos especiais para a Economia Solidária.

4. Políticas Públicas da Área de Redes de Produção.

- Inclusão da Economia Solidária nos fóruns de discussões, representações e decisões relacionadas à implementação de políticas públicas;
- Investir na auto-sustentabilidade das comunidades quilombolas;
- Garantir financiamento para a construção de redes;
- Investir na formação de redes regionais de comercialização para as cooperativas;
- Realizar diagnóstico qualitativo e quantitativo da Economia Solidária no Brasil, para construirmos uma rede de informações;
- Criação de agências de fomento e assistência técnica local para a Economia Solidária;

- Criar selo de controle de qualidade, adequado à Economia Solidária, com certificação participativa de produtos e serviços;
- Cota obrigatória para o mercado institucional público, envolvendo mercadoria e/ou serviços da economia solidária.

5. Articulação:

- Buscar rede de apoio de políticas e programas governamentais para o fórum de economia solidária;
- Garantir articulações locais, regionais, nacionais de empreendimentos populares, garantindo o seu protagonismo e sua autonomia;
- Buscar alianças com movimentos sociais próximos da Economia Solidária;
- Articular a formação de fóruns regionais e locais de empreendimentos populares;
- Integrar as práticas de Economia Solidária às políticas e programas sociais existentes;
- Lutar pela autonomia do movimento da Economia Solidária, enquanto projeto nacional alternativo ao sistema capitalista;
- Apoio à formação de frente de parlamentares da economia solidária nos âmbitos municipais, estadual e federal.

6. Educação e Formação:

- Adotar formação política e cultural voltada para a auto-gestão e solidariedade, rompendo com a lógica capitalista;
- Incentivar a implantação de incubadoras de empreendimentos Econômicos Solidários em todas as universidades públicas;
- Desenvolver políticas de ciência e tecnologia voltadas à melhoria da qualidade dos produtos da economia solidária, respeitando a cultura e os saberes locais;
- Implementar a formação de empreendedores da Economia Popular e Solidária para produção, garantindo um padrão de qualidade;
- Adotar uma estratégia de formação e capacitação articulando as atividades econômicas da economia solidária e seus diversos atores;
- Implantar mudanças na cultura de consumo, a partir dos atores da economia popular e solidária.

7. Rede de Produção, Comercialização e Consumo:

- Trabalhar em rede a nível local, regional, estadual, nacional e interacional;
- Impedir a implantação de grandes redes de supermercados nos bairros;
- Desenvolver e fortalecer as redes produtivas com base nos princípios da Economia Solidária;
- Motivar a produção local/regional para o consumo local/regional;
- Criar espaços de troca e comercialização solidária.

8. Democratização do Conhecimento e da Tecnologia

- Valorizar a função social da tecnologia e não apenas a sua função econômica;
- Formação e capacitação em tecnologias específicas apropriadas às iniciativas de economia solidária, através de centros regionais de difusão e capacitação.
- Acesso a equipamentos e conhecimentos que propiciem a agregação de valor ao produto desenvolvido pela economia solidária;
- Descentralização da tecnologia e da informação.
- Criação de espaços coletivos de deliberação e difusão nos centros de pesquisa.



GABINETE DA DEPUTADA BERNADETE TEN CATEN
Assembléia Legislativa do Estado do Pará

INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº _____/2007

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política de Fomento à Economia Popular e Solidária no Estado do Pará e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ ESTATUI E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º – Fica autorizado o Poder Executivo do Estado do Pará a instituir a Política Estadual de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará, que tem por diretriz a promoção da Economia Popular e Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades auto-sustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em lei.

Art. 2º – Para efeito dessa lei, considera-se Economia Popular Solidária as iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

§ 1º – São características dos empreendimentos de Economia Popular Solidária:

I – a produção e a comercialização coletivas;

II – as condições de trabalho salubres e seguras;

III – a proteção ao meio ambiente e a todas as formas de vida;

IV – a equidade de gênero;

V – a não-utilização de mão-de-obra infantil;

VI – a transparência na gestão dos recursos e a justa distribuição dos resultados;

VII – a prática de preços justos;



GABINETE DA DEPUTADA BERNADETE TEN CATEN
Assembléia Legislativa do Estado do Pará

VIII – a participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento;

IX – a participação dos integrantes nas deliberações, na forma do parágrafo único do art. 6º desta lei.

§ 2º – Os empreendimentos de Economia Popular Solidária trabalharão prioritariamente em rede, abrangendo a cadeia produtiva, desde a produção de insumos até a comercialização final dos produtos.

§ 3º – Para os fins desta lei, uma rede de produção integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviços, para a prática do consumo solidário, com o reinvestimento de parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços na própria rede, diminuindo o volume e o número de itens a serem adquiridos no mercado formal.

Art. 3º – A Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária tem os seguintes objetivos:

I – gerar trabalho e renda;

II – apoiar a organização e o registro de empreendimentos da Economia Popular Solidária;

III – apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado;

IV – promover a agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias nos empreendimentos da Economia Popular Solidária;

V – reduzir a vulnerabilidade e prevenir a falência dos empreendimentos;

VI – consolidar os empreendimentos que tenham potencial de crescimento;

VII – proporcionar a associação entre pesquisadores, parceiros e empreendimentos;

VIII – estimular a produção intelectual sobre o tema, como estudos, pesquisas, publicações e material didático de apoio aos empreendimentos da Economia Popular Solidária;

IX – criar e consolidar uma cultura empreendedora, baseada nos valores da Economia Popular Solidária;

X – educar, formar e capacitar tecnicamente as trabalhadoras e os trabalhadores dos empreendimentos da Economia Popular Solidária;

XI – integrar os empreendimentos no mercado e tornar suas atividades auto-sustentáveis;



GABINETE DA DEPUTADA BERNADETE TEN CATEN

Assembléia Legislativa do Estado do Pará

XII – articular Municípios, Estados e União, visando uniformizar e articular a legislação;

XIII – constituir e manter atualizado um banco de dados, com o cadastro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária que cumpram os requisitos desta lei.

Art. 4º – Para a consecução dos objetivos da Política Estadual de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará, o poder público propiciará aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, na forma do regulamento:

I – acesso a espaços físicos em bens públicos estaduais;

II – equipamentos e maquinário de propriedade do Estado para produção industrial e artesanal;

III – assessoria técnica necessária à organização, produção e comercialização dos produtos e serviços, assim como à elaboração de projetos de trabalho;

IV – serviços temporários, em áreas específicas, tais como contabilidade, "marketing", assistência jurídica, captação de recursos, gestão empresarial, planejamento estratégico, gestão ambiental, recursos humanos, técnicas de produção, contratos com financiadores, contatos com instituições de pesquisa científica e mercadológica;

V – cursos de capacitação, formação e treinamento de integrantes dos empreendimentos de Economia Popular Solidária nas áreas referidas no inciso anterior;

VI – incubação em incubadoras de empresas;

VII – convênios com órgãos públicos, nas três esferas de governo;

VIII – convênios com entidades e programas internacionais;

IX – acesso a centros de pesquisa e a empresas brasileiras para consolidação de vínculo de transferência de tecnologia;

X – suporte técnico e financeiro para recuperação e reativação de empresas por trabalhadores, em regime de autogestão;

XI – suporte jurídico e institucional para constituição e registro dos empreendimentos de Economia Popular Solidária;



GABINETE DA DEPUTADA BERNADETE TEN CATEN

Assembléia Legislativa do Estado do Pará

XII – apoio na realização de eventos de Economia Popular Solidária;

XIII – apoio financeiro e fomento à constituição de patrimônio, na forma da lei;

XIV – linhas de crédito especiais nos agentes financeiros públicos federais, estaduais, municipais, internacionais e privados, com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, bem como a adaptação das linhas de crédito existentes, com base estrutural em microfinanças solidárias;

XV – apoio para comercialização;

XVI – participação em licitações públicas estaduais.

§ 1º – A utilização de espaços, equipamentos e maquinário públicos sujeita os empreendimentos de Economia Popular Solidária às regras de uso previstas nos termos da permissão de uso, que conterà as obrigações dos permissionários.

§ 2º – Será exigida a frequência mínima estabelecida nos cursos a que se refere o inciso V deste artigo, para manutenção dos benefícios e permanência do grupo na Política Estadual de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará.

§ 3º – O apoio para comercialização, a que se refere o inciso XV deste artigo, consiste na busca de alternativas para comercializar e divulgar a produção dos empreendimentos, mediante o apoio à instalação de centros de comércio e de feiras, o incentivo à introdução de novos produtos e serviços no mercado interno e externo e o auxílio à articulação de redes de agentes que promovam o consumo solidário e o comércio justo.

§ 4º – Os cursos, o apoio técnico, jurídico e financeiro, os serviços temporários e a incubação em empresas deverão observar os princípios e conceitos que regem a Economia Popular Solidária de que trata esta lei.

§ 5º – O poder público poderá firmar convênio, contrato ou outra forma de ajuste administrativo admitida em lei com os Municípios, a União, governos estrangeiros e entidades privadas para a consecução dos objetivos desta lei, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º – Consideram-se empresas de autogestão, para os efeitos desta lei, os grupos organizados preferencialmente sob a forma de sociedade cooperativa, podendo ser adotadas as formas de empresa individual, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, de associação civil e de sociedade anônima, atendidos os seguintes requisitos:



GABINETE DA DEPUTADA BERNADETE TEN CATEN

Assembléia Legislativa do Estado do Pará

I – organização autogestionária, caracterizada pela propriedade em comum dos bens de produção e pela observância dos critérios definidos no art. 4º;

II- – gestão da entidade exercida pelos integrantes de forma coletiva e democrática;

III – adoção de modelo de distribuição dos resultados econômicos proporcionais ao trabalho coletivamente realizado.

Parágrafo único – Para os efeitos desta lei, a gestão democrática da empresa pressupõe:

I – a participação dos associados em todas as instâncias decisórias, por meio de voto em assembléias ou institutos similares específicos e legais, em eleições e na representação em conselhos;

II – a garantia de voto do associado, independentemente da parcela de capital que possua;

III – a rotatividade de, no mínimo, um terço dos integrantes dos órgãos decisórios – diretoria e conselhos a cada mandato;

IV – a contratação eventual de trabalhadores não associados limitada a, no máximo, 10% (dez por cento) do total de trabalhadores associados;

V – a adoção do trabalho como base para o sistema de remuneração e de distribuição dos resultados.

Art. 6º – O empreendimento de Economia Popular Solidária interessado em usufruir dos benefícios instituídos por lei, no ato de sua inscrição no órgão responsável pela Política Estadual de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará, deverá:

I – registrar-se, informando a forma associativa adotada, o número de seus integrantes, a forma adotada para as deliberações do grupo, o endereço da sede ou do local onde se reúnem;

II – apresentar, se já em funcionamento, relatório que contenha a descrição do processo de produção adotado, a natureza e a capacidade de distribuição e comercialização do produto e outras informações consideradas necessárias;

III – apresentar, se em processo de constituição, projeto de trabalho que contenha o detalhamento da atividade a ser desenvolvida e dos recursos de que disponha;



GABINETE DA DEPUTADA BERNADETE TEN CATEN

Assembléia Legislativa do Estado do Pará

IV – apresentar declaração de que seus integrantes são domiciliados no Estado do Pará.

§ 1º – Poderá habilitar-se a participar da Política Estadual de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará grupo ainda não constituído legalmente que se comprometa a apresentar seu registro legal no prazo de dois anos contados de sua inscrição, desde que atenda ao disposto nos arts. 4º e 6º e apresente projeto possível de se adequar aos requisitos da Política Estadual de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará.

§ 2º – Mediante a apresentação de requerimento fundamentado, poderá ser prorrogado o prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º – Verificada qualquer informação falsa, o grupo infrator sujeitar-se-á às penas cabíveis em lei e à imediata suspensão de sua participação na Política Estadual de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará, se nela já houver ingressado, ressalvados os direitos da ampla defesa e do contraditório.

Art. 7º – Os empreendimentos de Economia Popular Solidária serão registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial.

Parágrafo único – Os empreendimentos cujas atividades impliquem geração de ICMS serão inscritos no órgão fazendário estadual, no qual receberão classificação específica.

Art. 8º – São considerados agentes executores da Política Estadual de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará:

I – o Governo do Estado, por meio de seus órgãos e entidades;

II – os Municípios, por meio de seus órgãos e entidades;

III – as universidades e instituições de pesquisa;

IV – o Governo Federal, por meio de seus órgãos;

V – as organizações não governamentais;

VI – os agentes financeiros que disponibilizem linhas de crédito para os empreendimentos;

VII – as entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, que atuem segundo os objetivos desta lei;



GABINETE DA DEPUTADA BERNADETE TEN CATEN

Assembléia Legislativa do Estado do Pará

VIII – as entidades internacionais que trabalhem com o conceito de empresa de autogestão democrática e de economia solidária.

Parágrafo único – Os agentes executores da Política Estadual de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará integrarão ações e adotarão estratégias, metodologias e instrumentos comuns de apoio aos empreendimentos.

Art.9º - Fica criado o Conselho Estadual da Economia Popular e Solidária - CEEPS, composto por 15 membros paritariamente representante do Poder Público Estadual e das Entidades Civas afetas ao desenvolvimento da Economia Popular e Solidária, vinculado a Secretaria Estadual de Trabalho Emprego e Renda – SETER, atendendo a seguinte composição:

- a) 6(seis) representantes do poder Executivo Estadual, da seguinte forma: 01 da Secretaria Estadual do Trabalho Emprego e Renda – SETER; 01 da Secretaria Estadual de desenvolvimento Social – SEDES; 01 da Secretaria de Agricultura; 01 da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia - SEDECT; 01 da Secretaria de Planejamento e Orçamento e Finanças – SEPOF; Secretaria Estadual de Cultura – SECULT;
- b) 01 (um) representante da Delegacia Regional do Trabalho;
- c) 01 (um) representante das instituições de Ensino Superior;
- d) 01 (um) representante do SEBRAE;
- e) 02 (02) representantes das Organizações Não Governamentais, indicados pelo Fórum Paraense de Economia Popular Solidária – FPEPS;
- f) 04 (quatro) representantes dos Empreendimentos de Economia Popular e Solidária, indicados pelo Fórum de Empreendedores Populares e Solidários do Estado do Pará – FEPSEP;

§ 1 – Os membros do Conselho serão nomeados pelo Governador do estado para o mandato de 2 anos, permitido uma recondução por igual período,

§ 2 - O CEEPS será presidido por um dos seus membros eleito pelos próprios membros para mandato de 2 anos, permitida a recondução pelo igual período.

Art. 10º - Compete ao CEEPS:



GABINETE DA DEPUTADA BERNADETE TEN CATEN
Assembléia Legislativa do Estado do Pará

- I) Aprovar a Política Estadual de Fomento a Economia Popular e Solidária;
- II) Definir os critérios de programas e projetos a serem financiados com recurso do Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária e para o acesso aos benefícios previstos nesta lei;
- III) Definir os critérios para o enquadramento de Empreendimentos de Economia Popular e Solidária na política pública de fomento;
- IV) Acompanhar, monitorar e avaliar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos financiados pelo Fundo que se refere o inciso II;
- V) Acompanhar e monitorar e avaliar os programas de fomentos aos Empreendimentos de Economia Popular e Solidária desenvolvidos pelos Órgão e Entidades Públicos do Estado;
- VI) Definir mecanismo para facilitar acesso dos Empreendimentos da Economia Popular Solidária aos Serviços Públicos estaduais;
- VII) Buscar garantias institucionais para que os Empreendimentos de Economia Popular e Solidária possam participar das licitações públicas;
- VIII) Propor mecanismos de estabelecimentos de incentivos fiscais para os empreendimentos de Economia Popular e Solidária;
- IX) Desenvolver mecanismo e formas de facilitar o acesso dos empreendimentos da Economia Popular e Solidária a recursos públicos;
- X) Propor alterações na Legislação Estadual relativo a Economia Popular Solidária;
- XI) Elaborar seu regimento interno;

Parágrafo único – O CEEPS elaborará seu regimento interno no prazo de 90 dias após a sua posse;

Art. 11º. Fica criado 01(um) cargo de provimento em comissão, DAS.02, para atender a necessidade de funcionamento do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária – CEEPS que terá uma secretaria executiva vinculada a Secretaria Estadual de Trabalho Emprego e Renda – SETER;



GABINETE DA DEPUTADA BERNADETE TEN CATEN
Assembléia Legislativa do Estado do Pará

Art. 12º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária que será criado por lei específica no prazo de 120 dias contados da data da publicação desta lei;

Art. 13º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Cabanagem, Plenário Newton Miranda, em 00 de abril de 2007.

BERNADETE TEN CATEN

Deputada Estadual PT/PA



GABINETE DA DEPUTADA BERNADETE TEN CATEN

Assembléia Legislativa do Estado do Pará

JUSTIFICATIVA

Encaminho à consideração desse Egrégio Poder Legislativo o presente Projeto de Lei que trata de um assunto que considero de grande importância para o desenvolvimento do Estado do Pará e para a melhoria da qualidade de vida de sua população: a Economia Popular Solidária. Diante da necessidade de incentivar e valorizar a Economia Popular e Solidária em nosso Estado, este Projeto de Lei vem justamente autorizar que se institua a Política de Fomento a esta. Para tanto é necessário fazer uma breve reflexão acerca do que consiste a Economia Popular e Solidária, assim como benefícios, mecanismos de atuação e perspectivas futuras da mesma.

A Economia Popular e Solidária consiste em atividades de iniciativa popular, que de forma democrática, visam gerar trabalho e renda. Geralmente essas atividades são realizadas coletivamente com base no trabalho e não no capital investido, procurando todavia, respeitar o meio ambiente. A Economia Popular e Solidária (EPS) também objetiva, além da geração e manutenção de novos espaços no mercado de trabalho, ser espaço de alternativas técnicas e gerenciais inovadoras. Enquanto espaço democrático, busca promover o engajamento social e muitas vezes caracterizam-se como autogestionárias. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, afirma que a EPS "não pode ser vista apenas como um movimento econômico, é necessário que esteja ligada a outros movimentos sociais que buscam a qualidade de vida da população em geral." Ela vislumbra-se como mais uma arma de luta contra o desemprego e exclusão social, e poderá futuramente competir no mercado capitalista com o devido patamar de igualdade.

Entretanto, para que os empreendimentos de Economia Popular e Solidária possam prosperar, é necessário não só o incentivo por parte de outras instituições, mas também, que eles estejam ligados a redes de consumo ético e solidário, e acima de tudo, articula-los entre si, de forma que eles possam trocar conhecimentos e experiências. Enfim, fomentar as redes de colaboração solidária.

A autogestão é um dos pontos fundamentais no sentido de promover a inclusão social. Configura proposta de mudança nos fundamentos da economia de mercado atual, os envolvidos são gestores de seus próprios empreendimentos, onde democraticamente decidem os rumos e formas de sua linha de produção, além de sua forma de atuação no mercado. Porém, para que essa "autogestão" seja efetivada de forma eficiente, é necessário que haja uma ressignificação nos processos de trabalho, recuperação e proliferação de conhecimentos de todos os envolvidos, para que realmente possamos ter o trabalho coletivo, cooperado e solidário. Desta forma, uma das propostas deste referido projeto é possibilitar o envolvimento dos agentes desses grupos em cursos com



GABINETE DA DEPUTADA BERNADETE TEN CATEN

Assembléia Legislativa do Estado do Pará

temáticas que venham a facilitar o desenvolvimento deste trabalho, tudo de forma gratuita, pois de inigualável importância é a fundamentação teórica para uma boa prática. O que se pretende com a autogestão é romper com a estrutura de hierarquia e colocar todos os trabalhadores em pé de igualdade.

A política de fomento à economia popular e solidária traz benefícios para a sociedade como um todo, mas principalmente para os empreendimentos beneficiados por essa política, pois promoverá a sobrevivência material destes, o desenvolvimento do espírito democrático, aumento de renda familiar, reativação da vida comunitária e etc, construindo então uma maior consciência social e política. A efetivação dessas políticas de incentivo, também tende a provocar o crescimento expressivo deste número de empreendimentos, assim como a alteração do perfil do mercado que por sua vez promoverá o maior desenvolvimento local. É provável também que futuramente haja diversificação de atuação desses empreendimentos, como por exemplo na prestação de serviços, o que gerará novos postos.

Atualmente estes empreendimentos têm uma série de dificuldades de sustentabilidade, possuem um baixo nível de capitalização e conseqüentemente reduzidas escalas de produção, então, as estruturas e estratégias de comercialização ficam fragilizadas. Isso tudo acaba comprometendo profundamente a estrutura almejada. Neste momento a política de fomento da EPS apresenta-se como solução para transpor esses desafios de sustentabilidade enfrentados, o que é fundamental para o sucesso destas.

A importância desse projeto consiste no fato de se possibilitar a criação e manutenção das iniciativas e projetos na área da Economia Popular e Solidária.

Palácio da Cabanagem, Plenário Newton Miranda, em 00 de abril de 2007.

BERNADETE TEN CATEN

Deputada Estadual PT/PA